



Octávio Cunha Gonçalves Simões Augusto

A PRAÇA DE COIMBRA E A AFIRMAÇÃO DA BAIXA ORIGENS, EVOLUÇÃO URBANÍSTICA E CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

Dissertação de Mestrado em História da Idade Média, orientada pela Doutora Leontina Ventura,
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

A PRAÇA DE COIMBRA E A AFIRMAÇÃO DA BAIXA ORIGENS, EVOLUÇÃO URBANÍSTICA E CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	A PRAÇA DE COIMBRA E A AFIRMAÇÃO DA BAIXA – ORIGENS, EVOLUÇÃO URBANÍSTICA E CARACTERIZAÇÃO SOCIAL
Autor	Octávio Cunha Gonçalves Simões Augusto
Orientador	Doutora Leontina Ventura
Júri	Presidente: Doutor João Gouveia Monteiro Vogais: 1. Doutora Luísa Trindade
Identificação do Curso	2º Ciclo em História da Idade Média
Área científica	História
Data da defesa	30-1-2013
Classificação	18 valores



Resumo

O principal objetivo desta dissertação foi o de fazer uma análise aprofundada das origens e desenvolvimento inicial da Praça de Coimbra, atual Praça do Comércio, espaço situado na Baixa da cidade, tendo em conta a evolução urbanística e o contexto socioeconómico da área abrangida pelas antigas freguesias de S. Bartolomeu e Santiago durante a Idade Média, dentro das quais a praça se inseria.

O trabalho foi dividido em três partes. A primeira consiste em uma contextualização inicial, onde se procurou analisar a progressiva afirmação do arrabalde dentro do contexto socioeconómico da cidade medieval, tendo como foco as freguesias de S. Bartolomeu e Santiago, seguida de uma reconstituição do aspecto urbano dos locais de maior interesse nelas inseridos, incluindo reflexões acerca da origem da Calçada, através de elementos coligidos tanto em fontes publicadas como em fontes inéditas.

Na segunda parte tratou-se da Praça propriamente dita, iniciando-se com uma abordagem ao período anterior ao seu surgimento, com o objetivo de localizar sua possível matriz, para, posteriormente, analisar os motivos por trás de sua formação, em finais do século XIV, assim como o seu subsequente processo de desenvolvimento e afirmação.

A terceira parte procurou traçar uma caracterização social das freguesias de S. Bartolomeu e Santiago na Idade Média, analisando os personagens que habitaram a área e tentando recriar alguns aspectos do cotidiano medieval desta zona do arrabalde.

Palavras-chave: Coimbra, urbanismo, Praça, freguesia de S. Bartolomeu, freguesia de Santiago, arrabalde.

Abstract

The main purpose of this thesis was to provide a deep analysis of the origins and initial development of Coimbra's plaza, currently designated Praça do Comércio, located in downtown area of the city, taking into account the urban evolution and socio-economic context of the area covered by the former parishes of S. Bartolomeu and Santiago during Middle Ages, within which the square was inserted.

The work was divided into three parts. The first consists of an initial contextualization, where the author tried to analyze the progressive affirmation of the suburbs within the socio-economic context of the medieval city, focusing on the parishes of S. Bartolomeu and Santiago, followed by the reconstruction of the urban aspect of the major places of interest within it, including reflections on the origins of the Calçada, through evidence collected both in printed as in unpublished sources.

The second part dealt with the square itself, starting with an approach to the period prior to its emergency, in order to locate its possible matrix, to subsequently analyze the reasons behind its formation, at the end of fourteenth century, and its subsequent development process and affirmation.

The third part sought to draw a social characterization of the parishes of S. Bartolomeu and Santiago in the Middle Ages, analyzing some characters who inhabited the area and trying to recreate some aspects of the medieval daily life in this area of the suburbs.

Keywords: Coimbra, urbanism, Plaza, parish of S. Bartolomeu, parish of Santiago, suburbs.

Agradecimentos

Ao longo da elaboração deste trabalho, nos beneficiámos do saber, do apoio e da amizade de diversas pessoas, às quais gostaríamos de prestar os nossos sinceros agradecimentos.

Antes de tudo, ressaltamos que nada do que se segue seria possível sem o apoio, tanto académico como moral, de nossa orientadora, a Professora Doutora Leontina Ventura. Tanto seus conselhos e conhecimentos, que gentilmente partilhou connosco, como sua enorme disposição e acessibilidade para com as nossas demandas foram indispensáveis para a realização deste trabalho. Gostaríamos, assim, de deixar expressa toda a nossa admiração e estima, e agradecer por ter acreditado no nosso potencial e por nos ter agraciado com sua amizade, proporcionando-nos uma experiência deveras enriquecedora.

Ao Professor Doutor Jorge de Alarcão, pela leitura de alguns capítulos deste estudo, tendo-nos sido muito úteis as suas observações, tanto a nível histórico como urbanístico. À Professora Doutora Luísa Trindade, pela gentil cedência de documentação e pela disponibilidade em atender às nossas questões. À Professora Doutora Aparecida Ribeiro, pela correção gramatical de partes deste trabalho.

Ao Senhor Diretor da Biblioteca Geral, Professor Doutor José Augusto Cardoso Bernardes, por nos ter disponibilizado os leitores de microfilme da Biblioteca Geral. Aos colecionadores Jorge Oliveira e Pedro Bandeira, pela cedência de fotografias e postais que ilustram este trabalho.

Aos nossos amigos, cuja companhia e apoio foram extremamente importantes não somente durante os anos de mestrado mas, também, durante todo o nosso trajeto na Universidade. Primeiramente, os mais sinceros agradecimentos à nossa amiga e companheira, Tânia Dias, cujo apoio foi indispensável na elaboração deste trabalho. Também deixamos aqui uma palavra de apreço e amizade aos colegas Fernando Portasio, André Rodrigues, André Loureiro, Nuno Teixeira Gustavo Gonçalves e João Cadete. Por fim, dedicamos este trabalho à nossa família, a quem expressamos nossa eterna gratidão por nos ter apoiado de todas as formas possíveis.

Principais abreviaturas utilizadas:

AMC – Arquivo Histórico Municipal de Coimbra

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

c. – cerca de

cap. – capítulo

cit. – citado

Col. – Colegiada

coord. – coordenação

cx. – caixa

doc. – documento

ed. – editado/edição

fol. – fólio

gav. – gaveta

incorp. – incorporação

m. – maço

org. – organizado por

p. – página

pp. – páginas

publ. – publicado

sec. – seção

sep. – separata

t. – tomo

TT – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

v. – verso

Índice

Introdução	.13
1. As freguesias de S. Bartolomeu e Santiago	.11
1.1 – As freguesias na cidade	.17
1.2 – A área	.28
1.3 – As igrejas	.35
1.4 – Aspectos urbanos	.42
1.4.1 – A Portagem e a Ribeira	.42
1.4.2 – O adro de S. Bartolomeu e arredores	.53
1.4.3 – O Romal	.65
1.4.4 – A Rua de S. Gião	.70
1.4.5 – A Rua dos Tanoeiros	.73
1.4.6 – O adro de Santiago e arredores	.78
1.4.7 – A Rua dos Francos e a Calçada	.87
1.4.8 – A Rua de Coruche	.101
2. A Praça	.106
2.1 – Antecedentes	.109
2.2 – A formação da Praça	.122
3. A caracterização social	.140
Conclusão	.157
Bibliografia	.160
ANEXO I - Mapas	.171

Introdução

Todo o acontecimento histórico se dá em um momento no tempo, tem seus agentes e, sobretudo, suas causas e consequências, sejam de âmbito político, econômico ou social. Igualmente, todo acontecimento histórico se dá em um espaço, e Coimbra, como a cidade importante que sempre foi no contexto português, serviu de palco para muitos, ao longo de sua história. Assim, o estudo que aqui se apresenta prende-se com este último aspecto. Será nosso objetivo, nas páginas que se seguem, reconstituir parte da fisionomia urbana desta cidade durante o período medieval, focando-nos, sobretudo, na cidade como cenário, e sua evolução.

É um estudo, na sua maior parte, urbanográfico, onde fomos inspirados pelos que, neste objetivo, nos antecederam. Foram, sobretudo, as aulas e obras da Professora Doutora Luísa Trindade, assim como os trabalhos do Professor Doutor Jorge de Alarcão, os principais responsáveis pelo nosso interesse na urbanografia de Coimbra, tendo aliado o gosto pessoal pelo estudo da evolução urbana, já há anos cultivado, com o local que nos acolheu durante os anos de estudante. Pretendeu-se, aqui, continuar essa historiografia, trazendo-lhe um humilde contributo.

Assim, com o intuito de fazer coincidir este estudo com a envergadura pretendida para uma dissertação de mestrado, decidimos limitar nossa abordagem, direcionando nosso esforço para uma área específica da cidade. Escolhemos, para este fim, o espaço abrangido pelas antigas freguesias de S. Bartolomeu e Santiago, situadas no arrabalde. Tal escolha, porém, não vem ao acaso.

No coração e centro geográfico da área circunscrita por tais paróquias, encontra-se a Praça da cidade de Coimbra – hoje denominada Praça do Comércio – local histórico da área extramuros e antigo centro cívico da cidade. De importância comprovada mas de origens medievais obscuras, pretendeu-se, assim, deitar alguma luz sobre a sua formação e desenvolvimento inicial, ainda incipientemente explicada. Para tal, mais do que analisá-la isoladamente, foi necessário, não só, inseri-la no contexto da progressiva afirmação da centralidade da Baixa coimbrã – processo do

qual, como veremos, ela foi consequência e, depois, causa –, mas também examinar, pormenorizadamente, a evolução física de todos os arruamentos à sua volta.

Para todo este processo de reconstituição, foi-nos necessário recorrer a fontes de diversas naturezas. Iniciámos, naturalmente, pela historiografia já produzida sobre a história urbana de Coimbra, da qual destacamos, como as mais importantes, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, de Jorge de Alarcão, assim como *DiverCidade – Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, de Walter Rossa e *Toponímia de Coimbra*, de José Pinto Loureiro, tendo as interpretações e menções documentais presentes nestas obras servido de ponto de partida para este estudo. Ainda no âmbito da bibliografia, de modo a contextualizar o que foi aqui tratado, procedeu-se a uma exaustiva leitura da produção relacionada com a Coimbra medieval, com particular relevo para as obras de Leontina Ventura, Maria Helena da Cruz Coelho e Saul António Gomes, sobretudo, que nos foram extremamente úteis.

Em um segundo momento, passou-se, então, a uma pesquisa por documentação publicada. Para tal, foram de grande importância as dissertações de mestrado sobre as colegiadas da cidade durante a Idade Média, principalmente, a Colegiada de S. Bartolomeu, cujos documentos nela transcritos foram por nós minuciosamente lidos, atentando-se, particularmente, aos topónimos e descrições das propriedades e suas confrontações, na busca de indícios que pudessem ser importantes para a reconstituição que nos propusemos fazer. Outros núcleos documentais se seguiram, nomeadamente, o mais importante, dentre eles, o já muito explorado *Livro das Kalendas*.

Seguiu-se, então, a procura de elementos em documentação inédita. Para tal, foram analisados todos os pergaminhos medievais presentes no Arquivo da Universidade de Coimbra e no Arquivo Municipal de Coimbra, assim como grande parte dos documentos microfilmados, relativos a Coimbra, arquivados no Instituto de Paleografia da Universidade de Coimbra. Também se recorreu, neste ponto, ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, onde procedemos à consulta, dentre outros fundos, dos documentos da Colegiada de Santiago. Examinámos,

sistematicamente e na sua totalidade, os primeiros quatro maços pertencentes a este núcleo, tendo a consulta aos restantes sido limitada a meras sondagens.

Não só o tempo disponível e as despesas envolvidas não nos permitiram ir além neste levantamento, como a total falta de tratamento arquivístico dos documentos em causa tornaram o trabalho mais moroso. Convém reter, aqui, que a documentação não estava sequer catalogada ou numerada, de modo a que, em nossas indicações de cotas, utilizámos as cotas antigas, geralmente duas, escritas nos versos dos pergaminhos e, por vezes, de difícil visualização.

A metodologia utilizada foi a corrente para trabalhos do gênero. Baseou-se, largamente, na interpretação das descrições presentes na documentação, sempre completada com mapas, estudos arqueológicos e observações *in loco*, que nos permitiram avançar as hipóteses que se seguem e acabaram, também, por orientar o trabalho, ditando o que, como, e até que ponto cada assunto foi abordado. Como barreiras cronológicas, elegemos o período compreendido entre o séc. X e os inícios do séc. XV, muito embora, quando necessário – e possível – acabamos por extrapolar tais limites, por vezes recorrendo a evidências do período romano e, por outras, utilizando-nos de fontes e elementos provenientes da Época Moderna.

Quanto à organização do estudo, decidimos estabelecê-la em função, logicamente, da Praça, dividindo-o em três capítulos. No primeiro, após uma pequena contextualização, focámo-nos, sobretudo, na reconstituição urbana de toda área que, atualmente, a envolve. É importante ressaltar que nos limitámos a abordar a área situada entre o eixo atualmente formado pela Rua Visconde da Luz e Rua Ferreira Borges e o rio Mondego, acabando por excluir, de qualquer tratamento pormenorizado, as muralhas, a porta e arco da Almedina e a Judiaria, esta última inserida na freguesia de Santiago, mas um tanto distante da Praça, o que, conjugado com as suas características especiais e peculiares, a faz merecedora de um estudo à parte.

Tal trabalho de reconstituição, iniciado neste primeiro capítulo, abre as portas para o segundo, que, por sua vez, é especialmente dedicado à Praça. Nele, conjugamos as informações, constatações e hipóteses apresentadas no capítulo anterior com os

indícios documentais diretamente relacionados com este espaço para tentar entender melhor sua origem e desenvolvimento inicial. Por fim, um terceiro capítulo serve-se dos dados coligidos para a elaboração dos anteriores para fazer uma caracterização social da área abrangida por este estudo, analisando as personalidades que, durante a Idade Média, habitaram ambas as freguesias e procurando, também, recriar um pouco do cotidiano medieval vivido nesta zona do arrabalde.

Convém reter que, aqui, não buscámos, necessariamente, certezas absolutas. A exiguidade das informações encontradas na documentação medieval não nos permite, na maioria dos casos, conclusões definitivas. Porém, esforçámo-nos, obviamente, por chegar o mais próximo da verdade, e tal intenção foi levada a cabo por via da elaboração de propostas fundamentadas e plausíveis, certificando-nos de que todas as descrições por nós coligidas estavam perfeitamente conjugadas umas com as outras, como peças de um grande quebra-cabeça que, constituindo um todo uniforme, acaba por formar um retrato parcial desta área do arrabalde no período medieval. Parcial, pois se não conseguiu fixar a vista na totalidade. Independentemente do número de elementos e do quão bem estes estejam associados, a reconstituição urbana de um espaço desaparecido sempre exige, em maior ou em menor quantidade, uma certa dose de imaginação por parte do autor, assim como também a exigirá, certamente, do leitor.

1. As freguesias de São Bartolomeu e Santiago

1.1 – As freguesias na cidade

Como é dito e sabido, as paróquias de São Bartolomeu e Santiago localizavam-se na margem direita do Rio Mondego, em uma área situada fora das muralhas de Coimbra que, no período medieval, circundavam o morro sobre o qual a cidade se implanta (imagem nº 1). A este espaço extramuros dá-se o nome de “arrabalde”, expressão que tem sua origem etimológica no árabe “*ar-rabd*”, com significado de “subúrbio”¹. Dada esta condição geográfica especial, este local, através dos séculos, evoluiu socioeconomicamente de maneira específica, catalisada pela oposição à área intramuros – conhecida como Almedina –, garantindo ao espaço arrabaldino um papel particular no âmbito da cidade. Desta maneira, de forma a iniciarmos este estudo e prover uma contextualização ao que se segue, analisemos brevemente essa evolução, tendo como foco as freguesias aqui abordadas.

Tendo sido conquistada pelas tropas de Tariq ibn Ziyad nos inícios do séc. VIII, no âmbito da invasão árabe da Península Ibérica, Coimbra ficaria em poder dos mouros por mais de um século e meio, sendo em 878, no tempo do rei asturiano-leonês D. Afonso III, tomada pela primeira vez por forças cristãs, lideradas por Hermenegildo Guterres. É deste primeiro período de dominação cristã que, como veremos, advêm os primeiros testemunhos acerca das igrejas de Santiago e São Bartolomeu, então consagradas a S. Cucufate e S. Cristóvão, respectivamente. Juntamente com estas, estariam algumas casas, hortas e vinhas, testemunhos de um núcleo populacional seminal, provavelmente de essência agrícola, sendo o seu pouco

¹ “Arrabalde”, in *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Academia das Ciências de Lisboa, Editorial Verbo, 2001, vol. I, p. 345; José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1991, vol. I, p. 375. Ainda, acerca do léxico do território coimbrão medieval, veja-se Leontina Ventura, “Coimbra Medieval - 1. A gramática do território”, in *Economia, Sociedade e Poderes – Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Editora Ausência, Coimbra, 2002, pp. 23-40.

desenvolvimento justificado pelo perigo que a conjuntura de reconquista representava para quem vivia fora de muralhas².

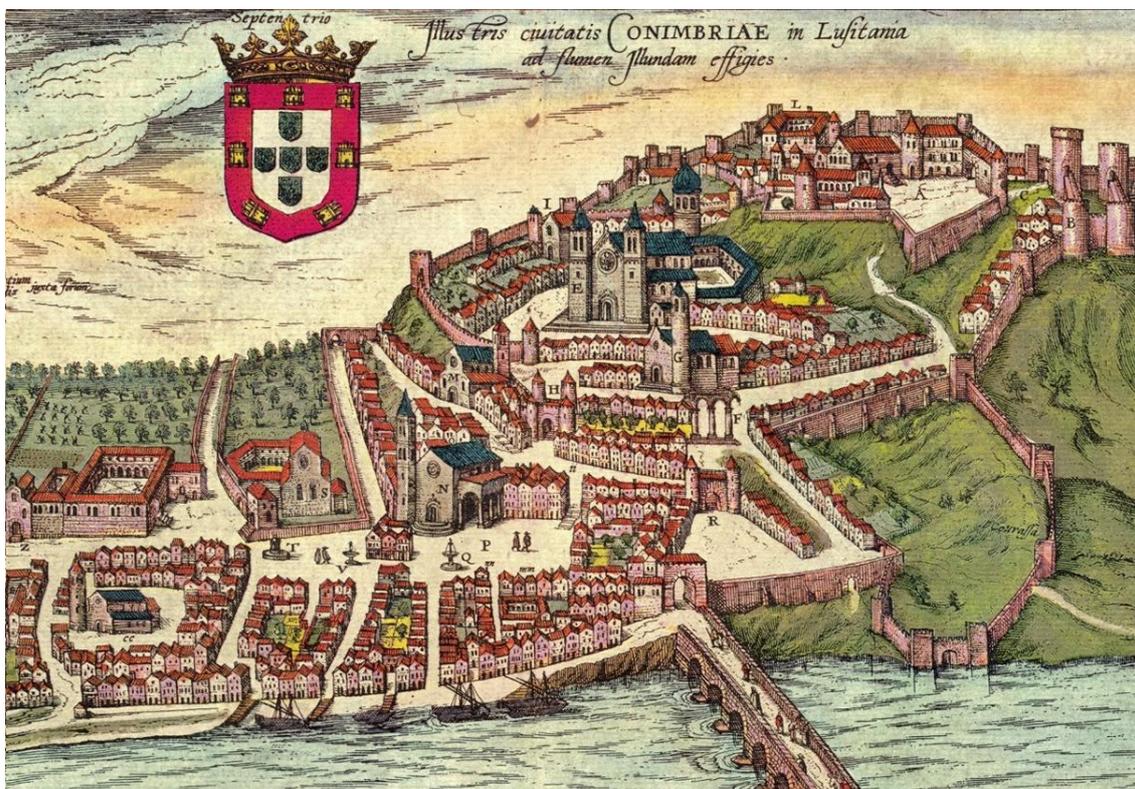


Imagem nº 1: Detalhe da representação de Coimbra elaborada por G. Braun e F. Hogenberg, em finais do séc. XVI. A área do arrabalde encontra-se junto ao rio, a esquerda da ponte³.

O domínio cristão, porém, duraria pouco mais de um século. Em 987 a cidade é conquistada novamente pelos mouros, no âmbito de uma expedição militar liderada por Almançor. A reconquista definitiva viria por mãos de Fernando I, *O Magno*, rei de Castela e Leão que, beneficiando da subsequente fragmentação do califado de Córdova em diversos reinos de taifas, aproveitou tal enfraquecimento do poder árabe para estender seu território até a linha do Mondego. Coimbra foi reconquistada em 9 de Julho de 1064, ao fim de seis meses de cerco, rendendo aos seus conquistadores uma grande quantidade de cativos e um esplêndido saque⁴.

² Os textos árabes já referem-se ao fato de a cidade possuir, nas margens do rio, “*uma veiga muito boa para a cultura*”. Leontina Ventura, “A muralha coimbrã na documentação medieval”, sep. de *Actas das I Jornadas do Grupo Arqueológico e Arte do Centro*, Coimbra, 1979, p. 44.

³ Georg Braun e Franz Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, Vol. V, 1598.

⁴ José Mattoso, “Portugal no reino asturiano-leonês” in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Editorial Estampa, 1997, vol. I, pp. 493-494.

O governo da região é então entregue ao moçárabe Sesnando Davides, hábil diplomata e distinto guerreiro, proveniente dos arredores da cidade e educado na Andaluzia. O período de vinte e sete anos em que esteve no poder, foi marcado, sobretudo, pela tolerância religiosa, o que viria a fazer ressaltar a importância da cidade como entreposto comercial e cultural entre cristãos e mouros, reforçando a tradição moçárabe nela existente. D. Sesnando morre em 1091, sendo os anos após a sua morte marcados por conflitos entre a população coimbrã e os representantes do poder local que lhe sucederam, na sua maioria francos, nomeados pelo então governador do condado Portucalense – da qual o condado de Coimbra viria a fazer parte – D. Henrique de Borgonha.

Este concede, em 1111, carta de foral à cidade, e seria durante o século XII, aquando da subida ao poder de seu filho, D. Afonso Henriques, e a subsequente independência do reino português, que faria dele o primeiro rei de Portugal (1139-1185), que Coimbra viveria um dos seus períodos de maior prosperidade. Dada a sua posição estratégica no âmbito da reconquista, afigurando-se a linha do Mondego, neste tempo, território de fronteira entre o mundo árabe e o cristão, para ela seria transferida a corte, elevando-a a um dos centros urbanos de maior relevância do novo reino, tanto do ponto de vista militar, como económico e político.

À medida que as conquistas avançam rumo ao sul, cresce a sensação de segurança na região. O rei outorga-lhe novo foral em 1179 e, ao morrer, em 1185, é sepultado no ainda recente Mosteiro de Santa Cruz, fundado em 1131 e que se tornaria um dos polos dinamizadores da cidade⁵. Estavam lançadas as bases para uma fase de intenso desenvolvimento que duraria, pelo menos, até meados do séc. XIII.

É neste período que os testemunhos acerca das freguesias de S. Bartolomeu e Santiago começam a abundar, como se poderá verificar ao longo deste estudo. Temos notícia das primeiras menções à Rua dos Francos e à Rua dos Peliteiros; a primeira, originada provavelmente na aglomeração de mercadores centro-europeus, e a segunda, local de concentração das pelicarias, onde se fabricava a pelica, couro fino e

⁵ Para um estudo acerca das origens deste mosteiro, veja-se *Livro Santo de Santa Cruz: cartulário do séc. XII*, ed. Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Instituto Nacional de Investigação Científica, Coimbra, 1990, Coimbra, 1990, pp. 9-44.

valioso. Tais vias, já neste período dentre as mais importantes do arrabalde, são testemunhos precoces dos setores responsáveis pelo seu desenvolvimento nas centúrias seguintes: a produção e o comércio. Também nesta época, aparece-nos a Rua de Coruche, de cariz igualmente comercial e eixo de ligação entre a Rua dos Francos e o Mosteiro de Santa Cruz, local de sepultura também do segundo rei de Portugal, D. Sancho I, falecido em 1211. Outro fenômeno digno de nota é o da sistemática renovação das igrejas da área, tendo sido em fins do séc. XII, como veremos, iniciados os trabalhos de construção de ambos os templos românicos de Santiago e S. Bartolomeu.

A despeito da crescente relevância do arrabalde, porém, neste período o seu papel ainda é acessório. Continuava à sombra da Almedina, centro aristocrático, político e militar e que, durante os séculos em que a corte esteve instalada na cidade, testemunharia seu período de maior desenvolvimento. O reinado de D. Afonso III (1248-1279), no entanto, anunciaria o ponto de viragem na dinâmica socioeconómica coimbrã. Com o monarca, a corte mudar-se-ia definitivamente para Lisboa, elevando-se esta a centro urbano mais importante do reino. Ao mesmo tempo, conclui-se, também, o processo de reconquista com a conquista do Algarve, após a tomada de Faro, em 1249.

Finalmente, iniciou-se um longo período de paz no reino. As cidades ganham novo vigor e, paulatinamente, vão-se desmilitarizando, sendo suas estruturas defensivas sufocadas pelos casarios envolventes e, por vezes, apropriadas por particulares. Retomam-se as rotas comerciais, o comércio floresce e a economia expande-se⁶. A alta coimbrã sofre com a mudança de conjuntura, tendo perdido um grande número de habitantes com a deslocação da corte, despovoando-se. O centro desloca-se junto, desce o morro, trespassa o arco da Almedina. É o *suave escorregar*, a

⁶ José Mattoso, “Mutações”, in *História de Portugal*, vol. II, pp. 210-212.

que alude-nos Walter Rossa⁷. São os primeiros indícios do fenômeno, precoce em termos nacionais, da passagem da centralidade para fora das muralhas da cidade⁸.

Os sintomas notam-se rapidamente, e as iniciativas régias para a recuperação da alta degradada iniciam-se logo com o próprio D. Afonso III, que lavra o primeiro decreto a conceder privilégios aos que morassem continuamente na Almedina, medida posteriormente confirmada pelos seus sucessores⁹. Seu filho, D. Dinis (1279-1325), em continuidade com os esforços do pai, em 1308 procede à transferência do *Estudo Geral* – instituído em Lisboa, dezoito anos antes – para Coimbra, tendo sido a área intramuros designada como bairro estudantil, estatuto que lhe renderia ainda outras concessões¹⁰. Quanto ao arrabalde, sabe-se que terá sido largamente danificado aquando da investida do monarca sobre a cidade, em Maio de 1322, no âmbito da guerra civil que o opôs ao filho, D. Afonso, este último que, desde Dezembro do ano anterior, se tinha apoderado de Coimbra¹¹.

A conjuntura do reinado de D. Afonso IV (1325-1357) não contribuiria para os esforços regeneradores iniciados pelo *Lavrador*. Sob o governo deste, a universidade

⁷ Walter Rossa, *DiverCidade – Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001, p. 423.

⁸ O mesmo ocorreria na Lisboa medieval, com a proeminência gradual adquirida pela zona da Ribeira, Walter Rossa, *DiverCidade ...*, p. 571-572.

⁹ Como lê-se no próprio privilégio, D. Afonso III estipula que aqueles que morarem continuamente na Almedina estavam isentos de hoste e anúduva, exceto quando com o rei, além de não terem de transportar presos ou dinheiros e pagar talhas ou fintas. Ficava proibido, ainda, de que lhe matassem animais ou que lhe tomassem roupa e pousassem com eles contra sua vontade. 1269, Fevereiro, 10, Coimbra, publ. em *Chancelaria de D. Afonso III*, ed. Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, Livro I, vol. I, doc. 405. Este privilégio encontra-se copiado em carta de D. Pedro I, datada de 1358, onde o monarca os confirma e especifica-nos que os mesmos já teriam sido confirmados, anteriormente, “*per El Rey dom Denis e per El Rey dom Afonso o quarto*”. Convém reter, também, que nesta mesma carta, alega-se que este terá sido outorgado, inicialmente, por “*Dom Sancho a que Deus perdoe*”, (certamente o rei D. Sancho II), muito embora não encontremos outros indícios de que este fosse o caso. 1358, Dezembro, 24, Coimbra (AMC – Pergaminhos avulsos nº 2).

¹⁰ Muitos destes privilégios encontram-se transcritos no *Livro Verde da Universidade de Coimbra: transcrição*, transc. de Maria Teresa Nobre Veloso, Arquivo da Universidade, Coimbra, 1992, e para uma análise do papel da universidade na Coimbra do séc. XIV, veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, “Coimbra Trecentista – A cidade e o Estudo”, sep. de *Biblos – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Vol. LXVIII, 1992, pp. 335-356.

¹¹ Frei Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1976-1980, Parte 6ª, Livro XXVII, pp. 417-418. Também sobre este conflito, veja-se José Antunes, António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro, “Conflitos políticos no reino de Portugal entre a reconquista e a expansão. Estado da questão”, sep. da *Revista de História das Ideias*, vol. 6, Coimbra, 1984, pp. 118-119.

regressaria a Lisboa, em 1338, retornando para Coimbra somente em 1354. Mesmo outorgando os privilégios concedidos à Alta pelos monarcas que o antecederam, a peste negra, chegada à cidade logo em 1348, e o desastre demográfico que se lhe seguiu encarregar-se-iam de minar qualquer progresso no sentido de repovoar o que quer que fosse. Julga-se que esta terá eliminado 1/3 da população da cidade, estimada em 6000 habitantes antes da epidemia e reduzida a cerca de 4000 almas¹².

Seu sucessor, D. Pedro I (1357-1367), em um curto reinado que duraria dez anos, também faria questão de ratificar os planos de seus antecessores. Ironicamente, porém, uma mesma carta sua onde se confirmam as concessões à Almedina estipuladas por D. Afonso III, também é testemunha da própria perda de prestígio do local. A dita confirmação, datada de 1358, resulta de uma reclamação, por parte dos moradores da Alta, de que os procuradores do concelho estariam ignorando completamente tais privilégios, tendo recusado, por diversas vezes, informar adequadamente a população acerca dos mesmos¹³. Pode-se entender isto como uma simples má conduta do poder municipal, mas o episódio assume outra relevância se tivermos em conta a crescente aproximação da municipalidade com o arrabalde, que se acentuará nos anos seguintes. Não será por acaso que um dos procuradores concelhios acusados pela população da Almedina era "*Vasco Martinz de Rua de Coruchi*".

Desta maneira, aquando da subida ao poder de D. Fernando I (1367-1383), a situação de degradação da Alta parece ter chegado a um nível crítico. Muito embora no início de seu reinado, em 1367, o vejamos a confirmar um antigo privilégio dos "*mercadores moradores na Rua de Coruche e na Rua de Francos*" de não serem obrigados a ceder pousadia nem roupas a quem lhas demandasse¹⁴, o que se seguiria denota uma forte preferência pela revigoração da área intramuros.

¹² Para um relato interessante acerca do ambiente vivido em Coimbra nos tempos da peste, veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, "Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra", sep. da *Revista Portuguesa de História*, vol. 18, Coimbra, 1980, pp. 312-331. O cálculo da população existente encontra-se em Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 2ª ed., Lisboa, 1989, vol. I, p. 151, nota 1.

¹³ 1358, Dezembro, 24, Coimbra (AMC – Pergaminhos avulsos nº 2).

¹⁴ Como o próprio privilégio revela-nos, os moradores da Rua dos Francos e da Rua do Coruche "*no tempo dos meus avoos e del Rrey meu padre a que Deus perdoe foram sempre exentos e coutados que*

Na chancelaria do monarca, entre os anos de 1370 a 1372 encontram-se quatro assentos referentes a isenções e privilégios aos moradores da Almedina¹⁵. Estes determinam, em suma, que aqueles que habitarem na Alta continuamente sejam escusados de transportar presos ou dinheiro de uma vila para outra; reter os presos em igrejas; ou serem tutores ou curadores de alguém. Fica decretado, também: que detenham os ofícios do concelho; que sejam-lhes oferecidos mancebos e serviçais antes que aos do arrabalde; que os viajantes devem vender seus produtos nos açougues de intramuros; que não tomem animais aos almocreves ali residentes; e que estes não paguem fintas ou talhas, como fazem os arrabaldinos, exceto quando estas forem lançadas para cobrir despesas de reparações em calçadas, fontes e muros; e proíbe-se que lhes tomem roupas, lenha ou galinhas. Em 1372, confirma-se este último privilégio, acrescentando-se que os residentes da Almedina não são obrigados a ter cavalos, e que as vendas por eles efetuadas não sejam embargadas de maneira nenhuma pela almotaçaria.

Em 1373, o rei outorga três novas cartas. A primeira delas como forma de recompensa aos *“grandes serviços que a nos fizeram os moradores e vizinhos da nossa mui nobre cidade de Coimbra assy em tempo da guerra afficada e contenda que ora ouvemos com Dom Anrrique de Castilla”*, aludindo ao recente ataque impellido pelas forças castelhans à cidade, no âmbito da segunda Guerra Fernandina e que, ironicamente, causaram destruição maior aos arrabaldes¹⁶. Fica confirmada, nesta carta, a isenção aos moradores da Almedina do pagamento de talhas e fintas, bem como de irem à hoste, fossado e fronteira, ao mesmo tempo que proíbe que com eles pousem e que lhe tomem roupas.

Nas outras duas cartas, reforçam-se medidas anteriores e especifica-se que aqueles que não morarem continuamente no local não gozem dos privilégios decretados. Também se faz alusão à dificuldade dos moradores de intramuros em obter a primazia nos serviços de mancebos e serviçais, alegadamente, *“porque os*

lhes nom filhasem roupas nem outras cousas contra suas vontades nem pousasem com elles”. 1367, Julho, 30, Tentúgal (TT – Chancelaria de D. Fernando I – Livro 1, fl. 118).

¹⁵ O primeiro é datado de 1370, Janeiro, 25, Santarém (TT – Chancelaria de D. Fernando I – Livro 1, fl. 50), e os outros de 1372, Outubro, 5, Buarcos, (TT – Chancelaria de D. Fernando I – Livro 1, fl. 113 v.).

¹⁶ 1373, Agosto, 3, Lisboa (TT – Chancelaria de D. Fernando I – Livro 1, fl. 131 v.).

moradores desse arravalde moram em tal lugar que ante os mancebos e servidores com elles moram e vivem por muito menos que com os moradores da dicta cerca porque moram na dicta cerca”, ao que o rei terá respondido, demandando que *“tolhades a elles e os dedes aos moradores da dicta cerqua aguisadamente como dicto he”*¹⁷. É a prova da dificuldade em fazer valer uma lei que ia de encontro à realidade vigente.

Contrastando com uma Alta bucólica, monótona e de difícil acesso, ligada à nobreza e ao clero, a Baixa, nesta altura, já seria o principal foco de atividades da cidade. Movimentada, viva e acessível – características que mesmo a dura conjuntura de fome, peste e guerra, vivida no séc. XIV, parecem não ter eclipsado¹⁸ – suas vias enchiam-se diariamente de mesteres, mercadores e viajantes, provenientes de todas as partes do reino e de fora dele.

Nas margens do rio, multiplicavam-se as manufaturas, aproveitando-se da proximidade da água, o que facilitaria o escoamento dos poluentes resultantes de seus trabalhos. Mais próximo da muralha, o eixo formado pela Rua dos Francos e pela Rua de Coruche afigurava-se como a principal rota de comércio, tendo esta última como vizinha a Judiaria, que desenvolvia-se em uma encosta a leste dela¹⁹. Entre tal eixo e o rio, estavam as igrejas paroquiais de Santiago e S. Bartolomeu, colegiadas de grande prestígio e, sobretudo, riqueza, como fica provado na taxaço das igrejas, de 1320,

¹⁷ Ambas datam de 1373, Agosto, 12, Lisboa (TT – Chancelaria de D. Fernando I – Livro 1, fl. 134 v.).

¹⁸ O ano agrícola de 1331 foi tão mau, que gerou aumentos dramáticos no preço do pão e do vinho. Neste mesmo ano, Coimbra foi atingida por uma grande cheia, de proporções dignas de registro memorialístico. Como encontra-se noticiado no Livro de Lembranças de Santa Cruz: *“Era de miji III^{os} LXIIX anos foy em Cojimbra a mayor chea que nunca foy depois do diluvjo de Noe e quebrou quatro piores da ponte e derribou mujntas casas e chegou aagua acima da Rua do hospital que sta sob a casa torre em que morava Martim Vaaz de Gooes e hora mora Joham Toobim cavalleyro”* (*Anais, Crónicas e Memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, introdução de António Cruz, Biblioteca Pública Municipal, Porto, 1968, p. 96). A isto, seguiu-se a, já referida, peste de 1348, e as secas de 1355 e 1356. Nas décadas de 60 e 70, tudo se conjuga, havendo peste em 1361 e 1374 e más colheitas em 1364, 1371 e 1374-76, além das guerras fernandinas, travadas entre 1369-71 e 1372-73. Sobre o efeito destes acontecimentos na região de Coimbra, veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade média*, vol. I, pp. 17-26 e 29-31.

¹⁹ Acerca da Judiaria de Coimbra e seus moradores, recomendam-se as seguintes obras de Saul António Gomes: *A comunidade judaica de Coimbra medieval*, Coimbra, Inatel, 2003, e *“Ser-se judeu na Coimbra medieval”*, sep. *Minorias étnicas e religiosas em Portugal: história e actividade: Actas do Curso de Inverno*, Coimbra, 2003, pp. 61-82.

onde estas figuram entre as três com as contribuições mais altas, numa lista liderada pela vizinha Sta. Justa²⁰.

No arrabalde também prosperava a burguesia, classe em ascensão, fruto direto do renascimento económico citadino e da expansão comercial. Muitos elementos destas oligarquias urbanas estariam envolvidos na governação da cidade, sendo notória, em finais do séc. XIV, a presença de funcionários concelhios residentes na Baixa, como veremos. O próprio concelho municipal, mudara-se para as suas proximidades, partilhando a sua velha sede nos arredores da Sé, pelo menos desde 1378, com a torre da Almedina, erguida sobre o arrabalde como que a vigiá-lo, não mais à procura do inimigo no horizonte, mas sim, atencioso aos seus concidadãos fora de muralhas. O arrabalde, agora, era o que interessava. Passara de acessório a essencial, de coadjuvante a protagonista.

Em 1377, ano em que a universidade retorna a Lisboa – onde ficará por mais de um século e meio – D. Fernando I ainda concede a Coimbra carta de feira, decretando o estabelecimento de uma feira franca anual a realizar-se dentro de muralhas, “*no cural dos nossos paaços e arredor delles se dentro nom couberem*”²¹. Como medida derradeira, o monarca, após pedido dos que se haviam mudado para a área intramuros, ainda outorga uma longa carta, onde decreta a obrigatoriedade – um tanto absurda – de todos aqueles que, advindos de Viseu, Porto, Leiria, Figueiró e Santarém, tomarem os caminhos de Tentúgal, Montemor e Buarcos e passarem por Coimbra, mais especificamente, por dentro da cerca²². Os resultados não seriam nulos, no entanto, afigurar-se-iam incipientes²³.

²⁰ Santiago contribuía com 650 libras, enquanto S. Bartolomeu com 540. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, ed. Damião Peres, Porto-Lisboa, 1967-1971, vol. IV, p. 122. Ordem idêntica se verifica, também, na ocasião em que o bispo de Coimbra D. Jorge estabelece o quantitativo com que as colegiadas contribuiriam para as obras da cidade. AMC – Pergaminhos avulsos nº 8, publicado em A. G. Rocha Madahil, “Pergaminhos do Arquivo Municipal de Coimbra”, in *Arquivo Coimbrão*, vol. VII, 1943, pp. 300-302.

²¹ 1377, Junho, 7, Curval (TT - Chancelaria de D. Fernando, Livro 2, fl. 69). Acerca da feira de Coimbra, veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, “A feira de Coimbra no contexto das feiras medievais portuguesas” in *Ócio e Negócio*, Inatel, Coimbra, 1998, pp. 1-45.

²² 1377, Agosto, 12, Lisboa (TT - Chancelaria de D. Fernando, Livro 2, fl. 11 v.).

²³ Há indícios de reclamações, já nos tempos de D. João I, por parte das igrejas do arrabalde, de que seus ex-paroquianos furtavam-se ao dever de lhes pagar a dízima, de acordo com o que tinha sido estipulado pelo próprio bispo, D. João. Saul António Gomes, “Coimbra – aspectos da sua paisagem urbana em

Morre D. Fernando I, instaura-se uma crise dinástica e, com ela, a anarquia. Mesmo sofrendo as consequências deste difícil período da história do reino, Coimbra assume uma posição de destaque nos assuntos de grande importância, sediando as Cortes de 1385, onde, após mítica intervenção do jurista João das Regras – e por medo da lâmina de Nuno Álvares Pereira e seus aliados – os opositores a Castela aclamam como rei D. João, mestre de Avis, em 6 de Abril de 1385. Meses depois, chega sua prova de fogo, a Batalha de Aljubarrota, que resultaria em vitória portuguesa e garantiria a independência²⁴.

O rei D. João I foi, embora não saibamos se de forma intencional, o primeiro grande impulsionador desta nova centralidade que se esboçava na Baixa coimbrã. Atendendo a um pedido do concelho – este já rendido às qualidades do arrabalde – o monarca transfere, em 1391, a feira franca para fora de muralhas²⁵. Nesta mesma época, surge-nos na documentação a Calçada e aparecem-nos as primeiras referências a Praça, cujo processo de configuração terá sido comprovadamente apoiado pel’ *O de Boa Memória*, como veremos em um dos capítulos deste estudo.

Não há indícios de novos esforços adicionais para o povoamento da Alta, e, certamente em busca de uma recuperação econômica pós-crise, vemos o rei tomar medidas de estímulo do comércio da cidade, como é o caso da liberalização da venda do azeite a mercadores estrangeiros e nacionais, anteriormente privilégio exclusivo de Lisboa, e que terá beneficiado, certa e especialmente, as freguesias tratadas no âmbito deste estudo²⁶. Em 1415, após a conquista de Ceuta, nomeia o filho, o infante D. Pedro, como Duque de Coimbra.

Homem culto e viajado – chamam-lhe o *Infante das Sete partidas* – o Duque, embora tenha exercido maior papel no ordenamento de Coimbra enquanto território,

tempos medievos” sep. *Biblos – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, n. s. IV, Coimbra, 2006, p. 150.

²⁴ Armindo de Sousa, “Realizações”, in *História de Portugal*, vol. II, p. 416. Para um estudo detalhado acerca desta batalha, veja-se João Gouveia Monteiro, *Aljubarrota – 1385 – A Batalha Real*, col. Batalhas de Portugal, Tribuna da História, Lisboa, 2003.

²⁵ 1391, Fevereiro, 23, Évora (TT – Chancelaria de D. João I, Livro 2, fl. 54). Esta chancelaria encontra-se publicada em *Chancelarias portuguesas: D. João I*, org. João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004.

²⁶ 1399, Julho, 4, Lisboa (TT – Chancelaria de D. João I, Livro 2, fl. 156v.).

também não ter-se-á descuidado de sua sede urbana²⁷. Trabalhando em harmonia com a municipalidade²⁸, não empreendeu grandes obras, mas sim, deu prosseguimento à dinâmica urbanística já em curso – altamente favorável ao arrabalde – como nos prova a sua preocupação com as obras decorrentes na Praça e a recolha de fundos para a reparação da ponte²⁹.

Após a morte, em 1438, de seu irmão D. Duarte, sucessor de seu pai no trono, D. Pedro é apontado como regente do reino no ano seguinte, dada a ainda tenra idade de seu sobrinho e príncipe herdeiro, o futuro D. Afonso V. De seu período de regência, temos notícias acerca de novos esforços de repovoamento da Almedina, assim como a tentativa – não concretizada – da criação de uma nova universidade em Coimbra, iniciativa que casaria a necessidade de se regenerar a alta com a mentalidade erudita do seu promotor³⁰. Sua rivalidade com seu meio-irmão D. Afonso, Duque de Bragança, no entanto, lhe valeria a vida na Batalha de Alfarrobeira, travada entre os exércitos de ambos, em 1448³¹.

Em 1451, por carta de D. Afonso V, o concelho municipal tem a notícia de que Coimbra voltava para o domínio da Coroa³². Nestes meados do séc. XV, o arrabalde coimbrão e, mais especificamente, as freguesias de Santiago e S. Bartolomeu, já teriam sua importância legitimada no contexto socioeconómico da cidade. A Praça e a Calçada já estariam devidamente estabelecidas, afigurando-se não somente como centro de comércio e ponto de passagem, mas sim, e ainda mais importante, constituiriam a área “nobre” da cidade, local de habitação da elite burguesa, esta já ocupando uma posição destacada dentro da própria *urbe* e, em um âmbito mais amplo, dentre as classes sociais de fins da Idade Média³³. É esta nova centralidade já claramente visível,

²⁷ Sobre a figura do infante D. Pedro, veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, “O infante D. Pedro, duque de Coimbra”, in *Biblios*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 69, 1993, pp. 15-57.

²⁸ Acerca da relação entre o Duque e o concelho, veja-se Belisário Pimenta, “As cartas do infante D. Pedro à Câmara de Coimbra (1428-1448)”, in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1958, vol. XXIII.

²⁹ Jorge de Alarcão, *As Pontes de Coimbra que se afogaram no rio*, Coimbra, 2012, pp. 21-22.

³⁰ Walter Rossa, *DiverCidade...* pp. 520-523.

³¹ Acerca desta batalha, veja-se Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira – Antecedentes e significado histórico*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1979.

³² José Pinto Loureiro, *Coimbra no passado*, Câmara Municipal de Coimbra, 1964, p. 258.

³³ Armindo de Sousa, “A socialidade”, in *História de Portugal*, vol. II, pp. 343-344.

e que se firmaria definitivamente em inícios do séc. XVI, com o reformismo urbano iniciado na época manuelina³⁴.

1.2 – A área

Um aspecto que cedo nos intriga, ao tratarmos da urbanografia de Coimbra durante a Idade Média, é o dos antigos limites de suas freguesias. No caso que aqui abordamos, seu estabelecimento afigura-se-nos de grande interesse, não só pela necessidade de definirmos o espaço sobre o qual faremos incidir o nosso estudo – neste caso, as freguesias de São Bartolomeu e Santiago, dentro das quais se insere a Praça – mas também para um melhor entendimento das divisões paroquiais urbanas da Coimbra medieval. A documentação por nós consultada forneceu importantes subsídios para a reconstituição destes limites, os quais, após parcialmente estabelecidos, em algumas oportunidades afiguraram-se vitais no processo de identificação de alguns topónimos desaparecidos.

Começemos por uma apreciação da divisão atual. A área que, durante a Idade Média, abrigava as duas freguesias acima mencionadas, hoje leva o nome da primeira: freguesia de São Bartolomeu, e compreende atualmente uma área que se estende desde a Avenida Emídio Navarro, a sul, até a Rua da Louça, a norte, local onde faz limite com a freguesia de Santa Cruz. A oeste ladeia o rio Mondego, e a leste tem seu perímetro delineado pelas ruas Ferreira Borges, antiga Calçada, e Corpo de Deus, antiga Judiaria medieval³⁵. Engloba, portanto, em seu perímetro, toda a Praça e a Igreja de Santiago, desprovida de uma freguesia própria desde 1854, quando foi anexada à de São Bartolomeu³⁶.

³⁴ Para uma análise da fisionomia do arrabalde quinhentista veja-se, especificamente para a Praça e a Calçada, Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”, sep. *Media Aetas – Revista de Estudos Medievais*, II série, vol. I, 2004/2005, pp. 121-157, e Walter Rossa, *DiverCidade... parte III – Dúplice cidade*, pp. 529-830.

³⁵ As informações acerca dos limites da freguesia atual se encontram disponíveis na página da internet da Junta de Freguesia de São Bartolomeu: www.freguesiadesaobartolomeu.pt, acessada em 01/08/2012.

³⁶ Vítor Neto, “O Estado e a Igreja”, in *História de Portugal*, vol. V, pp. 227-243. O autor informa-nos que tal extinção de freguesias foi resultado de sucessivas reformas administrativas, levadas a cabo nos



Imagem nº2: Pormenor da freguesia de S. Bartolomeu (castanho) e de Santiago (amarelo) no “*Mappa Topografico Da Cidade de Coimbra Com a Divizão Das Antigas Freguezias*”.

De forma a iniciar nossa reconstituição, recorreremos à cartografia. Encontramos as ditas freguesias delimitadas no *Mappa topografico da cidade de Coimbra com a divizão das antigas freguezias*, de finais do século XVIII³⁷, uma das representações mais antigas da cidade (imagem nº 2). Como esta nos informa, a freguesia de São Bartolomeu se iniciava nas construções existentes a sul da ponte, ao

inícios do liberalismo, onde um dos objetivos seria reduzir o número de dioceses e paróquias existentes no país.

³⁷ *Mappa Topografico Da Cidade de Coimbra Com a Divizão Das Antigas Freguezias*, século XVIII, Instituto Geográfico Português, Inv. n.º CA 391. Publicado em *Evolução do espaço físico de Coimbra: exposição*, comissário Santiago Faria, Câmara Municipal de Coimbra, 2006, p. 35. Ao longo deste trabalho, tal mapa será ocasionalmente referido como o das *Antigas freguezias*.

redor da Portagem, e a norte se limitava com a de Santiago em três pontos distintos: a meio do quarteirão oriental da Calçada existente entre a Almedina e a Portagem; nas atuais Escadas de São Bartolomeu, perto do adro; e nos entornos da Rua das Azeiteiras. A paróquia de Santiago, por sua vez, englobava toda uma área que se estendia até às imediações da Rua das Padeiras, a noroeste; à atual Praça 8 de Maio (antigo Largo de Sansão), a norte; e a nordeste incorporava toda a Rua Corpo de Deus, tendo fim no antigo Colégio de Santo Agostinho – que atualmente abriga a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra – localizado na Rua do Colégio Novo, e já dentro dos limites da antiga muralha medieval. Por fim, as margens do rio Mondego se impunham, a ocidente, como fronteira natural às áreas de ambas as freguesias.

Tendo em conta que o mapa refere-se às “antigas freguesias”, podemos concluir, portanto, que este retrata as circunscrições de um período anterior àquele em que foi produzido. Supondo que as divisões encontradas na planta são as vigentes no séc. XVII, tal data – caso esteja nossa suposição correta – ainda distanciar-se-ia em pelo menos cento e cinquenta anos do período medieval, o que nos impossibilita qualquer certeza sobre a sua correspondência exata com as da época tratada neste trabalho³⁸. Portanto, tendo como base os limites apresentados em tal planta, cruzemos tais informações com as extraídas da documentação medieval.

A começar pelo Sul, as fontes indicam-nos que a freguesia de São Bartolomeu, na Idade Média, teria início na Portagem, como nos é sugerido por um documento de 1378 e confirmado por outro, uma sentença judicial, lavrada em 1422, onde tal espaço público é classificado diretamente como estando dentro dos limites de tal paróquia³⁹.

³⁸ Convém ressaltar aqui, a existência de um auto de demarcação das freguesias da cidade datado de 22 de Março de 1567. No entanto, este é elaborado em função da freguesia da Sé, acabando por omitir completamente as circunscrições de S. Bartolomeu e Santiago e limitando-se, somente, a especificar que a última partiria com a paróquia sede “*por a dita porta d’almedina porque da porta pera riba he freguesia da Se e da porta pera baixo freguesia de Santiago*”. Encontra-se publicada em Quintino Prudêncio Garcia, *João de Ruão. Documentos para a biographia de um artista*, Imprensa da Universidade de Coimbra 1913, pp. 154-170.

³⁹ 1378, Abril, 23, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 6, nº 17), e encontra-se publicado, assim como o resto dos documentos provenientes desta colegiada que utilizados neste trabalho, em Maria Cristina Gonçalves Guardado, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais (das origens ao início do séc. XV)*, dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999. O documento refere-se a “*casas que som na freguisia da dicta*”

Caminhando rumo a norte, também pertencia à mesma freguesia, certamente, o quarteirão ocidental da Calçada, a sul das atuais Escadas de São Bartolomeu, dada a inegável proximidade deste com o próprio templo, enquanto o trecho a norte – como nos é noticiado por um documento do cabido da Sé de Coimbra – já pertenceria à freguesia de Santiago⁴⁰. Acerca dos terrenos situados do lado ocidental desta mesma rua, mais precisamente no espaço compreendido entre a Portagem e a Almedina, faltam-nos testemunhos documentais para estabelecer claramente a divisão paroquial vigente, ficando-nos a dúvida acerca do ponto que dividiria as áreas de influência de ambas as igrejas. O espaço entre a Almedina e a Judiaria, porém, já estaria totalmente imersa nos limites de Santiago, dada a proximidade desta com este templo.

A atual rua Corpo de Deus, antiga Judiaria, provavelmente também pertenceria a freguesia de Santiago durante o período medieval, já que alguns cristãos também habitariam o local. Esta coexistência entre católicos e judeus acabaria por servir de pretexto para certas arbitrariedades cometidas pelos clérigos da paróquia. Como nos informa Pinto Loureiro, um instrumento de 1357, celebrado “*na judiaria*”, contra o prior e clérigos daquela igreja, acusa os religiosos de andarem pelo bairro judeu, com cruz e água benta, pedindo ovos aos paroquianos. Perante a recusa destes e a resposta do procurador da comuna judaica – que argumentava que estes não eram seus fregueses, por viverem em sua cerca apartada “*sob chave e guarda de el-Rei*” – decidiram por desprezar fechaduras das portas, como penhor pelos ovos que, supostamente, deveriam ter recebido há anos. Uma subsequente reclamação dos judeus ao rei seria atendida com a absolvição do pagamento⁴¹.

igreja”, ou seja, de S. Bartolomeu, e que partiriam “*da hũa parte com a portagem del rey*”; 1422, Outubro, 15, Coimbra (TT – Col. Santiago cx. 1, m. 1, nº 178/71). Esta sentença judicial especifica que João Gonçalves era arrendatário da Portagem da cidade, a qual se encontrava dentro dos limites de S. Bartolomeu.

⁴⁰ 1354, Outubro, 15, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov.1, gav. 3, doc. 70). O documento dá-nos conta da existência de casas destruídas localizadas “*a sso a escada da porta d’Almedina na freguesia de Sanctiagoo*”, confrontando-se estas, a leste, com “*rua publica que vai de Rua de Francos pera Sam Bartholomeu*”. Esta provavelmente localizava-se na tal via que ligaria a Rua dos Francos à igreja de S. Bartolomeu, correspondente às atuais Escadas de São Bartolomeu, como veremos adiante neste estudo.

⁴¹ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, Câmara Municipal de Coimbra, 1964, vol. I, p. 252-253.

Em 1361 dá-se o sacrilégio do judeu Joseph⁴², que originou o progressivo abandono desta Judiaria nos anos seguintes – em favor de outra, em Santa Justa – e aí se edificou a ermida do Corpo de Deus. Na porta desta seria afixada, em 3 de Abril de 1381, uma carta escrita por Giraldo Peres, vigário do bispo de Coimbra, onde nos é esclarecido que esta ermida, localizada onde “*soya ser a judaria velha*”, “*nom he nem esta en limite de nemhũa egreja nem mosteiro*”, cabendo sua administração ao bispo de Coimbra, como sabemos através de uma pública forma feita para Santiago no dia seguinte à fixação⁴³.

Muito embora o pequeno templo não estivesse incluído em nenhuma jurisdição paroquial, uma vez extinto o caráter diferencial da zona, e à medida que os cristãos começam a tomar posse e habitar as antigas propriedades dos judeus, Santiago afirma-se sem empecilhos como a paróquia vigente. No registro das propriedades do Almojarifado de Coimbra, de 1395, aparece-nos um chão localizado do lado oriental da rua, e que, dentre outras confrontações, partia com a “*janella da casa de Stevom Beißos que he na dicta freguisia de Samtiago*”⁴⁴. Outra propriedade, localizada no mesmo lado da rua, aparece referida na Chancelaria de D. João I como estando em território de Santiago⁴⁵, mesmo que tal aspecto tenha sido omitido da sua descrição no registro do almojarifado⁴⁶.

A Rua de Coruche (atual Visconde da Luz), segundo nos informam abundantes testemunhos⁴⁷, aparece claramente associada à freguesia de Santiago, ficando a

⁴² Registrada no *Agiólogo lusitano*, este conta-nos que o dito judeu Joseph, por volta de 1361, terá adquirido ao sacristão da Sé cinco hóstias, com o intento de fritá-las. Ao fazê-lo, estas supostamente saltaram da frigideira organizadas em forma de cruz, levando o homem a enterrá-las perto de sua casa, em um local imundo. O episódio terá chegado aos ouvidos do então bispo de Coimbra D. Vasco, que resolveu ir desenterrar as ditas hóstias sacramentadas e levá-las novamente para a Sé. Outra versão diz que o que terá sido frito foram partículas do vaso sagrado. Tudo leva a crer que o ocorrido terá causado agitação dentre a população cristã, culminando no enforcamento de Joseph, em 1362. José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, pp. 253-254, e do mesmo autor, *Coimbra no passado*, p. 227.

⁴³ Tal carta pôs fim às tentativas de alguns cônegos de Santa Cruz de retirar dali o corpo de um tal “*Pero Martins natural da Gasconha*”, talvez por considerarem que a ermida estivesse dentro de seus limites. 1381, Abril 4, Coimbra, (TT – Col. Santiago cx. 1, m. 4, nº 658/742).

⁴⁴ TT - Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fl. XIII v. Neste trabalho, utilizou-se a transcrição pessoal da Professora Doutora Luísa Trindade, a qual agradecemos enormemente pela cedência.

⁴⁵ 1395, Fevereiro, 9, Coimbra (TT – Chancelaria de D. João I – Livro 2, fl. 90 v.)

⁴⁶ TT - Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fl. XIII v.

⁴⁷ Entre outros: 1291, (?), 12, Coimbra (TT – Col. Santiago cx. 1, m. 6, nº 316), 1357, Dezembro, 21, Coimbra (TT – Col. Santiago cx. 1 m. 2 nº ...66), 1422, Outubro, 15, Coimbra (TT – Col. Santiago cx. 1, m. 1, nº 178/71).

dúvida somente a respeito do ponto em que esta se limitaria com a freguesia de Santa Cruz. Tal deveria acontecer já próximo do Largo de Sansão (atual Praça 8 de Maio) – como se encontra retratado no mapa das *Antigas freguezias* – embora não tenhamos encontrado, em nossas pesquisas, nenhum documento que situasse tal via dentro do perímetro do mosteiro crúzio. Sabemos, porém, através de uma testemunha de nome Martinho, interrogado nas inquirições de 1200, que Santa Cruz tomara a Santiago “*toda a rua, de um lado e do outro, pelas casas de Gonçalo da Boceta e de Martinho de Coruche até ao limite da paróquia de Santa Justa*”⁴⁸. Poderíamos interpretar tal rua como sendo a de Coruche, porém, tal hipótese afigura-se pouco provável, já que o testemunho relata-nos que toda uma rua teria sido tomada, o que não corresponde à realidade verificada para os séculos seguintes. O nome de Martinho de Coruche, porém, demonstra-nos que tal limite se poderia situar, pelo menos, nas imediações desta via.

Ainda acerca dos limites entre as paróquias de Santiago e Santa Cruz, sabemos que, mais a oeste, a Rua Adelino Veiga (antiga Rua dos Tanoeiros), estava certamente sob circunscrição da primeira, como nos assegura um documento⁴⁹, sendo tal definição perfeitamente plausível dada a relação desta com o adro do templo. É-nos mais difícil determinar, porém, a situação de sua paralela, a Rua das Padeiras. Não foi ainda encontrada documentação medieval a seu respeito, muito embora sua existência seja dada como certa pelos estudiosos, já que se localiza em uma zona desde há muito ocupada⁵⁰. Posto isto, documentos situam-na, no século XVI, na freguesia de Santa Cruz, coincidindo com os limites apresentados na planta das *Antigas freguezias*. Assim, dada a escassa informação que temos disponível e sua localização, é provável que assim também o fosse na Idade Média.

⁴⁸ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 271-272. Tal processo insere-se no âmbito da progressiva afirmação da freguesia deste mosteiro, fundado apenas 69 anos antes, em um espaço previamente dominado, sobretudo, por Santa Justa.

⁴⁹ 1427, Maio, 17, Coimbra (TT - Col. Santiago, cx. 1, m. 3, nº 142/229). O documento refere-se a casas de Santiago situadas “*em sua freguesia na rua de tanoeiros*”.

⁵⁰ A primeira menção a este topónimo data de 1623, e são de meados do séc. XVI referências a esta rua sob outras denominações, nomeadamente Rua de Pedro Figueiredo e Rua da Mó. José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, pp. 178-182.

Determinar a divisão em vigor na zona constituída pela Rua do Almojarife e a Rua Eduardo Coelho é, também, complexa. A primeira aparece, em documentação moderna, associada à freguesia de Santa Cruz⁵¹, enquanto a segunda, como veremos mais à frente neste estudo, contou com diversas denominações ao longo de sua existência, causando uma certa confusão na historiografia que sobre ela se debruçou.

Como argumentaremos adiante, é provável que esta correspondesse à medieval Rua do Hospital, que aparece, em um documento da primeira metade do século XIV, como estando dentro dos limites de Santa Cruz⁵². Esta via, ao contrário do que ocorre hoje, provavelmente atingiria o adro de Santiago, estendendo-se pela atual extremidade sul da Rua do Almojarife, que ficaria limitada a sua porção entre o ponto em que é atingida pela atual Rua Eduardo Coelho e a Rua das Padeiras. É bem provável que, na Idade Média, este troço final da Rua do Hospital já pertencesse a freguesia de Santiago.

Por fim, resta-nos estabelecer em que ponto, na zona da Praça, as paróquias de São Bartolomeu e Santiago limitavam-se. O mapa das *Antigas freguezias* mostra-nos o limite estabelecido pela Rua das Azeiteiras (antiga Rua de São Gião), imersa totalmente no perímetro da primeira. Para a Idade Média, muito embora a maior parte da documentação por nós encontrada a coloque dentro da área de influência de S. Bartolomeu⁵³, em finais do século XIV surge-nos a descrição de um chão que, situado nesta via – mais especificamente, “*a par dos açougues novos*” – encontrava-se inserido na paróquia de Santiago⁵⁴. Como veremos mais à frente neste estudo, sabemos que estes açougues foram erguidos na extremidade norte da Praça, o que nos sugere que tal chão estivesse localizado no quarteirão norte dessa rua.

⁵¹ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 83.

⁵² 1319-1333, (?), Coimbra (AUC – Pergaminhos da Sé, dep. V, 3ª sec., m. 1, gav. 6, nº 171) “*na freguesia de Sanhoane da Capela de Sancta Cruz na Rua de Spital*”.

⁵³ 1363, Janeiro, 13, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 1, nº 286/100), “*na freguessia de San Bertollameu na rrua que chamam de Sam Joiãao*”; 1375, Outubro, 14, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 11), que refere-se a uma casa “*na freguesia della na rua de Sam Juyãao*”.

⁵⁴ O documento, de 1398, aparece referenciado em José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 166.

Porém, outro documento, este datado de 1419, insere uma casa nesta via, situada “*junto com a picota*” – o pelourinho –, dentro dos limites de São Bartolomeu⁵⁵. Sabendo que o pelourinho da Praça ficava a sul do ponto em que a Rua das Azeiteiras desembocava neste espaço, como também veremos, é provável que tal casa estivesse localizada, por sua vez, no quarteirão sul da dita rua, o que nos leva a sugerir que, enquanto o casario a norte deste via estivesse sob influência de Santiago, o situado a sul se inseria dentro dos limites de S. Bartolomeu, proposição que nenhum outro elemento presente na documentação medieval relativa à Rua das Azeiteiras parece refutar.

Certo é, porém, que o processo de reorganização espacial empreendido após o aparecimento da Praça, e a dúvida acerca da composição viária do espaço antes de seu surgimento, torna muito difícil, com as informações que temos em mãos, o estabelecimento definitivo da divisão paroquial em voga na Idade Média para esta e seus entornos, de modo a que somente nova documentação poderá oferecer-nos uma resposta clara a tal questão.

1.3 – As igrejas

As origens da ocupação desta zona do arrabalde da cidade remontam, comprovadamente, à Alta Idade Média, tendo-se desenvolvido a partir dos núcleos de povoamento formados, inicialmente, em torno das igrejas de S. Bartolomeu e Santiago. Tracemos, então, um histórico destes templos, e analisemos alguns aspectos arquitetónicos de seus edifícios.

Em um documento datado de 957, mas que chegou até nós através de uma cópia de 1116-1117, é-nos atestada a doação – do presbítero Samuel ao mosteiro de Lorvão – de duas igrejas localizadas “*in arravalde de Conimbrie*”, consagradas a São Cristóvão e São Cucufate. Tal carta inicia-se com uma nota histórica, onde o presbítero recorda que as igrejas de São Cristóvão e S. Cucufate haviam pertencido, anteriormente, a um outro presbítero de nome Pedro *Baleuli*, e mais adiante nos

⁵⁵ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 166.

esclarece que o templo dedicado a São Cristóvão fora reconsagrado a São Bartolomeu. Nesta mesma carta de doação, incluem-se casas, hortas e vinhas localizadas junto às igrejas, o que comprova a existência de um pequeno núcleo habitacional em volta das mesmas⁵⁶.

Como argumenta convincentemente Jorge de Alarcão, tal reconsagração deverá ter ocorrido não antes de 957, mas sim após a reconquista definitiva da cidade, em 1064, já que o culto a S. Bartolomeu era ainda incipiente quando o documento original fora produzido⁵⁷. Desta maneira, a atualização presente na cópia terá sido obra dos copistas do século XII⁵⁸. É certo que o Mosteiro de Lorvão perderia a posse de tais propriedades durante a segunda ocupação muçulmana de Coimbra (987-1064), recuperando somente a igreja de S. Bartolomeu, em 1109, por doação do presbítero Ariano, que reconheceu os direitos históricos do mosteiro à posse deste templo⁵⁹. São Cucufate, por sua vez, seria reconsagrada a Santiago – provavelmente dada a decadência do culto ao primeiro⁶⁰ – e doada por Fernando Magno à catedral de Santiago de Compostela, datando-se de 1183 um acordo, entre o arcebispo desta e o bispo de Coimbra, acerca dos direitos de cada um sobre a igreja⁶¹.

Tratemos, primeiramente, da evolução de S. Bartolomeu. No ato de doação de Ariano, convém notar que, juntamente com o templo, foram também incluídos “*domus cum casas et palumbare... uno torculari; equos et caballos, mulos et asinos, sellas, frenos, sporas, spatas et scutos, lanceas, balestas, sagitas...*”. Tal arsenal bélico poderá ser considerado uma prova indireta da fortificação da igreja, possibilidade plausível no âmbito da Reconquista, não nos faltando evidências de que igrejas rurais

⁵⁶ *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Lorvão*, publ. em *Portugalia Monumento Historica: Diplomata et Chartae*, Curia Municipalis, Portucale, 1891-1974, Vol. I, Fasc. I, doc. 74 e reproduzido em João da Cunha Matos, *A Colegiada de S. Cristóvão de Coimbra (sécs. XII e XIII)*, trabalho apresentado a concurso de Provas Públicas para Professor Coordenador, Tomar, 1998, vol. II, doc. 1. Convém mencionar que todos os documentos provenientes da Colegiada de S. Cristóvão utilizados neste estudo encontram-se publicados neste trabalho.

⁵⁷ Posteriormente, um novo templo consagrado a S. Cristóvão seria erguido dentro de muralhas, no local onde hoje encontram-se as ruínas do teatro Sousa Bastos. Sua existência está comprovada desde, pelo menos 1108, tendo sido demolido em meados do séc. XIX. Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 94-95.

⁵⁸ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 271-272.

⁵⁹ *Documentos Medievais Portugueses*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1940, vol. III, nº 316.

⁶⁰ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 78.

⁶¹ *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Edição crítica. Dir. e coord. editorial de Manuel Augusto Rodrigues e dir. científica de Avelino Jesus da Costa, 1ª edição, 1999, nº 7.

ou suburbanas eram, ou poderiam ser, fortificadas⁶². Acerca desta primitiva igreja – possivelmente visigótica – nada mais sabemos acerca da arquitetura de seu edifício, já que os seus vestígios nunca foram alcançados por nenhuma intervenção arqueológica.

No século seguinte, por volta de 1170 ou 1180, o templo seria reconstruído, tendo a nova construção adotado o então vigente estilo românico. É importante notar que, ao contrário da igreja barroca existente nos dias de hoje, tal templo medieval ficava orientado para sudoeste, ou seja, de costas para a Praça, como nos é ilustrado pela imagem nº3. Escavações arqueológicas nos comprovam que o edifício teria dimensões semelhantes às da ainda existente igreja românica de Santiago, possuindo, para além da entrada frontal, outras duas portas laterais, uma face ao Beco dos Prazeres e outra virada para o que hoje é o Adro de Cima, parte do adro onde se localizava sua torre sineira, de construção posterior e não integrada no templo⁶³.

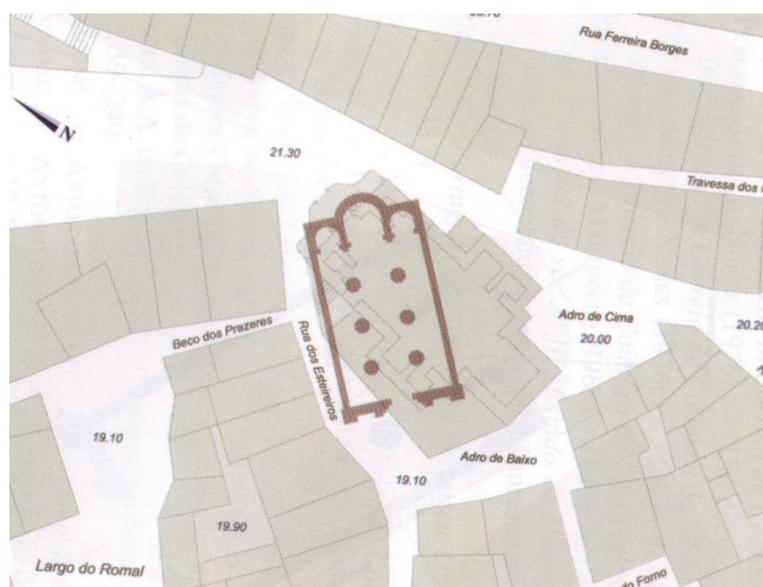


Imagem nº3: Planta indicando a localização da igreja românica⁶⁴.

Quanto à sua aparência exterior, esta deveria assemelhar-se a outras igrejas românicas do mesmo período, como a Sé e a igreja de São Cristóvão. Um edifício de tais características – também aparentemente virado a sudoeste e localizado na Baixa,

⁶² Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 148.

⁶³ Para uma descrição pormenorizada das descobertas feitas nas escavações arqueológicas sob a atual igreja de S. Bartolomeu, realizadas em 1977-78 e que permitiram localizar a antiga igreja românica, veja-se Jorge de Alarcão, “A igreja românica de São Bartolomeu de Coimbra”, sep. *Conimbriga*, XLVIII, Coimbra, 2009, p. 211-230.

⁶⁴ Planta retirada de Jorge de Alarcão, “A igreja românica de São Bartolomeu de Coimbra”, Fig. 2, p. 232.

perto da Portagem – pode ser visto na famosa gravura de Coimbra, desenhada pelo florentino Pier Maria Baldi em 1669. Em busca de uma maior certeza, sobreposemos o desenho à outra fotografia da cidade, obtida em 1855 (imagem nº 4 e 5). Mesmo tendo em conta a ligeira diferença entre os pontos de obtenção de ambos os retratos, o resultado mostrou-nos uma proximidade considerável entre a localização da atual igreja e o edifício presente no desenho de Baldi, levando-nos a crer que nossa correspondência esteja correta⁶⁵.

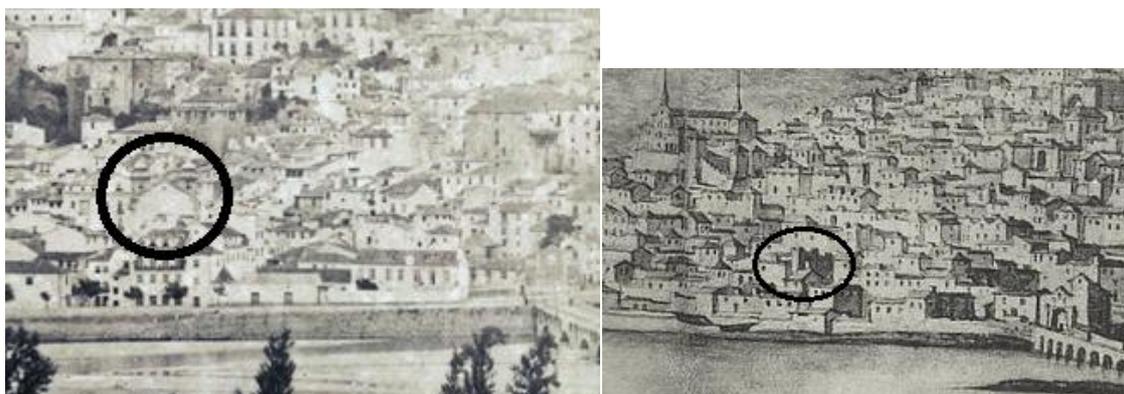


Imagem nº 4 e 5: Igreja de S. Bartolomeu localizada em uma vista de Coimbra, de 1855⁶⁶ / Provável representação da igreja de São Bartolomeu na vista de Coimbra de Pier Maria Baldi, 1669⁶⁷.

A igreja manter-se-ia com tal configuração até o século XVII, altura em que a sua sacristia foi alargada e a sua decoração interna reelaborada. Tais obras condenariam a porta do lado sul, obrigando à abertura de uma nova, mais próxima da fachada principal. No século seguinte, porém, o estado de ruína do templo era notório, culminando na sua demolição e na construção de um novo edifício, iniciada com o lançamento da pedra fundamental em 16 de Julho de 1757, em cerimônia presidida pelo então provedor do bispado de Coimbra, Manuel Rodrigues Teixeira⁶⁸. Em 27 de

⁶⁵ Não reproduzimos aqui o resultado da sobreposição, já que a impressão não garantiria a qualidade necessária para que esta fosse devidamente apreciada. A comparação também revelou que, embora o desenho de Pier Maria Baldi não seja exato, como é de se presumir, o artista consegue reproduzir de maneira bem-sucedida a localização, na paisagem, dos edifícios de maior importância, como por exemplo, a Sé, o Colégio de Santo Agostinho e a Ponte, o que reforça nossa tese acerca da igreja de S. Bartolomeu.

⁶⁶ *Album pittoresco e artistico de Portugal*, 1855, nº 19, disponível online no site da Fundação Biblioteca Nacional:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/th_christina/icon325560/gallery/index.htm.

⁶⁷ Lorenzo Mangalotti, *Viaje de Cosme de Medicis por España y Portugal (1668-1669)*, edição e notas por Angel Sánchez Rivero e Angela Mariutti de Sánchez Rivero, Sucesores de Rivadeneyra, Madrid, 1933, p. LXI.

⁶⁸ Jorge de Alarcão, “A igreja românica de São Bartolomeu de Coimbra”, p. 213.

Dezembro de 1777 é sagrada a nova igreja, traçada em estilo barroco muito simples, dotada de duas torres e com a fachada principal já orientada a Norte, direcionada para a Praça da cidade.

No outro extremo deste espaço público estava a igreja de Santiago. Também de provável origem visigótica, o templo seria reconstruído inteiramente no séc. XII, tal como o de S. Bartolomeu, tendo as obras se iniciado, provavelmente, no terceiro quartel deste século. O novo edifício, que se enquadraria dentro dos mesmos ideais românicos aplicados na então recém-concluída Sé catedral, teve sua sagração em 1206, embora alguns elementos estilisticamente tardios da rosácea e de alguns capitéis sugiram que as obras se tenham prolongado para além desta data⁶⁹.



Imagem nº 6 e 7: A igreja de Santiago, em inícios do século XX, ainda com o edifício da Misericórdia instalado em seu topo / A mesma igreja após as demolições, em foto de 1909⁷⁰.



Séculos mais tarde, nos alvares da modernidade, tal templo seria alvo de uma das mais insólitas intervenções já verificadas na história da arquitetura religiosa coimbrã, ao ter sido instalada, literalmente sobre o templo, a Misericórdia de Coimbra. A obra foi executada em escassos três anos (1546-1549), ficando o projeto a cargo do arquiteto João de Ruão, e tendo o resultado alterado drasticamente o aspecto do

⁶⁹ Gerhard N. Graf, *Portugal roman: Le sud du Portugal*, vol. I, Zodiaque, 1986, pp. 191-192.

⁷⁰ Imagens publicadas na revista *Ilustração Portuguesa*, nº 161, 22 de Março de 1909. A fotografia da igreja após as demolições é de autoria do conimbricense José Gonçalves.

edifício⁷¹. Por fim, não bastando tão radical obra, o alargamento da Rua de Coruche, processo iniciado em 1857 e concluído nove anos depois, ainda acabaria por mutilar uma parte significativa de sua cabeceira⁷² (imagem nº 6).

Como reação a tais alterações ao templo românico original, nos inícios do século XX – em um processo que se estenderia de 1908 a 1932 – foram levadas a cabo obras de restauração do templo, na qual seriam sumariamente demolidos todos os acrescentos posteriores ao período medieval, optando-se pela reconstrução parcial do edifício. Tal obra, que gerou grande polêmica, foi conduzida por António Augusto Gonçalves, fiel a um modelo de intervenção que buscava devolver à igreja seu aspecto medieval, tendo como inspiração a igreja de São Salvador, localizada na alta da cidade⁷³ (imagem nº 7).

Embora grande parte do edifício atual seja fruto deste processo de reconstrução (imagem nº8), ainda podemos contemplar seus portais originais, que representam duas fases construtivas do edifício medieval: a porta Sul, com três arquivoltas sem decoração, contornada exteriormente por uma moldura de videira, é um bom exemplo da arquitetura românica coimbrã de fins do século XII. Já a porta principal, a poente, é posterior, sendo composta por quatro arquivoltas onde, segundo Manuel Luís Real, coexistem capitéis de exímia qualidade artística e outros de inferior execução⁷⁴. Por fim, também remanescente da Idade Média é uma capela quatrocentista, em estilo gótico flamejante com alguma influência mudéjar, atualmente localizada na parede norte, mas originalmente situada no lado oposto, tendo sua localização sido alterada em 1908, com o propósito de alargar as Escadas de Santiago⁷⁵ (imagem nº9).

⁷¹ Vergílio Correia, *A igreja de São Tiago de Coimbra. Notícias topográficas e históricas*, Mvsev, 1943, republicado em 1949, vol.2, p. 57.

⁷² José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 302.

⁷³ IGESPAR – Igreja de Santiago (Coimbra), disponível online no endereço: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/69863/>. Acessado em 10/08/2012.

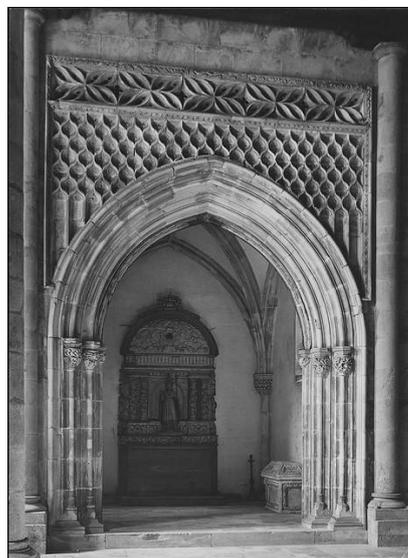
⁷⁴ Manuel Luís Real, "La sculpture figurative dans l'art roman du Portugal" in George N. Graf, *Portugal roman: Le sud du Portugal*, Zodiaque, 1986, vol. I, pp. 33-75.

⁷⁵ *A igreja de S. Tiago de Coimbra*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Vol. 28, Junho de 1942, pp. 20-21.

Fontes ainda nos dão indícios da existência de uma terceira porta, localizada nos fundos do templo e orientada em direção à Calçada⁷⁶, e de um claustro, hoje inexistente, localizado, certamente, a norte do edifício, onde hoje se encontra um pequeno pátio ainda pertencente à igreja. Acerca deste espaço, sabemos, pelo *Livro de Aniversários de Santiago*, elaborado nos séculos XV e XVI, que este também seria local de sepulturas. Como exemplo, citamos a de Álvaro Gonçalves e sua esposa, Catarina Esteves, enterrados “na crasta ao pee da laranjeira na canpãa que tem a cruz”⁷⁷. Outro caso é o de Domingas Anes, mulher de Estevão Vasques, tosador, sepultada “na crasta junto com a parede da egreja a fundo da porta da clasta ante do muimento alto”⁷⁸. Por fim, sabemos também, pela mesma fonte, que ali haveria uma estalagem⁷⁹.



Imagem nº 8 e 9: A igreja de Santiago após a reconstrução, retratada atualmente / A capela Norte, construída no séc. XV em estilo gótico.



⁷⁶ Isaiás da Rocha Pereira, “Livros de aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra”, in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, Coimbra Editora, 1978, p. 22, onde somos informados que João Panão “jaz sepultado ante ho altar de Nossa Senhora na canpãa contra a porta da callçada”.

⁷⁷ Isaiás da Rocha Pereira, “Livros de aniversários de Santa Maria...”. p. 25.

⁷⁸ Isaiás da Rocha Pereira, “Livros de aniversários de Santa Maria...”. p. 27.

⁷⁹ Isaiás da Rocha Pereira, “Livros de aniversários de Santa Maria...”. p. 25.

1.4 – Aspectos urbanos

1.4.1 – A Portagem e a Ribeira

Ainda hoje, quem atravessa a Ponte de Santa Clara em direção à margem direita do Mondego, é conduzido ao Largo da Portagem, ponto de interesse da baixa coimbrã e local de passagem, quase inevitável, para quem chega à cidade vindo do Sul. Na Idade Média a realidade seria a mesma, já que os viajantes que atravessassem a primitiva ponte afonsina sobre o rio se deparariam, também, com tal espaço público. Este era então designado somente por Portagem, em razão de ser o local onde, pelo menos desde meados do séc. XIV, eram cobrados os direitos pelas fazendas e víveres que adentravam a cidade por esta rota.



Imagem nº 10: Detalhe do desenho de Baldi, mostrando a zona ribeirinha das freguesias de S. Bartolomeu e Santiago. A direita, ao fim da ponte, encontra-se a torre manuelina e a zona da Portagem.

A primeira referência documental a uma portagem na cidade encontra-se em um documento de 1298, onde o Cabido da Sé empraça casas situadas “*in Riparia colimbrie prope domus da portagem*”⁸⁰. Porém, em relação a tal menção, não podemos ter total certeza de que faz referência ao local ocupado, atualmente, pelo largo homónimo. Isto porque, através de um assento presente no registro de propriedades do Almojarifado de Coimbra, datado de 1395, chega-nos um testemunho acerca de casas situadas no fim da Rua de S. Gião (atual Rua das Azeiteiras), ou seja, na extremidade poente desta, e que confrontavam, de um dos lados, com uma casa que, segundo é-nos informado, “*foy a portagem velha*”⁸¹. Para

⁸⁰ 1298, Março, 17, Coimbra (AUC – Cópia dos documentos latinos, p. I, III-1ªD-5, 4, 10, fol. 87 v.)

⁸¹ TT - Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fl. XXII v.

complementar, seria, certamente, nos entornos deste local que a Rua da Portagem Velha, arruamento citado em um documento de 1462, estaria situado⁸².

À parte destes dois testemunhos, nada mais foi encontrado acerca desta portagem desativada. Seria ela uma segunda portagem, situada junto ao rio e alternativa à instalada no fim da ponte sobre o Mondego, destinada à função de cobrar os impostos dos produtos chegados à cidade por via fluvial? Fica a hipótese. De qualquer maneira, é provável que esta estivesse inutilizada desde meados do séc. XIV, quando começam a aparecer-nos menções à Rua da Cruz, situada, como veremos adiante, próxima da já estabelecida Portagem perto da ponte.

Desta maneira, já certamente relacionado a esta está a referência presente em documento de 1361, em que os cónegos de S. Bartolomeu emprazaram, a Gonçalo Afonso e sua esposa Maria Martins, “*hũas casas que nos avemos na dicta [cidade] a Ribeira a par da Portagem*”, confrontando “*de todalas partes com outras casas da dicta e[igreja]*”⁸³. É provavelmente uma destas casas confrontantes que a mesma igreja empraza, em 1378, ao barqueiro Estácio Martins e sua esposa Antoninha Afonso, já que a carta de emprazamento as situa “*na freguisia da dicta eigreja*”, confrontando “*da hũa parte com a portagem del rey e da outra com casas da dicta eigreja e da outra com rua publica*”⁸⁴.

Como primeira consideração acerca da urbanografia do local, convém ressaltar que, por diversos motivos, reconstituir a fisionomia da Portagem medieval afigura-se uma tarefa complexa. Ao longo dos séculos, tal zona foi alvo de inúmeras intervenções urbanísticas significativas, sobretudo entre a segunda metade do séc. XIX e inícios do séc. XX. Tais intervenções, que consistiram sobretudo em demolições e aterros, culminaram em um aumento da área do atual largo e modificações radicais dos arruamentos que o envolviam, distanciando-o muito do aspecto urbanístico que apresentava na Idade Média⁸⁵. Assim sendo, o primeiro passo para podermos

⁸² José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 380.

⁸³ 1361, (?), 10, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 5, nº 28).

⁸⁴ 1378, Abril, 23, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 6, nº 17).

⁸⁵ Para maiores detalhes acerca das transformações sofridas pelo Largo da Portagem nos séculos recentes veja-se: António Correia, “Identificações toponímicas: Largo da Portagem e imediações”, in *Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal*, vol. 6, Coimbra, 1942, pp. 285-301.

reconstituir, aproximadamente, a fisionomia da Portagem medieval é termos em conta a abismal diferença, resultante destas modificações, do nível do pavimento atual com o verificado em séculos anteriores.

Tal disparidade é resultante da prática de, em consequência do assoreamento do rio, acentuado a partir do séc. XIII, erguer-se o terreno através de aterros e muros de arrimo, como medida de proteção contra as cheias. Como nos noticiam Walter Rossa e Jorge de Alarcão, escavações arqueológicas realizadas em 1981 foram capazes de atingir uma passagem abobadada, pertencente à antiga torre da ponte afonsina, estando esta estrutura, segundo estimativas, localizada por volta de 10m abaixo do nível atual, que ronda os 24 metros⁸⁶. Tendo em conta que o pavimento desta passagem não foi atingido, tais dados sugerem-nos que a Portagem medieval estaria localizada, portanto, a uma cota que cercaria os 13-15m, colocando-a muito próxima da cota estimada para o rio Mondego, o qual, segundo Walter Rossa, correria, no século XIII, por volta dos 12m⁸⁷. Assim sendo, convém ressaltar que, na Idade Média, a elevação artificial do terreno era ainda inexistente, estando a cota da Portagem ainda em sua altura natural em relação ao rio. Seria somente no séc. XVI, juntamente com a construção da ponte manuelina, que tais técnicas começariam a ser aplicadas, tendo esta sido erguida já alguns metros mais alta em relação à sua análoga medieval, em resposta ao crescente assoreamento do rio⁸⁸.

Debrucemo-nos, então, sobre as construções que compunham a Portagem medieval. A ocidente localizar-se-ia a já referida torre, parte integrante da ponte sobre o rio Mondego⁸⁹. Fora edificada juntamente com tal ponte, a mando de D. Afonso Henriques, tendo as obras se iniciado por volta de 1131-1132, substituindo uma antiga estrutura romana⁹⁰. Trespessando tal torre, chegar-se-ia ao terreiro, um espaço aberto de proporções desconhecidas, onde seriam cobrados os ditos impostos sobre os produtos que adentravam a *urbe*. Algumas destas cobranças seriam feitas ao ar livre,

⁸⁶ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 147 e Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 556.

⁸⁷ Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 445.

⁸⁸ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 147.

⁸⁹ Jorge de Alarcão, *As Pontes de Coimbra...*, p. 19.

⁹⁰ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, pp. 145-146.

outras sob um coberto⁹¹, e era também ali que se situava o edifício da arrecadação, atestado documentalmente, mas de localização incerta⁹².

Como pudemos verificar, a partir das descrições documentais apresentadas anteriormente, a Portagem estava inserida no âmbito da área denominada de Ribeira, topónimo medieval que designava toda a zona ribeirinha do Mondego situada da ponte para Norte. Esta encontra-se, atualmente, largamente modificada, dadas as intervenções urbanísticas executadas no local ao longo dos séculos e que, tal como na Portagem, aumentaram o nível do terreno através de aterros, pela mesma razão das cheias. Indícios de tais alteamentos são encontrados ao andarmos atualmente pelo local, tornando-se evidente, por exemplo, o desnível entre a Av. Emídio Navarro (cerca de 24m) e a Rua da Sota (cerca de 19m), esta última também já ligeiramente elevada.

Posto isto, devemos imaginar a Ribeira, na Idade Média, muito abaixo da atual, desenvolvendo-se, em média, a uma cota próxima da verificada para a Portagem – na ronda dos 15m⁹³ – e contando com uma leve inclinação em direção ao rio Mondego. As margens deste, por sua vez, seriam delineadas por um areal, o famoso Arnado (*arenatum*), que ainda hoje dá nome à zona marginal do Rio Mondego situada dentro da atual freguesia de Santa Cruz, nos arredores da Rua da Sofia. Sob este areal, estariam situados, na Idade Média, os portos da cidade, três, a acreditarmos em uma antiga cantiga de escárnio, datada de meados do séc. XIII e de autoria de João Soares Coelho: *mais em Coimbra caeu bem provado: / caeu em Runa até en o Arnado / em tôd[ol]os três portos que i som*⁹⁴. Mesmo que tal número seja verdadeiro, porém, não sabemos ao certo suas exatas localizações, muito menos se algum estaria inserido na área das freguesias abrangidas neste estudo.

⁹¹ Em um levantamento tardio do alçado da Portagem ao Arco da Alegria, executado no último quartel do séc. XVIII, ainda é-nos possível identificar uma cobertura que servia a tais propósitos. *Perfil de Rua, desde a Portagem até ao Arco da Alegria*, Museu Nacional de Machado de Castro, Inv. Nº 2936.

⁹² 1422, Outubro, 15, Coimbra (TT – Col. Santiago cx. 1, m. 1, nº 178/71).

⁹³ Também é este o valor o sugerido por Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 445.

⁹⁴ *Cancioneiro da Vaticana*, V 1014, fl. 163 v.

As referências ao Arnado e seu areal persistiriam até, pelo menos, finais do séc. XIV⁹⁵, provando que, até aquele momento, ainda nenhuma das técnicas de prevenção de cheias teriam sido utilizadas no local. Tal como na Portagem, o terreno da Ribeira medieval desenvolver-se-ia naturalmente, o que a tornaria alvo susceptível de alagamentos, onde, dependendo da severidade das chuvas, as águas poderiam chegar até à altura de onde hoje se encontra a Praça. O aumento na frequência das inundações e o dano cada vez maior que estas causavam obrigariam o concelho, no século XVI, aquando da construção do cais, edificado na freguesia de São Bartolomeu, a erguer também o chamado “*muro da cidade*”, estrutura que serviria de arrimo e permeio entre o espaço edificado e o rio Mondego⁹⁶.

Feitas as considerações acerca do seu terreno, analisemos, então, a composição deste espaço. A primeira referência a construções na Ribeira data do séc. XII, mais precisamente de 1156, em carta onde Pedro Anes vende a Paio Faluz uma casa localizada na freguesia de São Bartolomeu, que confrontaria a sul com via pública e a oeste com o Arnado⁹⁷. Já no séc. XIII, nesta mesma freguesia, localizava-se a casa adquirida pelo Cabido da Sé, em 1243, a Vasco Monteiro, que partia a oeste com o Arnado e a norte com rua pública⁹⁸. Neste mesmo ano, João Sendines, cónego da dita Sé, adquiriria outras duas casas, também em S. Bartolomeu: a primeira, comprada de Martim Ricomem, confrontava também a oeste com o Arnado e a norte com rua pública⁹⁹; e a segunda, adquirida a Maria Peres, partiria com o Rio Mondego a oeste e com a via pública a leste¹⁰⁰.

É somente a partir do século XIV, no entanto, que começam a surgir testemunhos mais detalhados acerca da malha viária existente nesta zona. São fartas

⁹⁵ No registro de propriedades do Almojarifado de Coimbra (TT - Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*), o Arnado aparece referenciado em três ocasiões, mais especificamente nas descrições do traçado da Rua da Moeda (fl. XII), Rua dos Tanoeiros (fl. XIII) e Rua de São Gião (fl. XXII v.).

⁹⁶ As primeiras notícias acerca da construção do cais datam de 1518, ano da celebração de um contrato com Gonçalo Madeira, para que este executasse a obra, auxiliado pelo mestre-de-obras do rei. Este tipo de intervenções proliferar-se-ia nas décadas seguintes, consolidando a frente ribeirinha moderna de Coimbra. Seu resultado pode ser plenamente verificado na vista de Coimbra de autoria de Pier Maria Baldi, datada de 1669. Para mais informações acerca do cais, veja-se Walter Rossa, *DiverCidade...*, pp. 556-559.

⁹⁷ 1156, Maio (TT – Cabido da Sé de Coimbra, 1ª incorp., m. 5, nº 13).

⁹⁸ 1243, Maio (TT – Cabido da Sé de Coimbra, 1ª incorp., m. 8, nº 28).

⁹⁹ 1243, Julho (TT – Cabido da Sé de Coimbra, 1ª incorp., m. 8, nº 31).

¹⁰⁰ 1243, Julho (TT – Cabido da Sé de Coimbra, 1ª incorp., m. 8, nº 32).

as notícias, por exemplo, acerca da existência de uma via que, pela sua denominação – Rua da Ponte – serviria, certamente, como ligação direta para tal estrutura. Sua primeira menção data de um instrumento de 1307, que descreve *palames* e *alcaçarias* aí localizados¹⁰¹. Em um documento de 1346 aparece-nos a expressão “*rua que vai pêra a ponte*”, na qual Domingos Domingues, raçoeiro de S. Bartolomeu, era proprietário de lagares de azeite¹⁰² e, em 1363, sabemos que Maria Lourenço teria casas na Rua da Ponte, especificamente¹⁰³.

Em 1367, temos notícia de “*casas com sua adega*” e outro lagar de azeite localizado nesta mesma via, propriedades de Vicente Anes, vulgo *Colherinhas*¹⁰⁴ e, em carta de empraçamento de 1381, somos informados de que Catarina Anes, moradora nesta rua e freguesa de S. Bartolomeu, doa a esta igreja as casas em que habita, situadas “*no coberto huu chama Pede[r]nedo*”, confrontantes com o rio Mondego, rua pública, e casas de João de Alpoim¹⁰⁵. Por fim, em 1434, somos informados da existência de uma casa térrea e cortinhal na Rua da Enxurrada (Rua dos Esteireiros), partindo “*com a dita rua e com rua que vai para a ponte*”¹⁰⁶.

Acerca do *Pedernedo*, topónimo de origem desconhecida presente na carta de 1381, este surge-nos em outras ocasiões, sendo a mais recuada datada de 1379, quando cónegos de Santiago tomam posse de uma casa localizada “*em lugar que dizem o pedernedo*”, doada pela confraria dos alfaiates¹⁰⁷. A designação aparece-nos novamente em uma carta de empraçamento de 1389, onde casas são situadas em uma via pública, de nome Rua do *Pedarnedo*¹⁰⁸.

Assim sendo, e a julgar pelas descrições anteriormente citadas, o *Pedernedo* seria a designação para um coberto, provavelmente às margens do Mondego, e que posteriormente também deu nome a uma rua próxima. Difícil é, porém, identificar o

¹⁰¹ 1307, Outubro, 21 (TT – Col. S. Pedro, cx. 3, m. 6, nº 17) publicado em Carla Patrícia Rana Varandas, *A colegiada de S. Pedro de Coimbra das origens ao final do século XIV: estudo económico e social*, dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, doc. 16.

¹⁰² 1346, Junho, 13, Coimbra, (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 6, m. 14, nº 13).

¹⁰³ 1363, Novembro, 8, Coimbra, (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 4, nº 427/497).

¹⁰⁴ 1367, Setembro, 2, Coimbra, (AUC - Cópia de Empraçamentos, III-1ºD-3, 4, 23, fl. 25, nº 16).

¹⁰⁵ 1381, Janeiro, 20, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 21).

¹⁰⁶ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 342.

¹⁰⁷ 1379, Março, 18, Coimbra (TT - Col. Santiago, cx. 1, m. 3, nº 289/771).

¹⁰⁸ 1389, Outubro, 25, Coimbra, (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 5).

traçado da Rua da Ponte, onde este se localizaria. Seria esta uma rua paralela ao rio? Poderia seguir um traçado derivado da antiga Rua da Saboaria, eixo viário desaparecido após a construção da filial do Banco de Portugal, no Largo da Portagem, nos inícios do séc. XX, e que nascia na Rua Sargento Mor, a norte, e acabava a sul, em um beco¹⁰⁹. Seu topónimo é setecentista e de origem desconhecida¹¹⁰, e seu traçado, caso superasse tal beco que o limitava, chegaria à ponte. Nesta conjectura, portanto, a via iniciar-se-ia nesta estrutura, seguiria para norte pela Rua da Saboaria, atravessaria o Beco do Forno e atingiria a atual Rua dos Esteireiros, tal como nos descreveu um documento já citado.

Ou então este traçado corresponderia a “*rua que vai para a ponte*”, e a Rua da Ponte seria uma rua distinta? É não só a hipótese mais provável, como é a mais sedutora, já que poderíamos propor que esta última seguiria o traçado desta própria estrutura, culminando onde hoje nasce a Travessa dos Gatos (imagem nº 11). Tal hipótese iria de encontro à sugestão de Vasco Mantas para o desenho da estrada romana que atravessava *Aeminium*, e que, segundo este autor, iniciar-se-ia justamente na ponte, seguindo pela Travessa dos Gatos e depois pela Praça¹¹¹, além de se conjugar perfeitamente com a hipótese que avançaremos, mais a frente neste estudo, acerca da extensão original da Rua dos Francos.



Imagem nº 11: Em preto, o traçado presumido para a Rua da Ponte, em azul o para a “rua que vai para a ponte”.

¹⁰⁹ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 261.

¹¹⁰ A menção mais antiga por nós encontrada está no *Mapa da Couraça de Lisboa – Projecto de Reforma* (Museu Nacional Machado de Castro, Invº 2871 (b)), do último quartel do séc. XVIII.

¹¹¹ Vasco Gil Mantas, “Notas sobre estrutura urbana de Aeminium”, in *Biblos – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 68, 1992, p. 494 e 498. Ainda abordaremos a questão da estrada romana outras vezes no decorrer deste estudo.

De qualquer modo, foi certamente o desaparecimento de sua extremidade sul, e a consequente perda da ligação a esta estrutura, a causa do desaparecimento do topónimo, o que poderá ter ocorrido após a edificação da torre manuelina que, ao contrário do que provavelmente se verificava na ponte românica, tinha a porta em cotovelo, bloqueando o acesso a uma rua direta vinda do norte, como seria o caso da Rua da Ponte.

Ligeiramente mais a norte, percorrendo o trajeto da atual Rua dos Esteireiros, estaria, na Idade Média, o esgoto da cidade, então denominado *sota* e sobre o qual trataremos detalhadamente mais adiante neste estudo. Por agora, convém ressaltar que este desaguava no Mondego no ponto onde, até inícios do século XX, se abria o Largo da Sota, situado no fim desta via e próximo de outra, sua homónima, que ainda hoje permanece na malha viária da Baixa coimbrã. Para o período medieval, uma tal Rua da Sota também nos aparece na documentação, mencionada pela primeira vez em carta de escambo datada de 1391, onde são feitas referências a pardieiros de S. Bartolomeu, sitos “*na rua que chamam da Sotaa a fundo da dicta egreja*”, situada “*a par da Ribeyra da dicta cidade*”¹¹².

Esta surgirá novamente em 1409, quando pardieiros nela localizados foram emprazados pela igreja de S. Bartolomeu a Afonso Esteves, homem de serviço¹¹³. No entanto, mesmo com a coincidência de designações, somos relutantes em fazer corresponder tal Rua da Sota medieval com a atual rua de mesmo nome, no que preferimos avançar uma outra hipótese acerca deste logradouro.

Como já referimos, a dita *sota* seguia o desenho da atual Rua dos Esteireiros, uma pequena via que ligava o adro de S. Bartolomeu à Ribeira, fato que a denominaria, no séc. XV, de Rua da Enxurrada. Sendo inexistente qualquer outra menção a esta rua anterior a esta data, e dada a sua relação íntima com a *sota* – esta muito anterior ao séc. XV, como veremos – tudo parece nos indicar que esta correspondesse à Rua da Sota medieval, e não à atual, cujo traçado se limitaria a cruzar-se perpendicularmente com o canal do esgoto. Porém, como explicar, então, a permanência do topónimo, ligado à via atual? Certamente tal se deve ao Largo da

¹¹² 1391, Fevereiro, 10-20, Coimbra, (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 5, nº 36).

¹¹³ 1409, Setembro, 8, Coimbra, (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 20).

Sota, do qual a atual Rua da Sota herda parte do traçado. Desta maneira, é provável que o topónimo derive da relação próxima desta com tal largo, inexistente na Idade Média, e não da *sota* propriamente. Ainda reforçaremos esta hipótese nos próximos subcapítulos deste trabalho.

Também no séc. XIV, temos os primeiros indícios acerca da existência de outro arruamento na ribeira, também na freguesia de S. Bartolomeu: a Rua da Cruz. Em documentos provenientes da Sé de Coimbra e citados por José Pinto Loureiro, encontramos referência em 1349 a casas “*na Ribeira, no lugar que chamam a Cruz, a par da Portagem*”; e, em 1386, a uma casa “*na Ribeira, na Rua da Cruz*”, freguesia de São Bartolomeu¹¹⁴. Em outro, também da Sé e datado de 1362, emprazaram-se casas na mesma via a Pedro Afonso, “*alfavaqueiro*”, e a Inês Lourenço, sua esposa, e que confrontavam com cortinhal de S. Bartolomeu, com casas de João Mateus, alfaiate, e com uma azinhaga¹¹⁵.

A portagem referida nas fontes será, muito provavelmente, já a localizada no fim da ponte sobre o Mondego, enquanto o crucifixo que estará, provavelmente, na origem de tal topónimo é o mesmo citado em uma carta de 1522, onde se confirma um emprazamento de um pedaço de chão e muro “*diante da porta da Portagem e da porta e torre da ponte*”, “*des em direito donde esteve o cruxifixo dhy pera cyma te em direito do poço dos caães que está no dito chão*”¹¹⁶.

Embora não tenhamos indícios para localizar exatamente tal crucifixo, estando a Rua da Cruz situada na Ribeira, é provável que esta se iniciasse na própria Portagem, tendo a retirada do crucifixo – anterior a 1522, como a citação mencionado nos deixa a entender – sido a causa para que o topónimo caísse em desuso ainda em tempos remotos, dificultando o avanço de qualquer hipótese mais concreta acerca de sua localização.

Ainda para próximo da Portagem há, também, um testemunho único, proveniente de um pergaminho avulso não datado, mas provavelmente de origem medieval, que dá-nos conta de umas casas localizadas no fim da Rua do Forno, junto

¹¹⁴ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 402.

¹¹⁵ 1362, Maio, 27, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 3, nº 83).

¹¹⁶ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 380.

da Ribeira¹¹⁷. Esta corresponderá, provavelmente, ao atual Beco do Forno, pequena viela que liga o adro de S. Bartolomeu à atual Rua da Sota, e cuja extremidade ocidental culmina na Ribeira.

Já dentro dos limites da freguesia de Santiago, a norte, nesta mesma zona próxima ao Mondego, as fontes também noticiam a existência da *Lameira*, topónimo que designava uma zona específica da área ribeirinha, ainda não plenamente identificada. A origem de tal designação está, certamente, ligada à existência de um lamaçal naquele local, situado próximo ao rio, o que não nos pareceria invulgar, dada tal característica geográfica. A primeira notícia que temos acerca deste topónimo data de 1353, em um instrumento de emprazamento de casas na Rua dos Peliteiros, que partiriam também com a rua pública da Lameira. Em outro, lavrado em 1354, o cabido afora um lugar de azeite na freguesia de Santiago, “*onde chamam a Lameira*” e, por fim, outro instrumento, datado de 1365, nos dá conta de casas “*na Ribeira, a so a Lameira*”¹¹⁸.

É muito provável que a Lameira, assim como a rua de mesmo nome, se situasse junto ao rio, nos entornos das extremidades ocidentais da Rua Adelino Veiga, Rua das Rãs e Rua do Poço. Tal assunção é fruto da sua proximidade com a Rua dos Peliteiros, arruamento desaparecido, localizado na freguesia de Santiago, e do qual trataremos mais especificamente no capítulo a seguir, dada a relação desta com as origens da Praça.

Igualmente situada dentro dos limites da paróquia de Santiago estava a localidade de Olho do Lobo que, tal como a Lameira, era atravessada por uma rua homónima. Esta aparece documentada, pela primeira vez, em 1245, em instrumento da Sé que atesta a venda, de Martim a João Domingues (o apelido do vendedor não foi identificado), de uma casa ali situada, confrontando a leste com casa de Dom Pascásio, a sul com azinhaga e a norte com via pública¹¹⁹, o que nos dá indícios de que esta via seria de eixo leste-oeste, perpendicular ao Mondego.

¹¹⁷ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 402.

¹¹⁸ A notícia acerca de todos os documentos citados encontra-se em José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 68.

¹¹⁹ 1245, Setembro, 28 (TT – Cabido da Sé de Coimbra, 1ª incorp., m. 14, nº 7).

Ainda acerca deste documento, José Pinto Loureiro nos dá conta de que, em uma cópia dele, feita no séc. XIX, esta via encontra-se designada, no sumário do assento, como “*rua de Olho de Boy*”, enquanto o texto não deixa dúvidas de que se tratava da Rua Olho do Lobo¹²⁰. É possível que este mesmo erro esteja presente em outras duas menções ao local, datadas de 1303 e 1304, e que situam casas do cabido da Sé na freguesia de Santiago, zona da Ribeira, nas quais este aparece designado por “*Olho de Boi*”¹²¹. A primeira encontra-se na transcrição do *Livro das Kalendas*¹²², e a segunda, também a conhecemos através de uma cópia do séc. XIX. A similaridade dos topónimos e o desconhecimento de qualquer outra menção ao tal “*Olho de Boi*” levam-nos a crer que estes devem ser interpretados como dizendo respeito ao Olho do Lobo.

Ainda no séc. XIV, em 1323, o cabido da Sé dava de emprazamento casas na freguesia da Igreja de Santiago, “*onde chamam o Olho do Lobo*”¹²³, e em 1395, temos notícia de que esta possuía um cortinhal no local, partindo este com casa e “*com azynhaga que vay pera Olho do Lobo*”¹²⁴. Uma localização mais exata é-nos dada por um documento de 1427, que nos informa acerca de um emprazamento, dado pela igreja de Santiago, de uma casa “*em sua freguesia*”, situada na Rua dos Tanoeiros (atual Adelino Veiga), e que confrontava com esta rua e “*de tras com Rua d’olho de Lobo*”¹²⁵. Em 1420, a mesma igreja empraza um cortinhal na mesma Rua Olho do Lobo, partindo com casas de João Peres, tanoeiro, e de João de Lima¹²⁶, e em 1477, empraza à Maria Gonçalves uma casa, que “*esta na dita cidade no arrabalde da dita cidade na Freguesya de Santiago na rua do Hollo do Lobo*”, e que partia com outras casas da mesma igreja e de Fernão Luis, criado do *Senhor Marichal*¹²⁷.

¹²⁰ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 176, nota 484.

¹²¹ A menção a ambos os documentos encontra-se em José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 176.

¹²² *Liber Anniversariorum Ecclesie Cathedralis Colimbriensis* (Livro das Kalendas), ed. crít. org. por Pierre David e Torquato de Sousa Soares, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947-48, t. I, p.74.

¹²³ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 176

¹²⁴ 1394, Julho 6, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 2, nº 400/360).

¹²⁵ 1427, Maio, 17, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 3, nº 142/229).

¹²⁶ 1430, Maio, 29, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 2, nº 193/494).

¹²⁷ 1477, Julho, 12, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 12, gav. 8, nº 49).

Podemos concluir, então, que a Rua Olho do Lobo correria paralela à Rua dos Tanoeiros, sendo esta a única configuração que permitiria que uma casa situada nesta última, confrontasse pelas traseiras com a primeira. Tendo em conta a configuração viária presente no mapa das *Antigas freguezias*, e em busca de algum arruamento que correspondesse a esta rua, podemos descartar a possibilidade desta vir a ser a Rua das Pedeiras, não só pela distância que a separa da Rua dos Tanoeiros – tornando improváveis tais confrontações – como pelo fato de que o Olho do Lobo ficaria, comprovadamente, em território pertencente à freguesia de Santiago, enquanto a Rua das Pedeiras aparece na documentação sempre relacionada à paróquia de Santa Cruz, como já foi anteriormente referido.

Desta maneira, a rua que mais se aproxima de tal disposição seria a atual Rua das Rãs, não só pela sua proximidade com a Rua dos Tanoeiros, mas também, com a Ribeira, permitindo-nos avançar a hipótese de que esta correspondesse à medieval Rua Olho do Lobo. Mais adiante neste estudo, voltaremos a tratar desta via, em razão da sua proximidade com a Rua dos Tanoeiros.

1.4.2 – O adro de S. Bartolomeu e arredores

O povoamento em torno da igreja de S. Bartolomeu, ponto nuclear da freguesia homónima, é-nos atestado, pela primeira vez, no mais antigo documento a referenciar também o templo. Como já informamos anteriormente neste estudo, ao tratamos de seu edifício, tal documento foi lavrado em 957, e informa-nos que a igreja, à época ainda consagrada a São Cristóvão, havia sido doada ao mosteiro de Lorvão por um presbítero, de nome Samuel. Nesta mesma carta, juntamente com tal igreja, também inclui-se na doação casas, hortas e vinhas, situadas nas suas proximidades, comprovando a existência de um pequeno núcleo habitacional em volta do templo¹²⁸. Tal núcleo certamente manter-se-ia pequeno até o séc. XIII, quando a conclusão do processo de reconquista e o fim do perigo associado à vida fora de muralhas

¹²⁸ *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Lorvão*, publ. em *Diplomata et Chartae*, Curia Municipalis, Portucale, 1891-1974, Vol. I, Fasc. I, doc. 74 e reproduzido em João da Cunha Matos, *A Colegiada de S. Cristóvão de Coimbra (sécs. XII e XIII)*, vol. II, doc. 1.

permitiria, finalmente, que o arrabalde se desenvolvesse. Posto isto, analisemos a configuração e evolução desta zona envolvente na Idade Média, a começar pelo adro, através de informações coligidas na documentação medieval.

Ao debruçarmo-nos sobre seu aspecto físico, devemos ter em conta, primeiramente, que a reorientação da igreja – ponto também já anteriormente tratado – resultou numa reconfiguração do espaço que circundava o antigo templo românico, de modo a acomodar o novo edifício. Tais modificações resultaram na divisão, existente até à atualidade, entre o Adro de Cima e o de Baixo, separados por um estreitamento do espaço causado pela traseira da igreja (imagem nº 3). Ao isolarmos apenas a planta do templo românico, verificamos que as ruas obedecem a uma certa ortogonalidade em relação ao edifício (imagem nº 12), dando-nos base para fazer algumas ressalvas acerca da provável organização do adro medieval.

Na esquina da Rua Sargento-Mor com o Adro de Cima, ainda podemos admirar um dos raros exemplos preservados de casario medieval na cidade de Coimbra. O conjunto de dois edifícios, ambos com três andares, esboça uma curva, repentina e artificialmente interrompida pelo início do Adro de Cima (imagem nº 13). Será pertinente, então, supor que a Rua Sargento-Mor seguiria este traçado em curva, culminando no adro em um ponto mais a norte que o atual, ou seja, mais próximo da fachada do templo românico, dando um aspecto retangular à configuração do casario envolvente. Seria neste local que se localizaria a antiga torre sineira, derrubada aquando da construção do novo templo barroco? Como já foi referido, esta se situava no Adro de Cima, e talvez tal espaço tenha sido deixado vago pela sua demolição. (imagem nº 12).



Imagem nº 12 e 13: O adro de S. Bartolomeu, somente com a planta da igreja medieval. Destacado em vermelho, o casario medieval ainda existente na Rua Sargento- Mor¹²⁹ / As casas medievais, no centro, vistas a partir do Adro de Cima.

Também importante notar é que, como todos os arruamentos da Baixa coimbrã, o adro de S. Bartolomeu e seus arredores também foram vítimas, ao longo dos séculos, de sucessivos alteamentos do seu piso, seja de maneira indireta, em razão do acúmulo de materias resultantes de demolições e reconstruções, ou deliberada, sobretudo nos séculos mais recentes, promovidos pela Câmara Municipal¹³⁰. Desta maneira, convém registrarmos que, segundo Jorge de Alarcão, o pavimento do antigo templo românico estaria a uma cota de cerca de 19m, um metro a menos que o nível atual. A partir de tal dado, deve-se pontuar que o acesso à igreja, na Idade Média, seria, certamente, feito por meio de uma escadaria, o que nos leva a concluir que o terreno do adro envolvente estaria a um nível ainda mais baixo, talvez na ordem dos 17m.

Tal diferença fica comprovada ao analisarmos o já mencionado casario medieval remanescente, sobretudo o edifício localizado mais distante do adro, alvo de poucas intervenções arquitetônicas posteriores e que retém ainda grande parte de suas características originais. Neste, o alteamento do piso da Rua Sargento-mor fez com que seus acessos atingissem um ponto crítico (imagem nº 15). No caso da estrutura

¹²⁹ Planta adaptada da original presente em Jorge de Alarcão, “A igreja românica de São Bartolomeu de Coimbra”, Fig. 2, p. 232.

¹³⁰ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 17. Em 1848 o Largo do Romal, por exemplo, seria alvo de obras de alteamento promovidas pela Câmara Municipal, como informa-nos José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 403.

confrontante com o Adro de Cima, sua porta encontra-se menos afetada por tais alteamentos, embora pese a quase certa possibilidade de tal edifício ter sido edificado em uma cota ligeiramente superior. Tal nos é sugerido a partir de observação *in loco*, onde é evidente que o piso deste está a um nível superior ao do seu vizinho. Também convém notar que, mesmo ambos contando com pisos de dimensões semelhantes, o mais próximo à igreja é significativamente mais alto. Tal fenômeno pode ser explicado pela assunção de que, na Idade Média, a Rua Sargento-mor desenvolver-se-ia em uma ladeira, inclinando-se em direção à Ribeira, o que teria gerado o desnível entre estes dois edifícios.



Imagem nº 14 e 15 – Em linhas negras, o provável perímetro ocupado por casas antes da construção da igreja barroca¹³¹ / Edifício medieval da Rua Sargento-mor.

A primeira menção específica ao adro de S. Bartolomeu encontra-se em um documento de 1126 – contemporâneo, portanto, da primitiva igreja pré-românica – onde Goldregodo e seus filhos vendem, aos “confrades de São Bartolomeu”, uma casa nos arredores deste templo¹³². Tal edifício confrontava com casas de Martim Pais a norte; a oeste com as de Paio *Urufiz* e Pedro Pais; a leste com rua pública; e a sul partia, não só com rua pública, mas também com o adro.

Em 1144, encontramos, certamente, os mesmos Martim Pais e Pedro Pais – o último juntamente com sua esposa, Belide Domingues – envolvidos numa outra transação, vendendo, o primeiro ao segundo, as casas que possuía na freguesia de S.

¹³¹ Planta adaptada da original presente em Jorge de Alarcão, “A igreja românica de São Bartolomeu de Coimbra”, Fig. 2, p. 232.

¹³² 1126, Abril (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 5, nº 1).

1126 – casa de Paio *Urufiz*, 1192 – casas que D. Telo e sua esposa Teresa Peres vendem ao Mosteiro de Alcobaça; (4) 1192 – casas de *mercede*; (5) 1192 – casas de Pedro Gonçalves; (6) 1144 – casa de Martim Guterres; (7) 1126 – casa de Martim Pais, 1144 – casas que Martim Pais e sua esposa Susana Anes vendem a Pedro Pais e sua esposa Belide Domingues; (8) 1144 – casa de Paio Carriza; (9) 1144 – casa de Justa Galindes. O “Adro”, por sua vez, refere-se ao adro da igreja românica.

Fica-se, porém, sem saber em que parte específica do adro se localizariam tais edifícios. Confrontando a sul com tal espaço; a leste com uma via pública; e situados próximos de um local de despejo d’água, tais construções poderiam estar localizadas na atual esquina do Beco dos Prazeres com a Rua dos Esteireiros, a norte da igreja, já que sabemos que por esta última passaria a cloaca da cidade. Outra possibilidade seria a de comporem algum casario desaparecido existente a nordeste da igreja. Ainda por esclarecer fica, também, a exata natureza da confraria, nomeadamente, quem esta representaria, e qual seria sua exata ligação com a igreja de S. Bartolomeu, já que a própria denominação – “confraria de S. Bartolomeu” – parece-nos remeter a algo ligado ao templo e seus cónegos¹³⁵.

Referida há pouco, é a noroeste do adro que nasce uma pequena via, de eixo leste-oeste, que liga tal espaço público à atual Rua da Sota, já nas proximidades do rio Mondego. Conhecida por diversas designações ao longo de sua existência, a Rua dos Esteireiros só ganharia tal denominação no séc. XIX, como nos esclarece José Pinto Loureiro. Ainda segundo o autor, em tempos medievais, esta era denominada de Rua da Enxurrada, embora a primeira menção que nos permite relacionar tal topónimo com esta via seja relativamente tardia, datando de 1434, e se referindo a uma casa térrea e um cortinhal, partindo estes também com a “*rua que vai para a ponte*”, da qual tratámos no capítulo anterior¹³⁶.

Em outra menção posterior, encontrada em um instrumento de permuta entre o cabido da Sé e Dom Martinho, lavrado em 1470, temos notícia de um pardieiro ali situado, que confrontava com “*celeyro da dicta eygreja*”. O péssimo estado do

¹³⁵ Não confundir esta com a Confraria e Hospital de Santa Maria de S. Bartolomeu, também chamada, por vezes, de “Confraria de S. Bartolomeu”, criada em 1343 e da qual falaremos mais adiante neste estudo.

¹³⁶ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 342.

documento impede-nos de afirmar com certeza a que igreja tal celeiro pertenceria: se à Sé, uma das partes envolvidas na transação, ou a S. Bartolomeu, situada nas proximidades, e que já poderia ter sido citada no instrumento em virtude da localização do imóvel.

A origem do topónimo *Enxurrada* deve-se, certamente, ao fato de por ela passar o cano da já mencionada *sota*. No período medieval, era esta a designação do antigo esgoto romano que desembocava no rio Mondego. Embora não se saiba o seu traçado exato, temos notícias de que se iniciaria no antigo fórum – na Idade Média, paço episcopal – passando por onde hoje ergue-se o claustro da Sé. É certo, porém, que desceria a Rua de Quebra-Costas, atravessando a muralha em direção à Calçada, um pouco a sul da Torre da Almedina¹³⁷.

Esta então superaria a Rua dos Francos, antecessora da Calçada (atual Rua Ferreira Borges), como alude-nos um documento de 1363, acerca de casas sitas “*em Rua de Francos [...] sobre a Sota*”¹³⁸, sendo Rua dos Francos a denominação primitiva para o trecho norte deste arruamento. Atravessando tal rua, as águas chegariam ao adro de São Bartolomeu, através da via que corresponde às atuais Escadas de S. Bartolomeu, como explicitaremos a seguir, onde seguiria – provavelmente em vala aberta – pela Rua da Enxurrada, desembocando no Mondego¹³⁹. O fato de a canalização ser aberta neste trecho final certamente daria origem a cheias e enxurradas em tempo de fortes chuvas, explicando-nos a origem do topónimo (imagem nº 16).

¹³⁷ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, pp. 58-61 e 85-86.

¹³⁸ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 358.

¹³⁹ Jorge de Alarcão, “A igreja românica de São Bartolomeu de Coimbra”, p. 215.

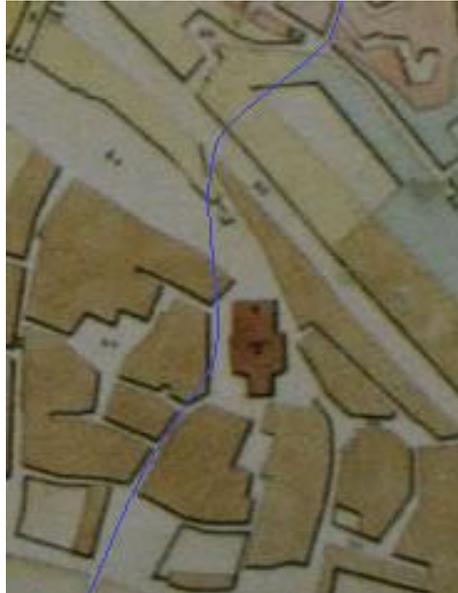


Imagem nº 16: Em azul, o traçado presumido da sota, desde a Rua de Quebra Costas até o Mondego.

Tal relação íntima desta via com a *sota* permitiu-nos, como vimos, avançar a hipótese de que a Rua da Sota presente na documentação medieval anterior a 1434 – data da primeira menção à Rua dos Esteireiros como Rua da Enxurrada¹⁴⁰ – possa corresponder a tal via e não à que atualmente leva este nome. A antiguidade da própria *sota* leva-nos a crer que a Rua da Enxurrada já existisse desde muito antes do séc. XV, provavelmente sob outra denominação.

Ainda sobre a atual Rua dos Esteireiros, José Pinto Loureiro também afirma que, certamente, foi a esta rua que se referiu Fernão Lopes ao narrar o infame assassinato, em 1379, de D. Maria Teles, irmã da então rainha D. Leonor Teles, pelo infante D. João, filho de D. Pedro e Inês de Castro, seu marido, enquanto esta se hospedava nas casas de Álvaro Fernandes de Carvalho¹⁴¹. O famoso cronista, em sua *Crônica de D. Fernando*, de fato se refere à uma estreita via, que nascia junto da igreja de S. Bartolomeu e levaria D. João, e o bando que o acompanhava, diretamente às casas onde pernoitava sua esposa¹⁴². Embora tal correspondência seja possível, parece-nos um tanto precipitada. Primeiramente, por não ser essa a única estreita rua

¹⁴⁰ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 342.

¹⁴¹ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 341-347.

¹⁴² Fernão Lopes, *Crônica de El-Rei D. Fernando*, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Lisboa, 1895, vol. II, cap. CIII, pp. 152 - 156.

que nascia junto do templo de S. Bartolomeu, e segundo, por carecermos de quaisquer outros indícios diretos acerca de tais casas que Álvaro Fernandes de Carvalho possuía no arrabalde¹⁴³.

A sul do templo, desenvolve-se hoje – ligando o adro à atual Rua da Sota – a Rua Sargento-mor, já anteriormente mencionada dado o fato de ali se localizarem dois exemplos de estruturas habitacionais tardo-medievais. Dela nascia, por sua vez, a Rua dos Gatos, que hoje se conecta, através de uma escada, ao Largo da Portagem, mas que, nos finais da Idade Média, serviria de ligação entre o adro e a Calçada, como ainda o era no mapa das *Antigas freguezias*. Ambas aparecem mencionadas em um documento de 1396, onde encontramos referência a “*huum chãao que foy cassa*”, emprazado a Gonçalo Lourenço, criado de João de Alpoim, que confrontava de uma parte com “*rua publica que vay pêra o ryo e da outra com rua que vay pêra a Calçada*”¹⁴⁴. A rua que vai para o rio é certamente a atual Rua Sargento-Mor, e a que vai para a Calçada, a Rua dos Gatos.

Outro instrumento, este lavrado alguns anos antes, em 1391, nos dá conta que Martim Lourenço, o *Gago*, renunciava a partes de umas casas anteriormente emprazadas a ele por S. Bartolomeu, nomeadamente a uma câmara que partia “*com Adro da dicta igreja e com rua publica que vay pêra o rio*”, e a um sobrado¹⁴⁵, provavelmente de outro edifício, que partia com “*dicto Adro e com azynhagaa que vay pêra as cassas d’Andre Vicente barqueiro*”¹⁴⁶. Em um documento anterior, de 1386, tal barqueiro aparece como tendo emprazado, da mesma igreja, um cortinhal na Ribeira, sendo provável que residisse nas imediações, a julgar pela sua atividade profissional¹⁴⁷.

A tal rua pública que vai para o rio, aí mencionada, é, provavelmente, a mesma referida na carta de 1396, e ambas corresponderiam à atual Rua Sargento-mor. Uma segunda hipótese seria a de esta referir-se à atual Rua dos Esteireiros, da qual há

¹⁴³ Existe, porém, um registro de D. Fernando acerca da doação, a este mesmo indivíduo, de casas situadas dentro da cerca, 1373, Abril, 11, Santarém (TT - Chancelaria de D. Fernando, Livro 1, fl. 71 v.).

¹⁴⁴ 1396, Novembro, 21, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 6).

¹⁴⁵ Deve-se entender por “sobrado”, na Idade Média, os andares e pavimentos superiores ao rés-do-chão de uma casa. Luísa Trindade em *A casa corrente em Coimbra: Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 41.

¹⁴⁶ 1391, Abril, 8, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 3, m. 7, nº 2).

¹⁴⁷ 1386, Outubro, 22, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 6, nº 28).

pouco falamos, já que não seria a única vez que ambas seriam designadas pela mesma expressão: no séc. XVII, como nos informa José Pinto Loureiro, ambas aparecem registradas como “*Rua do Cais para S. Bartolomeu*”¹⁴⁸. Inclino-nos, porém, para a primeira, já que acreditamos que a Rua dos Esteireiros seria denominada, nesta altura, por Rua da Sota.

Posto isto, convém reter que os documentos anteriormente citados afiguram-se como os únicos até agora encontrados, referentes à Rua dos Gatos e à Rua Sargento-mor na Idade Média, desconhecendo-se qualquer outra denominação medieval para tais vias que não estas perífrases, tendo estes locais que esperar até os séculos XVIII e XIX para serem adotadas as atuais denominações¹⁴⁹.

Como era o costume em tempos medievais, era no adro das igrejas que ficavam sepultados os fregueses mortos, sendo o interior da igreja, geralmente, reservado aos mais abastados. Em S. Bartolomeu, tal não seria diferente, como nos atesta um documento de 1392¹⁵⁰, relativo ao empraçamento, por parte do cabido da igreja, a João Lourenço e sua mulher, Clara Anes, de um chão, que havia sido casa, localizado atrás do templo, com a condição de ali construir outra em um período de, pelo menos, quatro anos. O mesmo ato acrescenta, acerca da localização, que “*per hu jaz a campaa do Albardeiro com diz o alicese da parede que esta em o dicto chão*”. Não sabemos quem seria este Albardeiro, mas seu nome derivaria, certamente, da profissão que exercia, provavelmente nesta mesma freguesia. Tudo nos leva a crer que, ao falecer, foi enterrado no adro da igreja, sendo, a certa altura, sua campa utilizada como alicerce de parede para uma construção posterior.

Tal chão, que abrigaria esta sepultura, confrontava de uma parte com “*outros chãos da dicta eigreja que traz enprazados Loys Dominguez mercador*”, com “*Calçada Nova que vay pera a Portagem*”, com “*chãos que estam contra o Tavalado*” e com “*o caminho velho que vay per tras a ousya dessa meesma egreja*”. Mesmo estando ausentes as direções, podemos localizar tal terreno no quarteirão que se encontrava entre a Calçada e as traseiras da igreja românica. Em relação ao dito *Tavalado*, não

¹⁴⁸ Rua Sargento-mor: José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 270, Rua dos Esteireiros: vol. I, p. 342.

¹⁴⁹ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I pp. 390-392, vol. II pp. 270-271.

¹⁵⁰ 1392, Dezembro, 4, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 4).

sabemos exatamente do que se trataria, embora seja quase certo que se referisse à uma estrutura de madeira, possivelmente uma cerca, balcões de madeira destinados a uso diverso ou, até mesmo, uma espécie de passadiço cujo piso fosse coberto de tábuas¹⁵¹.

Em outro documento, lavrado em 1405¹⁵², temos notícia de que um João Lourenço, sapateiro, e sua mulher, Senhorinha Eanes, renunciaram a umas suas casas, tendo estas sido emprazadas a Vasco Anes, filho de João Lourenço e sua esposa Margarida Eanes, confrontando com o adro de S. Bartolomeu, a Calçada, com as casas dos renunciantes e com outras de Gil Vasques, carpinteiro. Será que algum João Lourenço mencionado no documento é o mesmo referido na carta de 1392? É bem provável que sim, nomeadamente, o renunciante, já que não só a distância cronológica assim nos permite supor, como a localização das propriedades é muito semelhante.

A única diferença, como podemos verificar, reside no nome das esposas, embora tal discrepância possa ser explicada por um eventual segundo casamento de João Lourenço, podendo Clara Eanes ter morrido em algum momento dos treze anos que separam os dois registros, sendo então sucedida por Senhorinha Eanes. Se assim o for, e os documentos se estejam referindo ao mesmo João Lourenço, devemos notar a progressiva urbanização do local, já que sua propriedade, em 1405, já aparece rodeada por casas, e não mais por chãos, como era o caso no documento de 1392.

A norte destes terrenos, e a nordeste do templo medieval, desenhava-se uma via de ligação entre o adro de S. Bartolomeu e a Calçada, sendo esta antecessora das Escadas de S. Bartolomeu, convertida em degraus somente no séc. XX¹⁵³. Esta via é mencionada, especificamente, em um instrumento de 1354, que dá-nos conta da existência de casas destruídas, anteriormente pertencentes a Mestre André, físico de Arganil, localizadas “*a sso a escada da porta d’Almedina na freguesia de Sanctiagoo*”,

¹⁵¹ Temos notícia de que algumas ruas de Paris, por exemplo, eram pavimentadas de madeira, Jean Favier, *Paris aux XV.^{ème} siècle, 1380-1500*, Paris, 1974, p. 22. Convém ressaltar também, que em uma entrada da Chancelaria de D. Dinis, datada de 1321, o Rei, após a reclamação de representantes concelhios, acaba por proibir a “*tavolajem*” na vila de Sabugal, aparecendo o termo como designação para os chamados “jogos de tabuleiro” - neste caso específico, os dados -, muito embora não saibamos se tais atividades teriam qualquer conexão com o *Tavolado* presente em nosso documento. 1321, Abril, 5, Santarém (TT - Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 136 v.).

¹⁵² 1405, Maio, 5, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 14).

¹⁵³ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 321.

confrontando-se estas a leste com “*rua publica que vai de Rua de Francos pera Sam Bartholomeu*”, a oeste com “*sotãao de Margarida Stevez e com sobrado de Bartholomeu Dominguez çapateiro*”, a norte com “*casas de Stevam Dominguez mercador e com pardeeros da Egreja de Sam Bartholomeu*” e a sul com “*azinhaçã per hũ entram aos sottons das dictas casas*”¹⁵⁴.

As casas com que esta confronta a norte, pertencentes ao mercador Estevão Domingues, dito da Escada, encontram-se referenciadas por ocasião da repartição dos bens deste negociante, levada a cabo em 1364, após sua morte. Ali, nos é explicitado que sua casa ficaria “*en Rua de Francos a so a porta d’Almidinha*”, e contaria com dois portais. Um ficava “*escontra a Sota contra as casas de Marinha Brava*”, enquanto o outro situava-se contra casas “*que forom do Meestre Andre*”¹⁵⁵. Não sabemos a exata disposição destes portais, mas as descrições levam-nos a crer que o situado contra as casas de Mestre André seria o sul, enquanto o localizado contra a *sota* seria o norte, em conformidade com as confrontações apresentadas no documento anterior.

Como já mencionamos, é bem provável que esta cloaca – advinda da Rua de Quebra Costas – atravessasse as atuais Escadas de S. Bartolomeu. Assim, seria correto sugerir que a casa de Estevão Domingues, dada sua proximidade com este esgoto, também deveria localizar-se nesta rua. Terá sido caracterizada como estando na Rua dos Francos, não só pela sua proximidade com esta mas, também, pela relação entre as duas vias. Como argumentaremos mais a frente neste estudo, antes do estabelecimento da Calçada, a Rua dos Francos deveria se limitar, a sul, pelo arco da Almedina, o que faria das atuais Escadas de S. Bartolomeu seu prolongamento natural, servindo, provavelmente, como parte de uma primitiva rota entre a Portagem e a porta da Almedina.

A relação entre a *sota* e os atuais degraus ainda é reforçado por uma referência de 1678, que nos dá notícias de casas que confrontariam, a poente, com “*o beco que vai a água para o adro de S. Bartolomeu*”, sendo tal beco, certamente, as

¹⁵⁴ 1354, Outubro, 15, Coimbra (AUC - Pergaminhos do Cabido da Sé, D. V, m.1, gav. 3, doc. 69).

¹⁵⁵ 1362, Janeiro, 2, Coimbra (TT – Mosteiro de Santa Clara, m. 6, nº 6), publ. em Maria Helena da Cruz Coelho, “Homens e negócios”, in *Ócio e Negócio*, pp. 165-186.

atuais Escadas de S. Bartolomeu¹⁵⁶. Ainda acerca desta via, é possível que a abertura da porção sul da Praça tenha filhado alguma de sua extensão, já que seria provável que esta se prolongasse até mais próximo das traseiras da igreja.

1.4.3 – O Romal

A área antigamente circunscrita pelas freguesias de S. Bartolomeu e Santiago, próxima ao Mondego, ainda hoje conta com uma organização espacial constituída por artérias perpendiculares ao rio, conectadas entre si por pequenos arruamentos onde, por vezes, se desenvolvem pequenos largos. Inserido neste contexto, encontramos o antiquíssimo Largo do Romal, pequeno espaço aberto situado entre a Rua dos Esteireiros e a Rua das Azeiteiras. Analisemos, então, este espaço público e os arruamentos que o envolviam, à luz da documentação medieval.

Ao longo da Rua dos Esteireiros, atualmente, três pequenas ruas, todas designadas por “becos”, conectam esta via ao dito largo. São estes: o Beco dos Esteireiros, o da Boa União, e finalmente, o Beco dos Prazeres. Enquanto acerca dos dois primeiros as fontes de nada nos dão conta – embora seja provável que já existissem na Idade Média sob a forma de azinhagas – acerca do último, fartas referências documentais chegaram até nós.

Denominado, então, de Rua dos Prazeres, a primeira menção a tal arruamento data de 1368, em carta onde o cabido de S. Bartolomeu empraça a Domingos Esteves, dito *o Gordo*, casas situadas nesta via, confrontantes com outras da Sé e com o dito Romal¹⁵⁷. A origem de seu topónimo é desconhecida, tendo o imaginário popular o ligado, fantasiosamente, à prostituição, uma possibilidade remota dada a forte presença, na Idade Média, de cônegos residentes e proprietários na área, como se notará adiante.

Em relação ao seu traçado medieval, temos indícios documentais de que esta seria bem mais extensa que a atual, já que hoje em dia, assim como na cartografia do

¹⁵⁶ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 321.

¹⁵⁷ 1368 Janeiro, 22, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 5, nº 36).

séc. XVIII e XIX, verificamos que o Beco dos Prazeres finda bruscamente nas traseiras do que foi o Hospital Real, o que nos permite questionar se, antes da edificação deste, em 1504, a Rua dos Prazeres medieval não atingiria a Rua de S. Gião, atual Rua das Azeiteiras. Nossa assunção é confirmada em um assento do *Tombo de 1678*, citado por José Pinto Loureiro, e que confirma que a Câmara de Coimbra era senhoria direta de um prazo constituído por casas por detrás do Paço do Conde, junto do Terreiro do Mendonça, partindo do nascente com a Rua dos Prazeres que vem para a Rua das Azeiteiras¹⁵⁸.

Desta maneira, fica certificado que a Rua dos Prazeres, naquele período e, provavelmente, também na Idade Média, se constituía no eixo formando pelo atual beco homónimo e a Travessa das Canivetas, sendo peculiar o fato de tal prolongamento ainda existir em época posterior à construção do edifício do Hospital. Voltaremos ao assunto acerca do traçado medieval da Rua dos Prazeres, mais especificamente de sua extremidade norte, no próximo capítulo, em razão da relação íntima entre a Rua dos Peliteiros e uma tal Rua Travessa, presente no *Livro de Aniversários de Santiago*, e que provavelmente corresponderá ao eixo cuja existência acabamos de confirmar.

Voltando a suas menções documentais, em 1375, o cabido de S. Bartolomeu empraça, ao seu raçoeiro João Gomes, casas na Rua dos Prazeres, que partiam com outras pertencentes a Rui Martins e Pero Anes¹⁵⁹, e, em 1386, ao mesmo indivíduo é dado um novo emprazamento, pela mesma igreja, de outras casas e chãos nesta mesma rua. Estas partiam com via pública e com casas de Martim Martins *Zarinho* e de Vasco Peres, prioste¹⁶⁰, tendo João Gomes renunciado a tais propriedades em 1400, momento em que as casas confrontantes já não pertenciam ao tal Vasco Peres, nem a Afonso Martins *Zarinho*, provavelmente um parente de Martim Martins, que herdara a casa¹⁶¹.

¹⁵⁸ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 321.

¹⁵⁹ 1375 Julho, 2, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 6, nº 9. Estas mesmas já haviam sido renunciadas por João Domingues, capelão de S. Bartolomeu.

¹⁶⁰ 1386, Junho, 3, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 6, nº 26/27).

¹⁶¹ 1400 Janeiro 10, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 3, m. 7, nº 10).

Neste meio tempo, em 1391, o cabido de S. Bartolomeu recebeu, através de escambo com Martim Domingues e sua esposa, casas nesta mesma via, confrontantes com casas onde moraria o dito João Gomes, com cortinhal que havia sido de Afonso Martins Zarinho e “com Affonso Dominguez da Ponte”, de cuja propriedade se desconhece a natureza. Em troca, deu a ambos um cortinhal junto ao Romal e outros pardieiros na Rua da Sota. Estes confrontavam-se entre si e com pardieiros de Afonso Domingues da Ponte, comprovando a proximidade entre estes dois espaços públicos e, caso os pardieiros do dito Afonso correspondam à propriedade, do mesmo dono, de características desconhecidas existente na Rua dos Prazeres – o que parece ser o caso –, também entre estes e tal via¹⁶². Tal proximidade verificada é, evidentemente, maior do que a existente atualmente entre o Beco dos Prazeres, Largo do Romal e a atual Rua da Sota, reforçando a nossa hipótese da Rua da Sota medieval corresponder não à esta, mas sim à atual Rua dos Esteireiros.

Por fim, também na Rua dos Prazeres, Raimundo Beltrões, prior de S. Bartolomeu entre 1369 e 1412¹⁶³, trazia emprazado desta igreja uma casa, que deixou, após a sua morte, ao filho, Diogo Beltrões, então raçoeiro de S. Cristóvão, estando estas “junto com a dicta eigreja na dicta cidade a par da Sotta”¹⁶⁴. O mesmo prior também tinha, em sua posse, um cortinhal e uma casa no Romal, deixando-os em testamento à sua Igreja¹⁶⁵, o que comprova a preferência dos cônegos de S. Bartolomeu pela zona, certamente dada a proximidade desta com o templo.

O Largo do Romal, especificamente, seria, na Idade Média, um terreiro, como nos atestam as referências ocasionais ao “*chãao do Romaal*”¹⁶⁶. Teria, provavelmente, dimensões semelhantes às verificadas no séc. XVIII, e seu terreno deveria contar com uma leve inclinação em direção ao rio, dada sua posição mediana entre o adro de S.

¹⁶² 1391, Fevereiro, 10-20, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 36). Cita-se: “*huum cortinhal que outrosy a dicta eigreja ha a so o Romaal*” ... “*que parte hũa parte com cortinhal de Diogo Alvarez scudeyro e da outra parte com pardeeyro de casas do dicto Afonso Dominguez da Ponte e das outras partes com ruas publicas e outrosy por dous pardeyros de cassas que a dicta eigreja ha a par da Ribeyra da dicta cidade que estam na rua que chamam da Sotaa a fundo da dicta eigreja*” ... “*que parte com casas que ora som pardieyros que som d’Afonso Dominguez da Ponte*” ... “*e das outras partes com ruas publicas e da outra parte d’huum canto com o dicto cortinhal*”.

¹⁶³ Maria Cristina Gonçalves Guardado, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, vol. I, pp. 172-173.

¹⁶⁴ 1416, Maio 21, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 3, m. 7, nº 34a).

¹⁶⁵ 1412 Julho 4, Coimbra, (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 3, m. 7, nº 24a).

¹⁶⁶ 1416, Maio 21, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 3, m. 7, nº 34a).

Bartolomeu e a Ribeira, esta situada em uma cota mais baixa. Conseguimos remeter sua existência até, pelo menos, o séc. XIII, sendo a origem do topónimo para nós obscura. Este aparece mencionado, pela primeira vez, em um assento do *Livro das Kalendas*, datado de 1223, onde se fala de rendimentos de lagares situados no local¹⁶⁷. Em 1353 temos notícia de um escambo entre o Cabido da Sé e o tabelião Martim Bravo, em que aquele recebeu deste uma casa que confrontaria a sul com forno do mesmo cabido, a norte com pardieiros do mesmo tabelião, a oeste com cortinhal do almoxarife Afonso Anes e a leste com azinhaga que ia para o dito Romal¹⁶⁸.

Cruzando estas informações com as de outros documentos, lavrados nos anos seguintes, sabemos que o cortinhal de Afonso Anes estaria junto de uma casa, pertencente ao mesmo, situada na Rua de S. Gião, confrontando com a Albergaria de São Bento. Os pardieiros de Martim Bravo também ali se localizavam, provavelmente na esquina da azinhaga com esta via¹⁶⁹. Ainda José Pinto Loureiro informa-nos acerca de mais outros dois documentos da Sé, datados de 1408 e 1449, ambos falando a respeito de um lagar, forno e casa que o cabido tinha no Romal. O primeiro inscreve como suas confrontações uma rua pública e casas da Albergaria de S. Bento, e o segundo especifica que tais propriedades confinariam com uma via pública anônima e com a Rua de Santiago¹⁷⁰.

Analisando as fontes, podemos conjecturar que este casario ficasse a norte do Romal, no quarteirão entre este largo e a Rua das Azeiteiras. A casa que Martim Bravo deu de escambo ao cabido da Sé, presente no documento de 1353, fora certamente

¹⁶⁷ *Livro das Kalendas*, t. I, p. 164.

¹⁶⁸ 1353, Novembro, 20, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 2, nº 68).

¹⁶⁹ 1363, Janeiro, 13, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 1, nº 286/100): o almoxarife Afonso Anes e sua esposa, Constança Esteves, doariam esta casa, junto com seu cortinhal, à Igreja de Santiago. O documento nos dá conta que a casa estaria na Rua de S. Gião, tendo as seguintes confrontações: “*partiam d’hũa parte com a Albergaria de SSan Beento e da outra com Martim Bravo tabelliam e da outra com lagares da See de Coinbra e da outra com rrua pubrica*”. 1375, Outubro, 14, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 11): neste instrumento, o cabido de S. Bartolomeu empraza ao lavrador Francisco Afonso, uma casa na Rua de S. Gião que confrontava “*da hũa parte com casas da dicta eigreja e da outra com cortinhal de Costança Estevez mulher que foy de Affonso Annes que foy almoxarife e da outra com rua pubrica*”. 1398, Outubro 22, Coimbra, (TT - Col. Santiago cx. 1, m. 4, nº 477/715): documento acerca de outra casa e cortinhal na mesma rua, emprazada pelo cónegos de Santiago à Gil Martins, que confrontava “*da hũa parte com a Albergaria de Sam Beento e com a de Salvado Dominguis e da outra com o forno da See de Coinbra*”. É provável que esta fosse a habitação doada por Afonso Anes e sua esposa à esta igreja.

¹⁷⁰ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 402.

convertida em lagar, tendo este e o forno vizinho, do mesmo cabido, formado uma unidade. A azinhaga na qual tal casa se situava provavelmente foi batizada, por razões desconhecidas, de Rua de Santiago, no século seguinte, e corresponderá à atual Rua do Romal, pequeno arruamento que conecta a Rua das Azeiteiras ao largo. A referida Albergaria de São Bento, por sua vez, estava instalada a sul deste casario, ou seja, na porção oeste do terreiro do Romal. Estaria ali, como vimos, desde pelo menos meados do séc. XIV, tendo sido extinta, provavelmente, ainda antes do estabelecimento do Hospital Real, em 1504, já que não se encontra arrolada dentre as existentes a época da criação dessa instituição¹⁷¹.

Outros instrumentos, datados de 1373 e 1377, nos dão conta de outro casario situado no Romal, pertencente à Igreja de S. Bartolomeu. Este consistia em uma casa emprazada ao tabelião Vasco Anes – tendo esta sido posteriormente emprazada ao alfaiate Estevão Domingues – e outras na posse dos também alfaiates João Gil e Fernão Eanes, faltando-nos, infelizmente, elementos suficiente para melhor situá-las no espaço¹⁷².

Como pudemos verificar, temos disponível um vasto número de referências à área constituída pelo Romal e a Rua dos Prazeres, muitas delas contando com elementos comuns, permitindo-nos estabelecer as ligações aqui expostas. Graças a estas correspondências, em um primeiro momento acreditamos que podíamos reconstituir o aspecto urbano da zona em forma de esquema, como foi já feito neste trabalho para uma porção do adro da igreja. Porém, nossa intenção esbarrou na exiguidade das descrições do entorno e das confrontações, sobretudo a ausência de

¹⁷¹ O Hospital Real de Coimbra foi criado a mando de D. Manuel, em 1504, e instalado na esquina sul da Rua das Azeiteiras com a Praça do Comércio, no intuito de centralizar toda a atividade assistencial presente na cidade, até ali representada por pequenos hospitais e albergarias espalhadas por seu território. Anísio Miguel de Sousa Saraiva indica-nos que, em finais da Idade Média, estas pequenas instituições eram em um total de catorze, nomeadamente: Hospital de Santa Isabel de Hungria, Hospital de Nossa Senhora da Vitória, Hospital de Montarroio, Albergaria de S. Gião, Confraria e Hospital de Santa Maria da Graça, Hospital de S. Cristóvão, Albergaria da Mercê, Albergaria de Santa Luzia, Confraria e Hospital de Santa Maria de S. Bartolomeu, Confraria e Hospital de Santa Maria de Vera Cruz, Confraria e Hospital de S. Lourenço, Confraria e Hospital de S. Marcos, Confraria e Hospital de S. Nicolau e Hospital e Mirleus. Anísio Miguel de Sousa Saraiva, “A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média”, sep. *Revista de Ciências Históricas*, Vol. X, Universidade Portucalense,, 1995, pp. 157-160.

¹⁷² 1373, Maio, 1, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 6, nº 4)., 1377, Julho, 7, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 6, nº 15).

qualquer referência a pontos cardeais, característica ingrata da maioria dos documentos produzidos na segunda metade do séc. XIV e inícios do XV.

1.4.4 – A Rua de S. Gião

A norte do Largo do Romal, de traçado perpendicular ao rio Mondego, a atual Rua das Azeiteiras é uma longa e estreita via que, tendo origem na Praça do Comércio, estende-se até à atual Rua da Sota, já perto do Rio Mondego. Sua presente denominação remonta aos inícios do séc. XVII, fazendo referência ao considerável número de lagares de azeite que, na altura, nela estavam instalados¹⁷³.

Durante a Idade Média, esta era conhecida pela designação de Rua de S. Gião – corruptela de São Julião – devendo-se tal topónimo à albergaria existente na extremidade leste desta via, que teria tal santo como patrono. Estava ali instalada pelo menos desde finais do século XIII, altura em que temos notícia, em um instrumento de 1290, de casas existentes “*prope albergariam Sancti Juliani*” (junto da Albergaria de S. Gião)¹⁷⁴, sendo extinta – juntamente com outra albergarias coimbrãs – com a fundação do Hospital Real, fato já aqui referenciado.

Acerca do seu traçado, este seria, certamente, muito próximo do atual, como nos atesta a descrição presente nos registros de propriedades do Almojarifado de Coimbra, datado de 1395. Nele, lê-se: “*Titulo da Rua de Sangiaao que se começa na dicta albergariia e se vai finir no Arnado contra o Mondego*”¹⁷⁵. Porém, em termos topográficos, é possível que a inclinação perante o Mondego, que ainda hoje se sente ao caminharmos por esta rua, fosse mais acentuada, já que a cota dos terrenos próximos do rio seriam mais baixos, como já foi por nós explicitado no capítulo acerca da Ribeira¹⁷⁶.

¹⁷³ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 166.

¹⁷⁴ 1290, Janeiro, 4, Coimbra (TT - Col. Santiago, cx, 2, m. 9, nº 476).

¹⁷⁵ TT - Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fl. XXII v.

¹⁷⁶ Para a vizinha Rua Adelino Veiga, por exemplo, Walter Rossa calcula uma subida de cerca de 2 a 3 m na altura do terreno, em relação ao nível apresentado no séc. XVI, *DiverCidade...*, p. 32.

Já nos referimos, quando discorremos sobre o Largo do Romal, ao casario existente, na segunda metade do séc. XIV, a oeste da atual Rua do Romal – então Rua de Santiago – compreendido pelos pardieiros do tabelião Martim Bravo e casas do almoxarife Afonso Anes, restando ressaltarmos somente as deste último, que tinham como vizinhas um edifício térreo, chamado *Estrabaria da Rainha*, dado a Francisco Afonso, lavrador, no âmbito de um escambo com o cabido de S. Bartolomeu, tendo este manifestado a intenção de ali instalar um lagar de azeite, prenúncio da futura mudança de designação desta rua¹⁷⁷. O tomo do Almojarifado de Coimbra também nos dá conta de pardieiros, com “*dous portaaes d’arcos huu contra o riio e outra contra a rua*”, que este possuía na extremidade oeste desta via, partindo com casas de João Afonso, vulgo *Napeiro*, nas quais costumava funcionar a Portagem velha, sobre a qual já discorremos anteriormente¹⁷⁸.

Na porção central da Rua de S. Gião, por sua vez, nasceriam duas ruas: a já mencionada Rua do Romal – na Idade Média, provavelmente, a Rua de Santiago – e o atual Beco de Santa Maria. Este beco, como nos informa José Pinto Loureiro, deve seu nome à albergaria e hospital de Santa Maria de S. Bartolomeu, fundada em 1343 e também extinta após a criação do Hospital Real¹⁷⁹. Dois contratos de emprazamento, dos anos de 1379 e 1398, ainda nos dão a informação adicional de que esta se situaria próximo de outra albergaria, a “albergaria dos ferreiros”, da qual não encontramos maiores informações¹⁸⁰.

Sabemos, segundo descrição presente *no Tombo Velho do Hospital Real*, datado de 1504, que tal albergaria teria quatro camas, e localizar-se-ia na freguesia de Santiago, “*no terreno dante as portas das cassas que fforam do marichall E ora ssam do comde de cantanhede*”, contando seu edifício com dois sobrados, ou seja, dois andares, sendo o primeiro acessado por meio de uma escada de pedra, e o segundo, dotado de uma “*ssacada com sseu ffromtall de tavoado*”. O piso térreo, por sua vez, confrontava com adega do rei a leste, com casa a oeste, a norte com a Rua das

¹⁷⁷ 1375, Outubro, 14, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 11).

¹⁷⁸ TT - Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fl. XXII v.

¹⁷⁹ Anísio Miguel de Sousa Saraiva, “A propriedade urbana das confrarias e hospitais...”, p. 160.

¹⁸⁰ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 262. Provavelmente extinta, tal como a Albergaria de S. Bento, situada no Romal e da qual há pouco falamos, em um período anterior a centralização resultante da criação do Hospital Real.

Carniçarias, e “*de diamte comtra ho ssull Entestam no dicto terreiro damte as portas cassas do marjchall*”¹⁸¹, permitindo-nos situar tal edifício como estando face ao Terreiro do Mendonça, entre este e a Rua Adelino Veiga, antiga Rua das Carniçarias¹⁸². Tal fato é corroborado com a existência de um assento, no registro das propriedades do Almojarifado, de 1395, de uma casa na Rua dos Tanoeiros, denominação medieval da Rua Adelino Veiga, que partia de um dos lados com o hospital de Santa Maria¹⁸³.

A extremidade leste da Rua de S. Gião, por sua vez, é a que nos suscita maiores dúvidas. Hoje em dia, sabemos que esta finda, nesta direção, na Praça. Porém, como vimos, o registro do Almojarifado informa-nos que a rua se iniciaria na Albergaria de S. Gião. Como detalharemos mais adiante, no capítulo específico acerca da Praça, sabemos que esta já existia em 1395, embora em formato primitivo, de modo a que não temos ideia de sua configuração exata nesta altura. Afigura-nos improvável, porém, que a Rua de S. Gião não se conectasse à Praça, findando em um possível beco contra a albergaria, até porque, em 1419 – data em que, presumimos, a albergaria ainda existisse – casas localizadas na Rua de S. Gião já são especificadas como estando junto do pelourinho, situado na Praça, o que nos sugere que os dois espaços interligavam-se¹⁸⁴. Terá a albergaria de S. Gião mudado suas instalações para outro edifício, a fim de que a rua pudesse atingir a Praça? É improvável. Como veremos no próximo capítulo, a ocultação de tal espaço deverá estar relacionada, principalmente, com a pouca familiaridade da população local com o vocábulo “praça”.

Colocar tais questões suscita, também, uma outra: onde estaria a extremidade leste da rua antes do surgimento da Praça, ou seja, antes dos fins do séc. XIV? Nada nos sugere que esta atingisse a Rua dos Francos, localizada a uma cota mais alta, sob um rebordo de maciço de calcário sobre o qual se inicia a Rua de Coruche. Seria mais credível que findasse em algum dos arruamentos anteriores à dita Praça, dos quais

¹⁸¹ 1343-1348, Coimbra (AUC - *Tombo velho do Hospital Real*, fls. 6-6v. – Dep. IV, 2ª E, Tab. 5, nº 1) publicado em Saul António Gomes, “Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas entre o fim da Idade Média e o século XVII: O protagonismo dominicano de Sta. Maria da Vitória”, sep. *Lusitania Sacra*, 2ª série, nº 7, 1995, doc. 3 e nota 10.

¹⁸² Como é-nos demonstrado em José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, pp. 212-214.

¹⁸³ “*hũa casa grande terrea e parte da hũa parte com o spital de Santa Maria e da outra com azinhaga prubica e da outra com rua prubica e agora he adega em que pooem os vinhos do oitavo*” (TT - Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fl. XIII v.).

¹⁸⁴ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 166.

falaremos, também, no capítulo acerca desta. No entanto, no meio de tantas questões, podemos constatar um fato: a albergaria de São Gião ficaria muito próxima, se não no mesmo local, onde viria a ser construído o Hospital Real.

Temos notícia de um documento apenas, que refere uma propriedade confrontante com tal albergaria. Neste, datado de 1377, Vicente Luís, torneiro, renuncia a uma casa que trazia emprazada da igreja de S. Bartolomeu, localizada no “*Quintaal do Motateiro*”, e que confrontava com casas do “*Namorado*” e com a “*albergaria de Sam Juyaa*”¹⁸⁵. Não sabemos onde ficaria este quintal, já que tal designação não sobreviveu na toponímia atual. No entanto, a própria designação de quintal sugere-nos uma espécie de terreiro, algo como um pátio, rodeado de edifícios para ele voltados – como é o caso da casa a que renunciou Vicente Luís – situado no interior de um quarteirão, e contando com acessos através de pequenas vielas, semelhante ao Quintal dos Fiveteiros, logradouro medieval com tais características, e que Jorge de Alarcão fez corresponder ao atual Pátio do Castilho, nos entornos da Torre da Almedina e Rua de Quebra Costas¹⁸⁶.

1.4.5 – A Rua dos Tanoeiros

Continuando nossa reconstituição, caminhando para norte, deparamo-nos com uma via já muitas vezes mencionada ao longo deste estudo: a Rua dos Tanoeiros. Como nos é explicitado nos registros do Almojarifado de Coimbra, de 1395, esta “*se começa no Arnado da par da auga do Mondego e vai-se a finir a Santiago*”¹⁸⁷, o que elimina qualquer dúvida acerca do seu traçado medieval, confirmando a correspondência desta com a atual Rua Adelino Veiga, uma via perpendicular ao rio, que, atualmente, se inicia na Praça – na porção antes conhecida como adro de Santiago - e finda no atual Largo das Ameias, próximo do Mondego.

É importante verificar, também, que à semelhança do que ocorria na Rua de S. Gião e da Enxurrada – atuais Rua das Azeiteiras e Rua dos Esteireiros, respectivamente

¹⁸⁵ 1377, Fevereiro, 22, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 14).

¹⁸⁶ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, pp. 86-91.

¹⁸⁷ TT - Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fl. XIII.

– a Rua dos Tanoeiros medieval contaria com uma considerável inclinação em direção ao rio, sendo sua atual forma resultado de alteamentos do piso. Walter Rossa calcula, por exemplo, um aumento de, pelo menos, 2 a 3m na cota do Largo do Paço do Conde – situado a meio da Rua Adelino Veiga – em relação ao séc. XVI, valendo-se da observação do que ainda resta dos Paços do Conde de Cantanhede, erguidos em inícios de quinhentos e ali situados¹⁸⁸.

Acerca do topónimo Rua dos Tanoeiros, este é registrado desde, pelo menos, meados do século XIV, tendo origem na profissão homónima, relacionada ao fabrico de tonéis e pipas de madeira. Sua presença é plenamente justificada pelas necessidades de armazenamento dos muitos lagares de azeite existentes nesta área, característica para qual atentaremos no terceiro capítulo deste estudo. Uma outra associação possível seria com as *tanarias*, locais onde se curtia pele. No entanto, tal grafia nunca apareceu-nos na documentação. Esta limita-se a citar, especificamente, tanoeiros e tanoarias, apresentando, ocasionalmente, somente uma variação, “*tonoeiros*”¹⁸⁹, etimologicamente mais próxima do “tonel” fabricado por aqueles profissionais, o que leva-nos a crer que terão sido realmente estes os mesteres a designar a rua¹⁹⁰.

José Pinto Loureiro nos dá conta de emprazamentos, outorgados pelo cabido da Sé nos anos de 1353, 1374, 1409, 1435, 1467 e 1475, e alguns outros no séc. XVI, de imóveis localizados nesta rua, sendo esta referida sob as formas “Rua de Tanoeiros” e “Rua das Tanoarias”. O mesmo autor transmite-nos a notícia de um outro emprazamento, dado pelo mesmo cabido, em 1392, e que designa esta via como “*rua*

¹⁸⁸ Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 32.

¹⁸⁹ Por exemplo, o assento presente no registro do Almojarifado, a refere como “*Rua dos Tonoeiros*” (TT - Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fl. XIII), assim como um documento da Sé, que cita um tal “*Joham Perez tonoeiro*” (1431, Abril, 20, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 7, nº 198).

¹⁹⁰ Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo, ao estudar o trabalho e a produção no Porto medieval, encontra na documentação diversas menções específicas a *tanarias*, apresentando, como únicas variações presentes, “*tenarias*” e “*tenerias*”, e nunca indicando uma situação onde tais vocábulos fossem utilizados de forma adjetivada, designando um indivíduo que nelas trabalhasse. Igualmente, o autor menciona os tanoeiros, associando-os, exclusivamente, aos fabricantes de tonéis e salientando, inclusivamente, a necessidade de ter em atenção à diferença entre estas duas designações, em razão de possuíram grafias semelhantes mas significados distintos. Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto (c. 1320 – c. 1425)*, tese de doutoramento em História da Idade Média apresentada à Universidade do Minho École des Hautes Études en Sciences Sociales, Braga e Paris, 2009, vol. I, p. 255 nota 7, vol. II, p. 82.

*direita que vai para os tanoeiros*¹⁹¹, sendo os “*tanoeiros*”, provavelmente, referência ao Terreiro das Tanoarias, como passaria a ser conhecido, nos séculos seguintes, o espaço situado na extremidade oeste desta rua, já junto ao rio. Também nos arredores, temos notícia de que, pelo menos desde finais do séc. XV, se localizavam as *Carniçarias*¹⁹².

Por sua vez, o assento presente no registro do Almojarifado, citado há pouco, informa-nos que este teria ali três propriedades: um chão “*que foi casa e ora nom tem pedra nem madeira*”; uma casa sobradada, que confrontava com um pardieiro da “*comenda da chouparia*” e com casas do mosteiro de Santa Ana, “*as quaaes andom com a portagem e poem em ellas a madeira da dizima da portagem*”¹⁹³; e por fim, uma grande casa térrea, que partia com “*spital de Santa Maria e da outra com azinhaga prubica e da outra com rua prubica e agora he adega em que poem os vinhos do oitavo*”, que provavelmente corresponderá à adega do rei que, como vimos, partia a leste com o dito hospital.

A azinhaga referida será, certamente, a que existia a oeste dos Paços do Conde de Cantanhede até pelo menos finais do séc. XVIII¹⁹⁴. Acerca destes paços, sabemos que terão sido produto da reforma de casas que, como vimos anteriormente, pertenceram ao “*marichal*”. Será este, certamente, o “*Prior do Hospital Marechal del Rei*”, dois títulos então atribuídos a Álvaro Gonçalves Camelo¹⁹⁵, agraciado em 1390, por D. João I, com a doação de casas pertencentes a Coroa, situadas na freguesia de Santiago, e que anteriormente haviam sido de Martim Malho, almoxarife da cidade nos tempos de D. Pedro I e D. Fernando I, que as perdeu em razão de uma dívida¹⁹⁶.

Como vimos anteriormente, na Idade Média, corria a sul da Rua dos Tanoeiros, paralelamente a esta, uma outra via, designada de Rua Olho do Lobo, cujo traçado fizemos corresponder à atual Rua das Rãs. Utilizando-nos de quatro documentos – dois

¹⁹¹ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 3.

¹⁹² José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 212.

¹⁹³ TT - Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fl. XIII v.

¹⁹⁴ Esta azinhaga ainda encontra-se representada no mapa das *Antigas freguezias*.

¹⁹⁵ Francisco Carvalho Correia, *O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588. A silhueta de uma entidade projectada no chão de uma História milenária*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Xeografia e História, Universidade de Santiago de Compostela, 2008, pp.268-269, doc. 164.

¹⁹⁶ 1390, Março, 15 (TT – Chancelaria de D. João I, livro 2, fl. 10).

deles provenientes da Sé e outros dois de Santiago – acerca de propriedades situadas entre estas duas vias medievais, fomos capazes de reconstituir esquematicamente dois casarios ali existentes, tendo os resultados corroborado tal proposta identificação por nós avançada.

Convém retermos, porém, que nenhuma das descrições era precisa quanto às confrontações, através da indicação de pontos cardeais, limitando-se, somente, a especificar o que estaria “*adeante*” e “*de tras*” dos edifícios. Isto, conjugado com o nosso conhecimento anterior do traçado da Rua dos Tanoeiros e com as nossas conclusões acerca da Rua Olho do Lobo, permitiu-nos obter, com certeza, os limites norte e sul dos imóveis, mas não a exata disposição dos que lhe ficariam a leste e oeste. Portanto, deve considerar-se, como alternativa, os mesmos esquemas apresentados a seguir, mas invertidos horizontalmente.



A imagem acima representa o casario noticiado através de três documentos, nomeadamente: o emprazamento dado pelo cabido da Sé, em 1428, a Lopo Álvares e Catarina Lopes, sua filha, de uma casa na Rua dos Tanoeiros¹⁹⁷, e a renúncia à mesma, em 1431, tendo sido a casa emprazada subsequentemente a João Rodrigues¹⁹⁸; e outro emprazamento, dado por Santiago, a um indivíduo cujo nome não foi possível ser identificado, de uma casa na Rua dos Tanoeiros e um cortinhal na Rua Olho do Lobo, em 1430¹⁹⁹.

¹⁹⁷ 1428, Novembro, 22, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 7, nº 197).

¹⁹⁸ 1431, Abril, 20, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 7, nº 198).

¹⁹⁹ 1430, Maio, 29, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m.2, nº 193/494)

Referem-se os números a: (1) – casa sobradada emprazada, em 1428, à Lopo Álvares, tanoeiro, e sua filha, Catarina Lopes, tendo sido anteriormente possuída por Afonso Domingues, também tanoeiro. Lopo Álvares renunciaria a tal casa em 1431, sendo esta então emprazada a seu genro, João Rodrigues, tabelião de Coimbra. (2) – casa de João Peres, tanoeiro. (3) – cortinhal pertencente à Igreja de Santiago. (4) – casas de João de Lima. (5) – pardieiro e alpendre pertencente ao Cabido da Sé, emprazado, antes de 1431, a Gonçalo Afonso, carnicheiro.



Este casario, por sua vez, foi reconstituído a partir de um documento de Santiago, datado de 1427, a respeito do emprazamento de uma casa na Rua dos Tanoeiros a Gonçalo Anes e Catarina Anes²⁰⁰, e da carta de emprazamento dada pela mesma igreja a um indivíduo de nome desconhecido, datada de 1430 e também utilizado na última reconstituição. Desta maneira, os números representam: (1) – Casa sobradada, dada de emprazamento pela Igreja de Santiago, em 1427, a Gonçalo Anes, sapateiro, e Catarina Anes, sua esposa. (2) – Casas que foram de Pero da Ribela. (3) – Casa de Afonso Gonçalves da Ribeira (4) Casa sobradada pertencente a Santiago. (5) – Casa de Afonso da Feiteira.

Por fim, resta mencionar que o documento de 1430 nos atesta que o cortinhal de Santiago ficava “*da par*” das casas sobradadas da mesma igreja, o que nos leva a concluir que estes dois casarios deveriam estar muito próximos um do outro, talvez, até mesmo, juntos. Novamente, a omissão dos pontos cardiais, sobretudo, das indicações exatas dos limites leste e oeste dos edifícios, impossibilita-nos de sermos mais precisos sobre a localização destas propriedades.

²⁰⁰ 1427, Maio, 17, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m.3, nº 142/229).

1.4.6 – O adro de Santiago e arredores

Hoje parte integrante da Praça do Comércio, o antigo adro de Santiago compreendia, na Idade Média, toda a zona acessível em torno do templo, sendo referidas como situadas no “adro” as propriedades localizadas no largo existente em frente ao seu edifício e junto de suas traseiras. A origem da ocupação destes arredores, por sua vez, confunde-se com a origem da própria igreja, como nos testemunha a já mencionada carta de doação onde esta é mencionada pela primeira vez. Datada de 957, tal carta atesta-nos que este templo – então dedicado a S. Cucufate – foi doado ao mosteiro de Lorvão pelo presbítero Samuel, juntamente com casas, hortas e vinhas nos seus entornos. Tal ocupação ter-se-á acelerado sobretudo a partir do séc. XIII, com o fim do processo de reconquista, que permitiu o desenvolvimento do arrabalde, antes contido dada a instabilidade da região.

O adro, em conformidade com os costumes medievais, serviu, durante todo este período, como cemitério. O *Livro de Aniversários da Colegiada de Santiago de Coimbra*, produzido entre fins do séc. XV e inícios do séc. XVI, atesta-nos acerca de indivíduos sepultados em frente ao templo, sobre as escadarias²⁰¹, e é certo que outros, de menos posses, fossem enterrados mais à frente, em pleno terreiro. A respeito deste espaço, convém mencionar que este poderá ter sido cercado. É o que nos sugere um documento, presente na Chancelaria de D. João I e datado de 1395, que situa a atual Praça do Comércio “*aa porta do adro da Igreja de Santiago*”²⁰².

Não sabemos, exatamente, qual a extensão e configuração de tal terreiro antes do surgimento da Praça. No entanto, é plausível propor, para esta conjuntura, a existência de um quarteirão a sul deste terreiro, que se estendesse até o casario da Rua dos Francos, formando um grande largo de formato retangular. O quarteirão pressuposto viria a ser eliminado, provavelmente, no processo de configuração da Praça – da qual falaremos no próximo capítulo – embora somente no último quartel

²⁰¹ A mulher e filho de João Panão, por exemplo, foram sepultados “*à porta sobre os degraaos, junto com a parede no moimento mais alto contra a praça*”, Isaías da Rocha Pereira, “*Livros de aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra*”, p. 23.

²⁰² 1396, Setembro, 30, Santarém (TT – Chancelaria de D. João I, Livro 3, fl. 91 v.).

século XVIII, como nos informa José Pinto Loureiro, o adro perderia sua independência em relação a este espaço²⁰³.

Acerca da Praça, convém informar que Walter Rossa nos sugere um aumento de apenas um metro na cota do seu terreno em relação à realidade do séc. XVI, situando-se esta, atualmente, na ronda dos 21 metros²⁰⁴. Tal conclusão também pode ser parcialmente aplicada ao largo em frente ao templo, como nos leva a crer a própria situação atual da igreja de Santiago, cujo acesso ainda é feito por uma grande escadaria, à maneira medieval. No entanto, o terreno seria, provavelmente, um tanto quanto irregular, provavelmente apresentando uma ligeira inclinação em direção ao rio.

Em relação a menções documentais, José Pinto Loureiro informa-nos acerca de casas da Sé situadas no adro, presentes em instrumentos datados de 1230 e 1288²⁰⁵. Em 1300, um documento de Santiago fala-nos de um pardieiro, localizado junto das traseiras de Santiago, e que confrontava a leste com rua pública – certamente a Rua de Coruche – a oeste com o adro de Santiago, e a sul e norte com outras propriedades²⁰⁶. Próximo das traseiras desta também deveria estar o “*poyo com seu ar*”²⁰⁷, situado na Rua dos Francos, localizado “*dereito das cazas de Garcia Perez*”, confrontando a leste com a dita rua; a norte com “*poyo e ar que tem Andre Annes alfaiate*”; a sul com Estevão Ribeiro, mercador; e a oeste com o adro de Santiago; e que o cabido da Sé terá tomado posse em 1347, através de escambo com Afonso Vicente, tabelião²⁰⁸. Ainda no século XIV, temos notícia de que, em 1310, Santiago emprazava a Lourenço Peres *Calcheiro*, casas no local²⁰⁹, e, em 1317, a mesma igreja dá de emprazamento duas casas no “*adro da dicta vossa egreja no canto da par das casas que foram de Miguel da logia*” a Afonso Mendes²¹⁰.

²⁰³ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 236.

²⁰⁴ Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 445, nota 492.

²⁰⁵ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 20.

²⁰⁶ 1300, Março, (TT – Col. Santiago).

²⁰⁷ Por “*poio*”, deve-se entender um local onde se juntam as pedras encontradas nos terreiros de cultivo. Não sabemos, ao certo, o significado de “*ar*”, podendo ser uma referência ao primeiro andar de uma construção.

²⁰⁸ 1347, (?), 19, Coimbra (AUC – Cópia de Emprazamentos, III-1ºD-3, 4, 23, fl. 83, nº 51).

²⁰⁹ 1310, Abril, 5, Coimbra (TT – Col. Santiago cx. 1, m. 1, nº 481/293).

²¹⁰ 1317, Abril, 9, Coimbra (TT – Col. Santiago cx. 1, m. 1, nº 438/478).

Em 1324, surge-nos a primeira menção ao *Poço Redondo*, topónimo que, segundo a documentação leva-nos a crer, designava toda uma pequena área próxima dali. Aparece citado em um documento de Santiago, acerca de casas vendidas por Afonso Peres e sua mulher, Beatriz Peres, a João Francisco. A casa em questão era sobradada, confrontando a leste com o adro de Santiago e, em direção não especificada, com o Poço Redondo²¹¹. A partir de tal descrição, podemos presumir que este ficaria, mais especificamente, nos entornos dos quarteirões a leste do terreiro, situados ou a norte ou a sul da Rua dos Tanoeiros.

Outros testemunhos informam-nos que, em 1342, Pero Martins e sua esposa, Maria das Cardosas, recebem de emprazamento, da igreja de Santiago, esta mesma casa, descrita como um “*cortinhal com casa e poço*” ... “*en poço redondo que foy d’Affomso Perez*”²¹². O cabido da mesma igreja ainda emprazaria, a tal casal, um meio cortinhal “*no logo que chamam Poço Redondo*” e, em 1351, outras casas no seu adro²¹³. Outro documento, este de São Jorge e lavrado em 1356, fala-nos de uma casa “*a par do fforno de Poço Redondo a qual de nos soya de trager Domingos Johannes de Poço Redondo*”, confrontando com outras casas, rua pública e um forno da Igreja de São Cristóvão²¹⁴. Por fim, um instrumento de 1410, de Santiago, dá-nos o testemunho acerca de um cortinhal, situado na freguesia desta igreja, que partiria “*com azenhagaa do conçelho que chamam do poço redondo*”, casas de S. Bartolomeu e outro cortinhal, na posse de João Afonso Coelho²¹⁵.

Analisando tais descrições, fica-nos a impressão de um local de baixa densidade ocupacional, constituído, essencialmente, por cortinhais, fornos, poços e umas poucas habitações, sendo atravessado por uma azinhaga que, certamente, o conectaria à rua mais próxima. A julgar pelo documento que o coloca como confrontante com uma casa localizada no adro, poderíamos conjecturar que o *Poço Redondo* estivesse inserido no quarteirão, nos fundos das casas voltadas para o terreiro e para a Rua dos Tanoeiros (atual Adelino Veiga).

²¹¹ 1324, Maio, 18, Coimbra (TT – Col. Santiago cx. 1, m. 4, nº 408).

²¹² 1342, Novembro, Coimbra (TT – Col. Santiago cx. 1, m. 4, nº 659/200).

²¹³ c. 1350, Coimbra (TT – Col. Santiago cx. 1, m. 2, nº550/618) e 1351, Junho, 21, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 4, nº 775/389).

²¹⁴ 1356, Junho, 14, Coimbra (TT – Mosteiro de S. Jorge de Coimbra, m. 9, nº 7).

²¹⁵ 1410, Maio, 25, Coimbra (TT – Col. Santiago cx. 1, m. 3, nº 384/432).

Ao recorrermos à cartografia de Coimbra, verificamos a existência, neste exato local, de um grande quintal inserido no interior do casario, conectado à Rua Adelino Veiga através da atual travessa homónima. Conseguimos identificá-lo nas plantas topográficas de 1845 e 1874/75, elaborados, respectivamente, por Izidoro Emílio Baptista e pelos Irmãos Goullard. No mapa das *Antigas freguezias*, de finais do século XVIII, este também aparece, embora representado de maneira simplista, como ocorre, aliás, com todos os interiores de quarteirões. Este poderia, dada a sua localização, corresponder ao *Poço Redondo* medieval.

A grande dúvida acerca deste local, porém, relaciona-se com o seu topónimo. À primeira vista, é natural assumir que este se referisse a um poço de formato circular, cuja peculiaridade terá dado nome à área. No entanto, um documento de 1395, e que fala-nos a respeito do divórcio entre Afonso Fernandes, dito da *Cordeira*, e Catarina Martins, oferece-nos uma outra hipótese. A certa altura do texto, refere-se que a dita Catarina Martins teria direito, na partilha de bens, à posse do “*cortinhal da par da torre que chamam Poço Redondo de que advem o concelho em cada huum anno vinte soldos da moeda antiga*”. Convém reter, também, que a mesma carta informa-nos que o casal possuía uma casa no adro de Santiago²¹⁶.

Tal citação leva-nos a crer que “Poço Redondo” seria a designação, portanto, de uma torre. Se assim não fosse – e o topónimo se referisse ao cortinhal –, a simples menção a tal estrutura, sem nenhuma informação adicional que a melhor identificasse, tornaria impossível a qualquer um situar a propriedade em questão. Tal constatação suscitará em algum leitor, certamente, a dúvida acerca da leitura deste topónimo, que se perguntará se esta não seria, por sua vez, “paço redondo”. A isto respondemos que foram verificados todos os pergaminhos originais que aludem a este, e garantimos que nossa leitura é a correta.

Assim sendo, resta-nos saber qual a natureza de tal torre. Não temos outras notícias acerca de estruturas militares nesta zona do arrabalde, o que nos leva a crer

²¹⁶ 1395, Fevereiro, 3, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 6, nº 177).

que se tratasse de uma habitação, sob a forma de casa-torre, típica da nobreza²¹⁷. Outra questão é a do porquê desta ser designada por *Poço Redondo*. A falta de outros indícios relativos a tal edifício impede-nos de responder com clareza. A este respeito, talvez seja oportuno propor a leitura “*torre que chamam [do] Poço Redondo*”, o que indicaria que nos seus entornos, ou até mesmo em sua propriedade, deveria existir, de fato, um poço circular que tornou-se conhecido da população, a ponto de servir de designação a toda uma pequena área durante todo o séc. XIV e inícios do XV.

Atualmente, a Praça conecta-se à Rua Ferreira Borges por duas vias, que se desenvolvem em degraus, designadas por Escadas de São Bartolomeu e Escadas de Santiago. Já falámos a respeito da primeira, de modo que nos falta discorrer acerca da segunda. Esta localiza-se imediatamente a sul da igreja de Santiago, e a partir do século XVI aparece referenciada pelas denominações de Arco de Santiago ou da Misericórdia, em razão do peitoril e arco existentes nesta via e demolidos em 1858, aquando das obras de alargamento da Rua de Coruche (atual Visconde da Luz)²¹⁸.

Para a Idade Média, carecemos de fontes que a citem diretamente, embora consideremos razoável que esta já existisse no período, dada sua conveniente função de conectar a Calçada ao adro de Santiago. A isto sugere-nos a existência, no quarteirão entre tal Calçada e a Praça e voltada para a parede sul do dito templo, de uma casa pertencente ao concelho, referenciada em uma sentença de 1503, elaborada acerca de um emprazamento feito em 1460. Esta especifica-nos que tal casa confrontaria a sul com os açougues da cidade – voltados para a Praça, como veremos – e a norte, onde hoje estão as ditas escadas, com o adro de Santiago²¹⁹.

O fato desta via desenvolver-se em degraus desde, pelo menos, o séc. XVI, acaba por nos dar um indício para considerar que assim o fosse já no período medieval, ao contrário de sua análoga próxima a São Bartolomeu, que adquiriu tal configuração somente no séc. XX, como já foi esclarecido. Corroboram nossa hipótese

²¹⁷ Exemplos remanescentes deste tipo de arquitetura ainda podem ser encontrados em Lisboa e no Porto. Acerca do assunto, veja-se Mário Jorge Barroca, “Arquitetura gótica civil”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da arte em Portugal - O gótico*, Lisboa, Presença, 1994, pp. 86-128.

²¹⁸ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, pp. 319-320.

²¹⁹ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 226.

as próprias características do terreno. A elevação vencida por esta escada, no período medieval, seria muito maior do que a da correspondente medieval às Escadas de São Bartolomeu, já que conectaria o adro de Santiago, situado a uma cota que rondava os 20 m, ao topo da Rua de Coruche, a uma elevação de 25 m – segundo estimativa de Jorge de Alarcão²²⁰ –, em uma distância muito curta.

A norte da Praça do Comércio, no espaço que anteriormente constituía o dito adro de Santiago, nasce uma pequena via, designada de Rua do Almojarife, que se dirige à freguesia de Santa Cruz. Próximo de sua extremidade sul, há uma bifurcação, onde com ela conecta-se outra rua – que também ruma ao norte – atualmente denominada de Rua Eduardo Coelho. Analisemos o que as fontes consultadas podem-nos elucidar acerca de sua realidade medieval.

Acerca da Rua do Almojarife, pouco podemos falar, já que esta aparece-nos somente uma vez na documentação, nomeadamente, em um instrumento do cabido da Sé, lavrado em 1432, e onde é dado de emprazamento uma casa nela situada. Esta só voltará a figurar nas fontes em 1537, em um auto de medição de casas da Universidade, que a situa dentro dos limites da freguesia do mosteiro crúzio²²¹, sendo possível que assim também o fosse na Idade Média, muito embora faltem-nos outros indícios para podermos confirmar tal assunção.

A Rua Eduardo Coelho, por sua vez, seria conhecida por diversas denominações ao longo dos séculos. Durante a época moderna, tal arruamento aparece designado por Rua dos Pintadores, Rua de Mompilher, Rua da Saboaria e – sem dúvida a denominação mais marcante – por Rua dos Sapateiros, topónimo que permaneceu em uso desde o séc. XVI até 1904, quando a Câmara deliberaria a mudança de nome²²². A acreditarmos em Vasco Mantas, o trajeto desta rua descenderia da antiga estrada romana que atravessava *Aeminium*.

Segundo a hipótese deste autor, esta correria, neste trecho, por onde hoje se abre a Praça, seguindo a norte pela atual Rua Eduardo Coelho até atingir a Rua

²²⁰ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 22, fig. 8.

²²¹ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 83.

²²² José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, pp. 322-331.

Direita²²³. No entanto, a historiografia tradicional não nos aponta nenhuma designação medieval para a rua em questão, o que, como veremos a seguir, dever-se-á provavelmente a uma confusão na identificação de alguns topónimos presentes na documentação. Analisemos as fontes.

Em 1368, lavrou-se uma carta de emprazamento, celebrado “*em Coimbra em rua de Spital a par da Freyria ante as pousadas de Martim Vaasquiz de Gooes donde pousava Affonso Martinz Alvernaz juiz por el rey*”²²⁴. O Largo da Freiria, ainda existente, resume-se hoje a um pequeno beco, já entranhado no terreno que pertenceria à freguesia medieval de Santa Cruz, nascendo próximo da extremidade sul da Rua Eduardo Coelho²²⁵. Esta mesma via aparecerá em outros instrumentos, nomeadamente, em um contrato de emprazamento de 1362, acerca de casas nesta via²²⁶, e em documento da primeira metade do séc. XIV, onde Sancha Viegas, testamenteira do marido Estevão Anes, escudeiro, doa à Sé, segundo a vontade do falecido marido, umas casas que haviam “*na freguesia de Sanhoane da Capela de Sancta Cruz na Rua de Spital*”²²⁷.

José Pinto Loureiro, em sua *Toponímia de Coimbra*, no item sobre a Rua Eduardo Coelho, especifica-nos que a capela e hospital de Santa Maria da Vera Cruz, instituídos em 1332 pelo Mosteiro de Santa Cruz, ficariam na então Rua de Tinge Rodilhas, atual Rua da Louça²²⁸. Na porção da obra que trata da Rua das Azeiteiras, porém, o autor prefere fazer corresponder todas as citações à Rua do Hospital com a antiga Rua de São Gião, dada a existência da albergaria homónima, muito embora ainda faça uma alusão à possibilidade de estas referirem-se ao referido Hospital de Santa Maria de Vera Cruz.

²²³ Vasco Gil Mantas, “Notas sobre estrutura urbana de Aeminium”, pp. 494 e 498.

²²⁴ 1368 Novembro 20, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 6, m. 12, nº 4).

²²⁵ No Largo da Freiria, no seu topo nascente, estava instalado, desde pelo menos o séc. XII, o templo de S. João da Freiria, juntamente com um estabelecimento de assistência, tendo sido o polo de estabelecimento da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém – depois Ordem de Malta – na cidade. Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 287.

²²⁶ 1362, Março, 1, Coimbra (AUC – Pergaminhos da Sé, dep. V, 3ª sec., m. 7, gav. 4, nº 14).

²²⁷ 1319-1333, (?), Coimbra (AUC – Pergaminhos da Sé, dep. V, 3ª sec., m. 1, gav. 6, nº 171).

²²⁸ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 323. Assim também o afirma Anísio Miguel Saraiva em “A propriedade urbana das confrarias e hospitais...”, p. 161.

O autor acaba por citar três documentos, todos do séc. XIV, sendo eles um instrumento de empraçamento, datado de 1314, referente a duas casas na freguesia de Santiago, “*que partem com carreiro que vai para a Rua do Hospital*”; outro de 1322, acerca de duas adegas – uma nova e outra velha – na mesma rua; e um testamento de 1369 que deixa, para o Cabido da Sé, outra adega, também situada nesta via²²⁹.

É certo que a atual Rua das Azeiteiras, no séc. XVI, aparecerá designada, em alguns documentos, como Rua do Hospital, dada a fundação, em 1504, do Hospital Real, situado na esquina desta com a Praça. No entanto, em relação à via homónima, mencionada no séc. XIV, discordamos de tal correspondência, preferindo avançar com outra hipótese: a de que a atual Rua Eduardo Coelho correspondesse à Rua do Hospital medieval.

Primeiramente, porque nenhum dos documentos citados por José Pinto Loureiro contém elementos suficientes que nos permitam associá-los, com alguma segurança, à atual Rua das Azeiteiras. Por outro lado, ao atentarmos à data de produção destas fontes, veremos que estão muito próximas das outras duas que aqui apresentamos, que descrevem, diretamente, a Rua do Hospital como estando próxima do Largo da Freiria e inserida na freguesia de Santa Cruz. Desta maneira, vale lembrar que a Rua Eduardo Coelho é a única rua relacionada fisicamente ao Largo da Freiria, o que justifica ter sido caracterizada como estando “*a par*” dela. Outro fator é o da improbabilidade de que, no mesmo período e tão próximas uma da outra, duas ruas distintas partilhassem o mesmo exato topónimo.

Ainda, como o próprio José Pinto Loureiro informa-nos, em fins do séc. XV, a Rua Eduardo Coelho já figuraria na documentação sob a forma de Rua dos Pintadores, acrescentando que um dos lados do edifício do hospital de Santa Maria – segundo documento de 1493 – partiria com esta²³⁰. Tal relação direta entre a rua e o edifício afigura-se como outro indício de sua correspondência com a Rua do Hospital, justificando seu próprio topónimo, que tem a ver, obviamente, com o fato de servir de ligação direta a este.

²²⁹ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 168.

²³⁰ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, pp. 322-324.

Tal proposição encaixa-se perfeitamente a outra menção à Rua do Hospital, presente em um texto memorialístico do Mosteiro de Santa Cruz e referente a catastrófica cheia que assolou Coimbra em 1331. Nele, descreve-se que, nesta ocasião, a água chegara “*acima da Rua do hospital que sta sob a casa torre em que morava Martim Vaaz de Gooes e hora mora Joham Toobim cavalleyro*”²³¹. Tendo em conta a situação da atual Rua Eduardo Coelho, um alagamento que a superasse seria desastroso o suficiente para merecer uma marca na memória coletiva da cidade, já que esta localiza-se imediatamente abaixo da Rua de Coruche, situada a uma cota mais alta e, deste modo, praticamente inatingível pelas águas do rio.

Notamos, também, para a possibilidade da dita casa torre citada no texto corresponder a torre do *Poço Redondo*, sobre a qual discorremos há pouco e cuja proximidade ao adro de Santiago justificaria uma menção em razão da Rua do Hospital, já que esta, caso corresponda a Rua Eduardo Coelho, nasceria no dito adro. Isto porque, como novamente Pinto Loureiro nos esclarece convincentemente, a porção da atual Rua do Almojarife situada entre a Rua Eduardo Coelho e a Praça pertencia, na época moderna, à última²³². O mesmo deveria verificar-se para a Idade Média, colocando-nos a possibilidade de seu troço sul inserir-se na freguesia de Santiago, tal como nos é representado pelo mapa das *Antigas freguezias*, de fins do séc. XVIII. A isto alude-nos o já mencionado documento acerca de duas casas, situadas nesta freguesia, “*que partem com carreiro que vai para a Rua do Hospital*”. O tal carreiro poderia corresponder, perfeitamente, à atual Rua Velha, arruamento de possível origem medieval, como nos é evidenciado pelo seu topónimo, registrado desde o séc. XVI²³³.

²³¹ *Anais, Crónicas e Memórias...*, p. 96.

²³² O autor chega esta conclusão ao analisar as menções a Rua de Mompilher, esta identificada, por uma fonte de 1638, como sendo a Rua dos Pintadores. José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, pp. 324-325.

²³³ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, pp. 334-335.

1.4.7 – A Rua dos Francos e a Calçada

Indiscutivelmente as principais artérias da Baixa coimbrã, as ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz formam, atualmente, o grande eixo de ligação entre dois pontos de grande importância da cidade, o Largo da Portagem e a Praça 8 de Maio, desenvolvendo-se, atualmente, em duas grandes vias, largas e retilíneas, resultantes de alargamentos e correções executados em conformidade com os ideais urbanísticos dos séc. XIX e XX. Na génese destas duas ruas estão a medieval Calçada, predecessora da Rua Ferreira Borges, que se estendia da Portagem às traseiras de Santiago, e a Rua de Coruche, que partia deste mesmo ponto rumo ao norte, atingindo a atual Praça 8 de Maio, na Idade Média Terreiro de Sansão.

Dada a inegável importância histórica das ruas em questão, e ao contrário do que ocorre com os arruamentos dos quais tratamos anteriormente, uma parte considerável da historiografia conimbricense debruçou-se sobre estas duas vias. Nossas extensas pesquisas, por sua vez, vieram revelar detalhes adicionais acerca destes logradouros, permitindo-nos, através da conjugação destes com o conhecimento já produzido, estabelecer uma nova visão acerca de sua evolução. Sempre do sul rumo ao norte, iniciemos nossa reconstituição com a Calçada.

Para compreendê-la, devemos recuar ao séc. XIII, mais especificamente a 1223, quando é mencionada pela primeira vez, em um assento do *Livro das Kalendas*, a existência da Rua dos Francos²³⁴. Outras duas referências, datadas de 1229, falam-nos de tendas sobre o arco de Santiago²³⁵ e de tendas situadas nesta via, localizadas “*ab oppositis de Porta de Archu*”, ou seja, em frente à porta do arco da Almedina²³⁶. Em 1241 e 1245²³⁷, encontramos outros testemunhos pouco específicos acerca de mais tendas situadas nesta mesma rua e, em 1285, a uma casa “*in platea Francorum*”²³⁸.

²³⁴ *Livro das Kalendas*, t. II, p. 36.

²³⁵ *Livro das Kalendas*, t. II, p. 109. Não devemos confundir-lo com o homónimo, erguido no séc. XVI onde hoje encontram-se as Escadas de São Bartolomeu. Acerca deste arco ducentista, nada mais aparecerá na documentação medieval, sugerindo Jorge de Alarcão que talvez pudesse se tratar de uma barbacã de porta. Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 150-151.

²³⁶ *Livro das Kalendas*, t. II, p. 36.

²³⁷ *Livro das Kalendas*, respectivamente, p. 230, t. I, p. 251.

²³⁸ *Livro das Kalendas*, t. I, p.154. Por *platea*, entenda-se uma via larga. Nos demoraremos mais acerca da exata definição deste vocábulo no próximo capítulo.

A origem do topónimo, por sua vez, estará certamente na concentração – a partir do séc. XII – de habitantes centro-europeus nesta rua, especialmente artífices e mercadores, designados genericamente por “francos”. Testemunho desta aglomeração é uma lápide de Pedro Franco, falecido em 1197 e sepultado na Igreja de Santiago²³⁹.

Acerca do seu traçado, já é inquestionável a identificação desta via como a antecessora da Calçada e da atual Rua Ferreira Borges²⁴⁰. A grande questão que nos aparece acerca desta via é, no entanto, a da sua extensão. Enquanto a historiografia tradicional tem-na caracterizado como eixo medieval de ligação entre a ponte e a Almedina, iniciando-se na primeira e findando na Igreja de Santiago, Jorge de Alarcão manifesta, e bem, a dúvida acerca da existência, para os séculos XII e XIII, do tramo entre o Largo da Portagem e a Porta da Almedina²⁴¹. Nós, porém, vamos além, duvidamos da existência deste tramo também para o séc. XIV, até o estabelecimento da Calçada.

Para este século, absolutamente nenhum registro documental nos dá indícios de que a Rua dos Francos efetivamente atingisse o atual Largo da Portagem. O mais a sul que esta comprovadamente chegaria seria ao ponto onde a atingiam as atuais Escadas de São Bartolomeu, como nos alude um instrumento de 1354, já citado anteriormente, e que refere-se a estas como “*rua publica que vai de Rua de Francos pera Sam Bartholomeu*”²⁴². Outro documento fala-nos de uma casa na Rua dos Francos, sobre a sota que, como vimos, provavelmente passaria por esta mesma via medieval, corroborando a nossa comprovação²⁴³.

Embora a ausência de provas não signifique, necessariamente, a inexistência, o fato de não ter sido encontrado documento que nos permita sequer relacioná-la à Portagem, ou então, à freguesia de S. Bartolomeu, na qual parte desta deveria estar necessariamente inserida, afigura-se, no mínimo, suspeito. Por cautela, não excluimos

²³⁹ Mário Jorge Barroca, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, Lisboa, 2000, inscrição nº 204.

²⁴⁰ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 357.

²⁴¹ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 149 e 192.

²⁴² 1354, Outubro, 15, Coimbra (AUC - Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 3, doc. 70).

²⁴³ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 358.

totalmente a hipótese contrária, no entanto, somente o aparecimento de novas evidências a seu favor poderá revigorar sua credibilidade. Ainda voltaremos a este assunto mais a frente, a propósito da Calçada.

Resta-nos registrar que a Rua dos Francos seria mencionada, no séc. XIV, em outras ocasiões. Em data incerta, a igreja de Santiago dá de emprazamento, a Estevão Fernandes, tendas nesta via²⁴⁴; em 1345, a referida rua é registada como antigo local de residência de Apariço Eanes²⁴⁵; em 1347, é referida a existência, nesta rua, de dois poios, terrenos para acumulação de pedras, próximos do adro de Santiago, e dos quais já tratámos anteriormente²⁴⁶, e, em 1349 e 1358, temos notícias de casas emprazadas nesta via²⁴⁷. Por fim, a última menção a ela se encontra em um assento, presente na Chancelaria de D. Fernando I, datado de 30 de Julho de 1367, em razão dos “*privilegios aos moradores das Ruas de Curuche e de Francos de Coimbra*”, comprovação não somente da antiguidade da relação de unidade entre tais arruamentos, como o prestígio e importância de ambos²⁴⁸.

É somente 25 anos depois, mais especificamente em 1392, que surge-nos a primeira referência à recém-edificada Calçada, assim designada pelo fato de ser revestida por um calcetamento, característica própria de vias de grande importância ou localizadas em terrenos íngremes²⁴⁹. O documento que a menciona, já aqui citado, registra o emprazamento, dado pela igreja de S. Bartolomeu a João Lourenço, de um chão situado “*tras a ousya da dicta eigreja*”, com a obrigação deste ai erguer casas. O

²⁴⁴ 13[1-5]4, Março, 9, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 2, nº 322).

²⁴⁵ 1345, Outubro, 23, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 3, nº 797).

²⁴⁶ 1347, (?), 19, Coimbra (AUC – Cópia de Emprazamentos, III-1ºD-3, 4, 23, fl. 83, nº 51).

²⁴⁷ Respectivamente: 1349, Julho, 21, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 3, nº 355/165) e José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 358.

²⁴⁸ 1367, Julho, 30, Tentúgal (TT – Chancelaria de D. Fernando I – Livro 1, fl. 118).

²⁴⁹ Nestes últimos, o calcetamento servia para prover um pavimento sólido e aderente, com vista a minorar os perigos de sua travessia, sobretudo em tempos de chuvas, como nos elucida Iria Gonçalves em “Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Patrimonia Historica, Cascais, 1996, p. 121. Luísa Trindade informa-nos que, em Coimbra, também era calçado, por estes motivos, o eixo que vencia a encosta entre a Porta da Almedina e o Paço do Bispo, assim como, presumivelmente, as couraças que a norte e sul circundavam a colina. Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada...”, p. 128. Acerca de outra rua calcetada na cidade, convém também mencionar um assento da Chancelaria de D. Fernando, datado de 1378 e que refere-se à doação do rei a Afonso Peres e sua esposa, Domingas da Ançã, de um chão, “*que sta dentro na cerca da cidade de Coimbra acerqua da Porta Nova de mão direita quando saae pera fora antre a dicta Porta e a calçada que ora sta em monturo*”. 1378, Fevereiro, 23, Coimbra (TT – Chancelaria de D. Fernando I, livro 2, fl. 25).

terreno confrontaria com chão de Luís Domingues, mercador; outro que situava-se contra o *Tavolado*; com a “*Calçada Nova que vay pera a Portagem*”; e, por fim, com o “*caminho velho que vay per tras a ousya dessa meesma egreja*”²⁵⁰.

Como já foi referido anteriormente, tal propriedade estaria localizada no quarteirão, ainda existente, entre a Rua Ferreira Borges (Calçada) e a Praça, no troço em frente à atual igreja de S. Bartolomeu, e que, na Idade Média, estaria diante das traseiras do dito templo. Digna de nota é a associação imediata da Calçada com a Portagem, a qual podemos interpretar como um indício de que tal via cumpriria o papel inerente, e até então inexistente na rede viária da Baixa, de servir de ligação direta para este ponto da cidade, reforçando nossa hipótese acerca da Rua dos Francos²⁵¹.

Outro indício aparece relacionado com o tal “caminho velho”. À primeira vista, dada a sua localização e denominação, somos induzidos a fazer corresponder este à antiga estrada romana que passaria por *Aeminium* e que, segundo nos propõe Vasco Mantas, seguiria da ponte pela Travessa dos Gatos, Rua Sargento-Mor e continuaria pela Praça, prosseguindo pela atual Rua Eduardo Coelho até atingir a Rua Direita, denominada de Rua da Figueira Velha na documentação medieval²⁵². É uma possibilidade, embora seja algo curioso que tal estrada ainda resistisse na memória coletiva do séc. XIV e, assim o fazendo, a encontrássemos referenciada em somente uma oportunidade²⁵³. Tendo isto em conta, acreditamos que, por mais que o local pudesse corresponder ao traçado desta antiga estrada, não seria exatamente este o sentido da denominação, como veremos a seguir.

²⁵⁰ 1392, Dezembro, 4, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 4).

²⁵¹ Este foi o único documento encontrado onde tal ligação entre a Calçada e a Portagem é ressaltada, provavelmente dada tal conexão direta para o local ainda consistir em uma novidade, em razão da recente abertura desta via.

²⁵² Vasco Gil Mantas, “Notas sobre estrutura urbana de *Aeminium*”, pp. 494 e 498. Também acerca da estrada romana de *Aeminium*, veja-se Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, pp. 32-37.

²⁵³ Outros documentos posteriores, relacionados com propriedades situadas no mesmo quarteirão que o chão emprazado em 1392 a João Lourenço, deixam de referir-se ao “caminho velho”. A título de exemplo: 1396, Fevereiro, 3, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx.1, m. 2, nº 276/380), onde lê-se simplesmente que “*Diego Perez alfaiate morador em a dicta çidade tras a housya de Sam Bertholameu*”, ou 1405, Maio, 5, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 14), documento referido anteriormente, e que provavelmente trata da mesma propriedade aforada a João Lourenço.

Em um assento presente na Chancelaria de D. Fernando, datado de 1377 e relativo aos *“privilegios pera os moradores dentro na cerca de Coimbra”*, estabelece-se, após pedido do concelho, o caminho a ser utilizado pelo viajantes que pela cidade passassem, ficando estipulado que o troço inicial do chamado *“caminho da ponte”* corresse *“geeralmente per a porta d’Almedina e da porta d’Almedina corresse a cerca desa cidade pera a porta do castello(...)”*. Tal traçado obrigaria a passagem obrigatória dos caminhantes por dentro da cerca, certamente com o objetivo de estimular o povoamento desta zona da cidade, relativamente abandonada há algum tempo em favor do arrabalde, assunto ao qual ainda voltaremos nos capítulos seguintes deste estudo²⁵⁴.

Ficamos a saber, portanto, que o caminho decretado seguiria, obrigatoriamente, da ponte à Almedina. Embora não nos sejam mencionados arruamentos específicos, é provável que os viajantes chegassem a este destino – em linha com nossa hipótese acerca da extensão da Rua dos Francos – inicialmente, através de uma rua desaparecida que nascia da ponte, que poderíamos identificar com a medieval Rua da Ponte, da qual falamos anteriormente, seguindo depois pela Travessa dos Gatos, passando pelas traseiras da igreja de S. Bartolomeu e subindo pela via hoje denominada por Escadas de S. Bartolomeu. Desta maneira, podemos conjecturar que o “caminho velho”, portanto, não fosse propriamente a denominação do arruamento, mas sim, uma referência ao fato deste anteriormente servir de rota para a Portagem e, conseqüentemente, à ponte. Desta maneira, o adjetivo “velho” foi empregado em oposição à “Calçada Nova”, que simbolizaria a nova via de ligação a este espaço, em substituição da antiga rota.

²⁵⁴ A descrição completa de tal caminho *“(…) que o caminho da ponte corresse geeralmente per a porta d’Almedina e da porta d’Almedina corresse a cerca desa cidade pera a porta do castello e da porta do castello corresse pera a Ribella e per esse caminho se corresse per tras a torre do moesteiro de Sancta Cruz e d’hi en diante per Monte Royo assy como se vay sair per cima dos paaços da gafaria e dhi en diante per sob onde esta a forca assy como se vay sair aa ponte da Avriga demais dhi en diante pellas stradas direitas (...)”*. Neste mesmo assento, mais à frente, fica clara a intenção de D. Fernando de fazer o fluxo do trânsito passar por dentro da cerca, quando este decreta que *“os caminhantes viesem pella strada de contra Viseu e do Porto e de Leirea e de Figueiroo e de Sanctarem que se nom fossem caminho de Montemoor o velho nem de Tentugal nem pasasem pellos vaaos de Mondego nem se fossem pera o caminho de Buarcos se nam tam sollamente todos fossem pera caminho da cerca da dicta cidade”*. 1377, Agosto, 12, Lisboa (TT - Chancelaria de D. Fernando, Livro 2, fl. 11 v.).

Caso estendêssemos o traçado da ponte manuelina, obteríamos uma via que, de fato, atingiria a Travessa dos Gatos, e o caminho resultante desta proposição exerceria o mesmo papel de ligação à ponte que depois teria a Calçada²⁵⁵. Convém reter, também, que tal interpretação não elimina a possibilidade de, pelas traseiras de S. Bartolomeu, ter passado a antiga via romana. Muito pelo contrário, reforça-a, já que reafirma o papel desta rua como local de passagem, de quem atravessa a cidade vindo da ponte, até os finais de trezentos, uma provável remanescência de sua antecessora milenar.

Portanto, as evidências nos levam a crer que o traçado da Calçada terá sido, pelo menos no trecho entre a Portagem e Almedina, uma criação original do séc. XIV, e não meramente o calcetamento de um arruamento preexistente – no caso, a Rua dos Francos – como tem sido interpretado pela historiografia. Como vimos, sua origem estaria na necessidade de ligar a Almedina e a Portagem de maneira mais direta e eficiente – já que o caminho antigo deveria ser estreito e irregular – facilitando o trânsito no trajeto entre estes dois locais, obrigatório a todos os viajantes que pretendiam atravessar a cidade. Sua edificação também teria a função de suavizar o forte declive anteriormente existente entre tais pontos, como deduzimos ao analisar os aspectos geográficos da zona.

Na Idade Média, a Calçada se estenderia desde a Portagem, cuja cota medieval rondava os 13-15m, à Rua de Coruche, que se iniciava nas traseiras da igreja de Santiago, a uma cota estimada por Jorge de Alarcão na ronda dos 25m, dois metros abaixo do nível atual²⁵⁶, desenhando-se ao longo de um rebordo de maciço de calcário, que a colocaria alguns metros acima da vizinha Praça. Desta maneira, a Calçada deveria consistir em uma ladeira, com uma pendente média algo superior a 5%, segundo Walter Rossa, estando o desnível entre a Portagem e a Porta da Almedina superior à dezena de metros²⁵⁷. O mesmo autor sugere que tal descida não seria

²⁵⁵ Esta proposição encontra-se retratada no Mapa nº 2, presente no Anexo I deste estudo.

²⁵⁶ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 22, fig. 8.

²⁵⁷ Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 60.

uniforme, sendo esta uma rua quase de nível até a perpendicular do extremo norte da atual igreja de S. Bartolomeu, descendo abruptamente em direção à ponte²⁵⁸.

No entanto, é neste ponto da rua que atualmente encontra-se um edifício, inserido no quarteirão entre a Rua Ferreira Borges e a Praça, dentro do qual podemos apreciar um arco quinhentista. Localizado no piso térreo, na parede contra a Rua Ferreira Borges, ou seja, virado para a antiga Calçada, tal arco certamente, pelas suas características, em tempos certamente serviu de portal, embora atualmente se encontre bloqueado pelos sucessivos alteamentos do terreno efetuados nesta via. (Imagens nº 17 e 18).

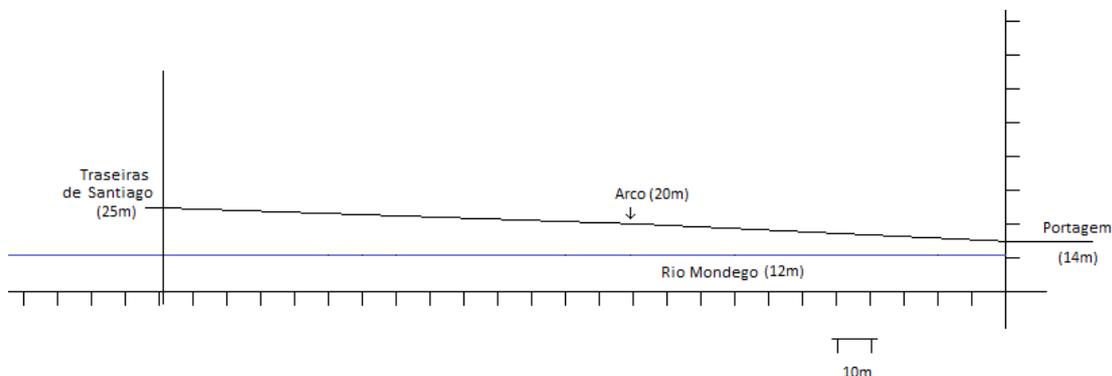


Imagens nº 17 e 18: O arco quinhentista / Detalhe do arco

A fachada deste estabelecimento comercial situa-se a um nível próximo dos 21m, embora seu piso térreo – onde encontra-se o arco – seja ligeiramente rebaixado. Sugerindo que o pavimento do edifício que originalmente abrigou tal estrutura estivesse na ronda dos 20m, podemos prever que, desde as traseiras da igreja de Santiago até este – localizado um pouco a sul do ponto mediano da Rua Ferreira Borges – a Calçada teria de, obrigatoriamente, inclinar-se dos 25m aos 20m, e em seu troço final, rumo à Portagem, por volta dos 13- 15m. Tais dados, referentes ao séc. XVI, podem ser facilmente transpostos para a situação medieval, já que nada nos leva a crer que a Calçada terá sofrido algum alteamento neste período intermédio.

²⁵⁸ Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 436.

Como podemos verificar na figura a seguir²⁵⁹, ao esquematizarmos – ainda que de maneira simplista – tais dados, obtemos uma rua com uma inclinação muito mais suave e cadenciada, até mesmo em seu trecho final, do que a conjecturada por Walter Rossa, que propõe uma descida abrupta neste trecho.



O resultado seria, portanto, uma via de aproximadamente 250m de comprimento, e largura mediana de 9 metros, em perfeita conformidade com os melhores arruamentos da época. Como nos revela Jean-Pierre Leguay, as grandes artérias medievais mediam entre cinco e doze metros, e as melhores ruas de Paris rondavam os oito a nove metros de largura²⁶⁰. Sobre este aspecto, convém ressaltar que a hipótese por nós apresentada da Calçada ter sido obra de raiz, e não meramente um calcetamento da Rua dos Francos, também põe termo às manifestações em relação à invulgaridade e peculiaridade das dimensões da última, que, caso fossem iguais à da Calçada, estavam em total desacordo com os padrões urbanísticos verificados para os séculos XII e XIII.

Esta era, portanto, resultado da tendência, que se consolidaria na segunda metade do séc. XV, de projetar da cidade uma imagem de poder, luxo e bem-estar. Sobretudo a partir do séc. XIV – e em casos isolados, desde a centúria anterior – procedeu-se, em diversas cidades, à abertura de uma rua mais cuidada, geralmente de grandes dimensões, de traçado retilíneo, dotada de imponentes edifícios – em regra

²⁵⁹ A remodelação do Largo da Portagem, levada a cabo em fins do séc. XIX e inícios do séc. XX, acabou por encurtar a Calçada, a sul, em alguns metros. Para tal esquema foi utilizada a extensão verificada no período anterior a tais obras, com base no mapa das *Antigas freguezias*, de finais do séc. XVIII.

²⁶⁰ Jean-Pierre Leguay, *La rue au Moyen Age*, Rennes, 1984, p. 71.

de múltiplos pisos – e um aspecto rico e majestoso, conectando pontos importantes da cidade e digno local de trabalho e habitação da burguesia mais abastada²⁶¹.

Em território nacional, este tipo de arruamento era geralmente designado de “Rua Nova”. Os dois mais importantes exemplos deste tipo de arruamento são as Ruas Novas de Lisboa e do Porto. A primeira, de abertura atribuída a D. Dinis, em fins do séc. XIII²⁶², e a segunda, mandada traçar por D. João I, em obra iniciada em fins do séc. XIV e que prologar-se-ia pelo século seguinte²⁶³, ambas de vocação e dimensões semelhantes à “Calçada Nova” conimbricense. Acerca da lisboeta, tratada em pormenor por Iria Gonçalves, temos a informação de que seu processo de recalçamento, iniciado em 1483, duraria mais de trinta anos, consequência da vontade do monarca D. João II – principal impulsor da obra – em utilizar pedras de granito nortenho e os inúmeros percalços proporcionados por tal decisão²⁶⁴.

Acerca do processo de edificação da Calçada, por sua vez, pouco sabemos. Como vimos, é certo que as obras foram levadas a cabo durante o período compreendido entre 1367 e 1392, embora não saibamos a data exata em que este foi iniciado ou concluído. Uma possibilidade é a de ter sido empreendido aquando das obras de edificação da barbacã – que se construía em 1373, durante o reinado de D. Fernando – podendo sua abertura se estendido, talvez, até a década de 80, dada a grandeza da obra.

Tendo em conta o exemplo da Rua Nova de Lisboa, é muito provável que, ao contrário desta, seu recalçamento tenha sido executado com recurso à matéria-prima local, não tendo demorado, certamente, tanto tempo quanto o exemplo lisboeta, não obstante a morosidade natural deste tipo de trabalho, resultado do número escasso e da frequente baixa qualidade dos calceteiros medievais²⁶⁵. O método de execução, no entanto, poderá estar muito próximo do caso de Lisboa, onde, como informa-nos Iria

²⁶¹ Iria Gonçalves, “Uma realização urbanística medieval: o recalçamento...”, pp. 121-122.

²⁶² A. Vieira da Silva, *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, 2ª ed., vol. I, Lisboa, 1940, pp. 94-95.

²⁶³ Luís Carlos Amaral e Luís Miguel Duarte, “Os homens que pagaram a Rua Nova”, sep. *Revista de História*, vol. IV, 1985, pp. 10-18.

²⁶⁴ Para uma abordagem pormenorizada de tal processo, veja-se Iria Gonçalves, “Uma realização urbanística medieval: o recalçamento...”, pp. 117-137.

²⁶⁵ Jean-Pierre Leguay, *La rue au Moyen Age*, pp. 73-75. Também ter-se-á arrastado por vários anos o recalçamento da Rua das Flores, no Porto, no séc. XVI. Acerca deste caso, veja-se J. Ferrão Afonso, *A Rua das Flores, elementos para a história urbana do Porto quinhentista*, Porto, FAUP, 2000, pp. 93-96.

Gonçalves, a dita rua foi calçetada seguindo um modelo de lajes nas laterais e pedra miúda no centro²⁶⁶.

A ausência de menções diretas a tal obra na documentação régia leva-nos a crer que sua execução tenha sido levada a cabo exclusivamente pelo concelho, aparentemente sem a necessidade de um apoio significativo por parte da Coroa. Por sua vez, a ausência de menções diretas a implementação desta via na documentação concelhia dever-se-á à relativa exiguidade de fontes que chegaram até nós para este período. Desta maneira, o caso da Calçada diferencia-se levemente à da pavimentação da Rua Nova de Lisboa, onde, muito embora os encargos financeiros foram arcados única e exclusivamente pela municipalidade, tal ação fora sugerida e impulsionada pelo monarca²⁶⁷; e completamente do caso da abertura da Rua Nova portuense, esta promovida e financiada por iniciativa da Coroa, que acabou como proprietária da imensa maioria das casas ali construídas²⁶⁸.

Após sua menção primeira, em 1392, a Calçada volta a aparecer na documentação em 1395, em assento presente na Chancelaria de D. João I, onde somos informados que o rei doou a Afonso Caldeira um *“chãao a par da Praça que foe de hereeos o qual ha tam tempo que sta em pardieiro que lhe nom sabem dono nemhuum”*. Este confrontava com *“casas que ora novamente fez”* Luís Esteves, mercador, e com outras de Álvaro Gonçalves, escrivão da câmara, topando *“da outra parte na Calçada da par da Porta d’Almedina”*²⁶⁹. Acerca das casas pertencentes ao dito escrivão, temos notícia que em 1444, sua viúva, Catarina Anes, nomeou, para a terceira vida do emprazamento que foi-lhes dado pelo concelho, o barbeiro João Lourenço, tendo a casa sido descrita como estando *“na Calçada dante a porta da Almidina”*, partindo com esta via, com a Praça, com azinhaga pública e, por fim, com

²⁶⁶ Iria Gonçalves, “Uma realização urbanística medieval: o calçetamento...”, p. 132.

²⁶⁷ Iria Gonçalves, “Uma realização urbanística medieval: o calçetamento...”, pp. 134-137.

²⁶⁸ Convém lembrar que, no caso do Porto, a abertura da Rua Nova inseria-se no âmbito do esforço da Coroa em recuperar o senhorio da cidade, então nas mãos de seu bispo, iniciativa naturalmente apoiada pela Câmara. Tal seria conseguido através de um acordo entre o rei e a Sé, onde aquele ficava comprometido a pagar a esta, anualmente, três mil libras antigas, sendo as receitas obtidas através do aforamento das casas na Rua Nova uma das fontes utilizadas para satisfazer tal quantia. Luís Carlos Amaral e Luís Miguel Duarte, “Os homens que pagaram a Rua Nova”, pp. 14-18.

²⁶⁹ 1395, Julho, 25, Sintra (TT – Chancelaria de D. João I, Livro 2, fl. 43 v.).

casas do mesmo concelho emprazadas a Maria Anes, provavelmente erguidas no chão que fora doado a Afonso Caldeira em 1395²⁷⁰.

Próximo destas propriedades, estaria a escada de ligação que existiu entre a Calçada e a Praça. Acerca desta, sabemos que se localizava exatamente em frente ao arco da Barbacã e acabaria por ser fechada em 1611, após ser obstruída por um chafariz, erguido na Praça no mesmo ano²⁷¹ e, já no séc. XX, em umas obras de remodelação levadas a cabo no edifício erguido onde antes existiu a dita passagem, dela foram encontrados vestígios, nomeadamente, umas escadas e um arco²⁷². Porém, é muito provável que as escadas já ali estivessem muito antes do estabelecimento da Calçada e da Praça.

Em um documento já aqui mencionado, de 1354, acerca de casas na via que ligava S. Bartolomeu a Rua dos Francos (atuais Escadas de S. Bartolomeu), é-nos referida a existência de uma “*escada da porta d’Almedina na freguesia de Sanctiagoo*”²⁷³, e, a norte desta, já na Rua dos Francos, vimos que ficaria a casa do mercador Estevão Domingues, dito *da Escada*, que seria dotada de dois portais²⁷⁴. Estas coincidem com a descrição de uma propriedade prometida à Igreja de Santiago, por este mesmo mercador, em 1347, para financiar sua sepultura no interior do templo, e que encontra-se referida, simplesmente, como “*nossos dous portaaes de cassas que estram hu chamam a scaada nas quaes ora mora na hũa delas Domingu’Eanes açagador e na outra mora Gonçalo Anes alffayate*”²⁷⁵. Sabendo que a sul destas casas estariam as situadas nas atuais Escadas de S. Bartolomeu – que, na Idade Média, não seriam escadas – é bem provável que os degraus que deram alcunha ao dito mercador estivessem a norte da propriedade deste, correspondendo ao local onde sabemos que existia o passadiço. Fica a dúvida, porém, do local onde estas culminariam antes do surgimento da Praça.

²⁷⁰ 1444, Maio, 23, Coimbra (AMC – Pergaminhos Avulsos, nº 69).

²⁷¹ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, pp. 241-242.

²⁷² Mário Nunes, “Passadiço e Arco, (desaparecidos) seriam os que apareceram numa casa da Praça do Comércio?”, in *Actas do 1º Encontro sobre a Baixa de Coimbra, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra, 1995, pp. 91-93.

²⁷³ 1354, Outubro, 15, Coimbra (AUC - Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 3, doc. 70).

²⁷⁴ Assim refere-nos o inventário de seus bens, feito após o seu falecimento. 1362, Janeiro, 2, Coimbra (TT – Mosteiro de Santa Clara, m. 6, nº 6).

²⁷⁵ 1347, Janeiro, 20, Coimbra (TT - Col. Santiago, cx. 1, m. 3, nº 632/ 451).

Em 1404, o cabido da Sé daria de emprazamento umas casas “*na calçada nova de so a porta d’Almedina*”, como nos informa José Pinto Loureiro, e, no ano seguinte, em documento já aqui referido anteriormente, temos notícia de que, provavelmente, o mesmo João Lourenço mencionado no documento de 1392 – agora casado com Senhorinha Eanes – renunciou a umas casas, com sótão²⁷⁶ e câmara, da qual era vizinho, localizadas “*na dicta cidade asii como seguem do adro de Sam Bretollameu per a Callçada*”. O imóvel confrontava com estes dois espaços públicos, com casas do renunciante e com outras, pertencentes a Gil Vasques, carpinteiro, e sua esposa, Catarina Martins.

Estas primeiras referências à Calçada revelam-nos, também, o seu progressivo caseamento, sobretudo na sua porção Sul, mais recente. Segundo os indícios presentes nas fontes, tal processo deverá ter-se iniciado pelos quarteirões ocidentais da via, enquanto o quarteirão oposto – sobretudo a área entre a Portagem e a Almedina – deverá ter demorado mais tempo para ser plenamente ocupado. Quanto à porção norte, entre a igreja de Santiago e as atuais Escadas de S. Bartolomeu, e onde, provavelmente já existiam construções em ambos os lados da rua desde os tempos da Rua dos Francos, deverá ter-se procedido a uma gradual renovação das construções, de modo a condizer com as ambições de grandeza projetadas para a via. Ainda acerca deste assunto, convém lembrar aqui o caso da Rua Nova do Porto, traçada em finais do séc. XIV mas que, ainda no terceiro quartel de quinhentos ainda estava em processo de urbanização, com casas projetadas e outras em processo de acabamento²⁷⁷.

Era no lado ocidental da Calçada, nas traseiras da igreja de S. Bartolomeu, que se situava o chão emprazado na carta de 1392, rodeado, então, por outros chãos. A mesma zona é revisitada no documento de 1405, completamente urbanizada, tendo ali sido edificadas casas que, certamente, teriam sua fachada principal virada para a Calçada. Convém reter, porém, a improbabilidade de que, nos séculos anteriores, tal área não estivesse ocupada, já que constitui, simultaneamente, parte do adro de S. Bartolomeu, este de origens remotas.

²⁷⁶ Deve-se entender por “sótão”, na Idade Média, o rés-do-chão, como demonstra-nos Luísa Trindade em *A casa corrente em Coimbra...*, p. 41.

²⁷⁷ Luís Carlos Amaral e Luís Miguel Duarte, “Os homens que pagaram a Rua Nova”, p. 13.

Desta maneira, a desocupação verificada em finais do séc. XIV seria, provavelmente, algo momentâneo, podendo ter sido resultado da então recente investida de Henrique II de Castela a Coimbra, em 1372-73, no âmbito das Guerras Fernandinas, e que resultou na destruição, por fogo, de grande parte do arrabalde²⁷⁸. Outra hipótese seria a da demolição das casas ali localizadas, em razão das obras de abertura da Calçada. No fim, ambas podem estar corretas, podendo as ruínas deixadas pela guerra terem sido demolidas em razão de tais obras.

O primeiro testemunho acerca das construções do lado oriental da rua data de 1451, em um documento concelhio que nos informa da encampação, por Leonor Vasques, esposa de João de Coimbra, de umas casas aforadas a três vidas, situadas na Calçada, e confrontantes com casas de Gonçalo Vasques e João Afonso Maio, e pelas traseiras com a *“barbacã da cerca d’Almedina”*. A casa foi subsequentemente emprazada a João Álvares, com a condição de fazer *“casa de dois sobrados”*, como as de seu vizinho João Afonso Maio, testemunho da renovação a que nos referíamos anteriormente²⁷⁹.

Em outro pergaminho concelhio, datado de 1468, fez-se a redução a um só aforamento – a João Lourenço e sua mulher Leonor Vasques – de um chão onde estavam já constituídos três aforamentos, localizado na *“calçada da cerca da dita portagem”*, partindo de um lado com casas e chãos do concelho; com a barbacã da muralha e com calçada pública, devendo os enfiteutas fazer casa *“a face da rua”*²⁸⁰. A julgar pelas descrições, é provável que tais terrenos estivessem situados na zona próxima à Portagem, no quarteirão oriental. A própria existência de chãos desocupados, em plena segunda metade do séc. XV, nesta parte da Calçada, afigura-se como evidência do ritmo mais lento de ocupação deste lado da via.

Ainda nesta centúria, em 1474, o cabido da Sé deu de emprazamento a Pedro Afonso, alfaiate, casas localizadas entre a já denominada Rua da Calçada e a

²⁷⁸ O rei castelhano terá adentrado território português em Dezembro de 1372, passando por Coimbra enquanto rumava a Lisboa, cidade que ocuparia em Fevereiro, forçando um acordo de paz, assinado no mês seguinte em Santarém. O ataque ter-se-á originado pelo Tratado de Tagilde, redigido em Julho de 1372, onde o rei de Portugal D. Fernando I tomava partido pela Inglaterra contra Henrique II e seus aliados franceses. Armindo de Sousa, *“Realizações”*, in *História de Portugal*, vol. II, pp. 412-413.

²⁷⁹ 1451, Setembro, 4, Coimbra (AMC – Pergaminhos Avulsos nº 72).

²⁸⁰ 1468, Fevereiro, 7, Coimbra (AMC – Pergaminhos avulsos nº 86).

barbacã²⁸¹, e, em 1496, a mesma igreja emprazou a Pedro Vasques, ourives, e sua mulher Catarina Anes, outras casas contra o arco da barbacã, situadas na esquina sul da Calçada e a rua se dirigia para a Porta da Almedina²⁸².

Para finalizar, atentamos à forte presença, no século XV, do concelho como proprietário nesta via, significativa quando comparada à exiguidade de posses da municipalidade, durante a Idade Média, em outros locais das freguesias de S. Bartolomeu e Santiago. Tal fenômeno fica explicitado de maneira ainda mais nítida no *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, datado de 1532, onde podemos verificar que boa parte das propriedades situadas na porção norte desta via, assim como de seu quarteirão ocidental, estão sob a posse do concelho municipal (imagem nº 19). Tal presença deve-se, com toda a certeza, ao prestígio e importância da rua, o que terá gerado um interesse, por parte da municipalidade, em ter ali propriedades. Não só, tal fenômeno poderá, também, afigurar-se como uma remanescência do papel do próprio concelho na abertura e calcetamento da Calçada.



Imagem nº 19 – Demarcação das propriedades do concelho situadas na Calçada, de acordo com o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra de 1532²⁸³.

²⁸¹ 1474, Março 4, Coimbra (AUC - Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 3, gav. 7, nº 75)

²⁸² 1496, Dezembro, 27, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 7, gav. 3, nº 11).

²⁸³ Esquema retirado de Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada...”, p. 145, fig. 9.

Para tal processo, certamente, foram necessárias, por parte da municipalidade, compras, doações e até mesmo desapropriações, o que provavelmente terá ocorrido, em maior número, na extremidade norte da rua, dada a existência anterior de construções situadas na Rua dos Francos e, também, como consequência do processo de configuração da Praça – do qual falaremos no próximo capítulo – cronologicamente próximo ao de abertura da Calçada e para o qual tais apropriações também foram necessárias.

Do meio para a extremidade sul desta via, o lado ocidental também já era há muito ocupado, em razão da existência próxima do adro de S. Bartolomeu e os arruamentos envolventes, como vimos ao longo deste estudo. Assim sendo, após a Calçada ser estabelecida, os lotes ali situados devem ter permanecido na posse dos seus antigos donos. O mesmo não se verificou, de acordo com nossa hipótese, com o lado oriental desta via, a sul do arco da barbacã, área que nós acreditamos ter estado praticamente inocupada até então. Desta maneira, o surgimento da Calçada terá originado lotes inteiramente novos neste lado da via, razão pela qual estes terão ficado concentrados, quase que inteiramente, nas mãos do concelho municipal, justificando sua acentuada presença como proprietário no quarteirão.

1.4.8 – A Rua de Coruche

A porção norte do eixo viário que liga, atualmente, o Largo da Portagem ao Mosteiro de Santa Cruz era constituído, na Idade Média, pela Rua de Coruche – atual Rua Visconde da Luz, e cujo traçado medieval *“se começa no Adro de Santa Cruz e se vai directo a finir trala ousiia da egreia da Santiago”*, como nos testemunha, em primeira mão, o registro de propriedades do Almojarifado de Coimbra, datado de 1395²⁸⁴.

A hipótese mais credível acerca da origem do topónimo *Coruche* baseia-se, certamente, na geografia da zona. Como ainda se verifica, sua extremidade Sul situa-se no ponto mais alto do dito eixo viário que este formava com a Calçada. Como nos

²⁸⁴ TT - Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fl. XIII v.

elucida Jorge de Alarcão, o vocábulo “Coruche” quererá dizer, portanto, “cabeço”, ou “ponto alto”, ressaltando que o nome da vila de Coruche, situada num alto sobre o rio Sorraia, terá a mesma explicação²⁸⁵.

Como já foi referido anteriormente, e segundo estimativas deste mesmo autor já aqui mencionadas, esta elevação deveria estar, no período medieval, a uma cota que rondaria os 25 metros, enquanto a área da igreja do Mosteiro de Santa Cruz, onde a Rua de Coruche culminava, situava-se aproximadamente a 16 ou 17m. Tais dados indiciam-nos que a rua, tal como ainda acontece atualmente, contaria com uma leve inclinação em direção às imediações do referido mosteiro²⁸⁶.

Por outro lado, muito diferente era, certamente, seu aspecto físico. A via larga e retílinea que hoje constitui a Rua Visconde da Luz nada mais é do que o resultado de obras de alargamento e correção, levadas a cabo pela municipalidade, de 1857 a 1866, e nas quais também alterou-se o nome da rua para a denominação atual²⁸⁷. Com base em referências cartográficas, elaboradas antes de tais intervenções urbanísticas²⁸⁸, sabemos que esta seria uma rua muito estreita, e seu traçado, levemente sinuoso, características que podem facilmente ser transpostas para a sua realidade medieval.

Acerca da sua presença nas fontes, pudemos constatar que a Rua de Coruche é, certamente, a via que mais vezes apareceu-nos na documentação, um reflexo, de certo modo, de sua importância, já que o grande número de empraçamentos, aforamentos, compras e vendas de propriedades ali situadas manifestam o interesse da população em instalar-se nesta via. Assim sendo, convém especificar que, do séc. XIII até 1424, fomos capazes de localizar referências a esta rua para todas as décadas, com exceção da de 1210, e do período entre 1250 a 1270. Tal abundância, no entanto, não nos possibilitou esquematizar nenhuma porção de seu casario, o que, por sua vez, é consequência, não só da intensa e dinâmica atividade imobiliária sobre seus imóveis,

²⁸⁵ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 150.

²⁸⁶ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 17.

²⁸⁷ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 304.

²⁸⁸ Mais especificamente o mapa das *Antigas Freguezias*, de fins do séc. XVIII; a *Planta Topographica da Cidade e Arrabalde de Coimbra*, de Izidoro Emílio Baptista, elaborada em 1845 (possuído pelo AMC); e, mais detalhadamente, no *Projecto da Estrada entre as Ruas da Calçada e da Sofia*, produzido por João Ribeiro da Silva, em 1857 (Museu Nacional de Machado de Castro, Inv. Nº 2873), e que contém o projeto de alargamento, sobreposto à planta do antigo traçado da Rua de Coruche.

como de sua extensão e número considerável de edifícios. Desta maneira, limitar-nos-emos a citar somente aqueles que, de algum modo, contribuem para a reconstituição de seu aspecto físico.

A primeira menção à Rua de Coruche encontra-se em um assento presente no *Livro das Kalendas*, datado de 1204, onde se fala do rendimento de casas pertencentes ao cabido da Sé ali situadas²⁸⁹. Em 1227, em outro assento da mesma fonte, fala-se da compra e venda de casas na mesma via, especificando que estas estariam dentro dos limites da freguesia de Santiago. Já no séc. XIV, em documento lavrado em 1300, e já citado neste estudo, temos notícia da venda – de Estevão Peres e sua esposa, Sancha Domingues, a Pedro Juliães, almoxarife de Coimbra, e sua esposa D. Florência – de casas situadas junto das traseiras do templo de Santiago, confrontando com adro desta a oeste, com rua pública a leste, a sul com casas dos compradores e a norte com pardieiros. A rua a qual o documento refere-se é, certamente, a Rua de Coruche, o que nos revela a existência de uma fileira de edifícios entre a igreja e esta via²⁹⁰.

Também nos inícios deste século, provavelmente no despontar da década de 20, ficamos a saber que se deflagrou, nesta rua, um incêndio de proporções desconhecidas. Em razão deste, em 1324 a igreja de Santiago emprazou a Mafalda Peres e sua filha, Aldonça, *“aquele nosso terreo que nos avemos antre a Judariaa e as casas de Affonssso Perez ourivez no qual terreo avia casas an que vos morastes as quaes casas foram queymadas na queyma que se fez quando ardeu rua de Coruchy”*. Como condição, estas deveriam construir *“de novo casas de paredes e de tavoados e das cousas necessarias que mester fazer cum sobrado e sobressobrado e com seu balcom e eyrado assy como ante eram feytas e melhor se melhor poderdes e fareis”*²⁹¹.

Mais ou menos a meio da Rua de Coruche, as casas situadas em seu quarteirão ocidental, no período medieval, confrontavam pelas traseiras com o Largo da Freiria, hoje um pequeno beco voltado para a Rua Eduardo Coelho, mas que até o século XIX foi um largo de grandes proporções. Tal relação é referida em um instrumento do cabido da Sé, de 1352, e que nos dá conta de que Frei Lourenço trazia de empréstimo,

²⁸⁹ *Livro das Kalendas*, t. II, p. 239.

²⁹⁰ 1300, Março, (TT – Col. Santiago).

²⁹¹ 1324, Maio, 25, Sexta-feira, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 2, nº 671/403).

em sua vida, umas casas na Rua de Coruche, que confrontavam com a dita rua; com casas do mosteiro de Santa Clara em posse de João Afonso, mercador; e com outras da *Feraria* – provável grafia alternativa do topónimo “Freiria”²⁹² – e que poderiam até tratar-se da albergaria ali situada²⁹³. Conhecemos outros dois documentos, lavrados em 1425 e 1427, que também falam-nos de casas na Rua de Coruche que confrontavam com este local, mais especificamente, pelas traseiras²⁹⁴. Seria plausível, dada esta proximidade, que existisse alguma pequena via de ligação entre estes dois espaços, muito embora não pudemos encontrar nada na documentação sugerindo que tal fosse o caso.

Na extremidade sul da atual Rua Visconde da Luz, nasce a atual Rua do Corpo de Deus, onde, até meados do séc. XIV, estava instalada a Judiaria. Esta era murada e acessada através de uma porta, localizada, provavelmente, um pouco acima do ponto onde tal rua culminava na Rua de Coruche. É o que podemos concluir de uma referência, de 1331, a tendas situadas “*en cima de Rua de Curuchi descontra a porta da judaria*”²⁹⁵.

Seria em local próximo do desta tenda que se localizava um chão – onde antigamente existira uma casa – mencionado em um documento de Santiago de 1388, e que tal igreja deu de emprazamento a Afonso Anes, cutileiro, e sua esposa Maria Afonso, com a condição de ai construírem uma casa térrea. Este era descrito como estando “*na entrada da rua de Curuche da parte de çima estante (?) a Judaria velha que vay pera o corpo de Deus que ora he destroida*”, e partia de todos os lados com chãos da mesma igreja e com rua pública. As menções, neste documento e no anterior, à “parte de cima” da Rua de Coruche são certamente referências a sua parte mais alta, situada próxima das traseiras de Santiago.

²⁹² José Pinto Loureiro também afirma ter encontrado, em suas pesquisas, o topónimo Freiria escrito desta forma, incluindo uma verificação de 1776, que a refere expressamente como “Ferraria”. José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 335. Outro exemplo desta mutação encontramos em um documento do cabido da Sé, onde esta emprazou, ao judeu *Mousseim Adidade*, uma casa na Judiaria (então já situada na freguesia de Santa Justa) “*no canto que vay pera a Ffrereria*”, 1375, Novembro, 13, Coimbra (AUC - Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 4, nº 120). É possível que tais diferenças na grafia elucidem-nos a própria origem do topónimo.

²⁹³ 1352, Maio, 17 (AUC - Cópia de Emprazamentos – III-1ºD-3, 4, 23, fl. 76 v., nº 16).

²⁹⁴ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 332.

²⁹⁵ 1331, Novembro, 12, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 3, nº 64/710).

Por fim, quanto ao muro da Judiaria, que corria a oriente da rua em questão e no qual se encontrava a Torre dos Sinos do mosteiro de Santa Cruz, este encontra-se citado em uma doação, datada de 1421, do rei D. Duarte à Afonso Caldeira, de um chão nas cercanias da igreja do Corpo de Deus, situada na rua de mesmo nome, e que *“se começa na torre dos sinos de Sancta Cruz que esta no muro da dicta cidade junto com a Igreja do Corpo de Deus e de sy como vem antre o caminho que vay da cabeçada pera cima da Rua de curuche para o Corpo de Deus e o muro em que assy esta a dicta torre ataa em direito das casas que estam em cima do dicto muro em que soya de morar Fernam Vaasquez escudeyro”*²⁹⁶.

Muito embora abundem referências à Rua de Coruche, acerca de seu aspecto físico mais não pudemos dizer, ficando à espera, sobretudo, que novos documentos providenciem elementos que nos permitam discorrer mais detalhadamente acerca do seu casario e entornos.

²⁹⁶ 1421, Junho, 20, Évora (TT – Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 165). A chancelaria encontra-se publicada em *Chancelarias portuguesas: D. Duarte*, org. João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002.

2. A Praça

Entre o Mondego e o grande eixo formado pelas ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz, encrustada na malha urbana da Baixa da cidade, encontra-se atualmente denominada Praça do Comércio. Espaço aberto de grandes proporções, formado por um paralelogramo irregular, a Praça mede, atualmente, 130m em seu eixo norte-sul, atingindo, no ponto mais aberto, os 25m de largura. Em suas extremidades encontram-se dois templos: a restaurada igreja românica de Santiago, a norte, e o edifício barroco da igreja de S. Bartolomeu, a sul, dando esta última nome à freguesia na qual o local encontra-se atualmente inserido. Neste espaço culminam as ruas do Almojarife, das Azeiteiras e a Rua Adelino Veiga, assim como as escadas que a conectam com as ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz, designadas pelos nomes das igrejas situadas próximas: as Escadas de Santiago, a norte, e a de S. Bartolomeu, a sul (imagem nº 20).



Imagem nº 20 e 21: No centro, a Praça, representada em planta de finais do séc. XVIII, no mapa das Antigas freguezias./ A Praça do Comércio na década 40 do séc. XX, em vista tomada em direção a igreja de S. Bartolomeu.

A praça afigura-se, ainda, como um dos locais mais emblemáticos desta zona da cidade, não só por suas dimensões mas também por sua importância histórica, como veremos adiante. Sua denominação atual – Praça do Comércio – remonta a 1874, ano em que a Câmara Municipal deliberou a mudança de nome, e sua nomenclatura

anterior, Praça de S. Bartolomeu, relacionava-se não somente ao templo situado nas proximidades, como com a feira que, durante séculos, ali se realizou, e que desde os tempos de D. Manuel I ocorria no dia de S. Bartolomeu, 24 de Agosto. A função de sediar tal feira cessaria em 1867, aquando da inauguração do Mercado D. Pedro IV, fato que terá originado a alcunha de “Praça Velha”, sendo apelidado de “Praça” o espaço então recém-edificado²⁹⁷.



Imagem nº 22: A Praça do Comércio nos inícios do séc. XX, em vista tomada em direção a igreja de Santiago²⁹⁸.

Em consequência da centralidade urbanística e do prestígio de que o local gozou, sobretudo desde os inícios da modernidade – tendo servido, durante séculos como o centro cívico da cidade –, a Praça é, tal como sua vizinha Calçada, assunto recorrente na historiografia, em especial a relacionada com a urbanografia de Coimbra e, mais especificamente, da zona da Baixa da cidade. Muito embora sua evolução, a partir do séc. XVI, esteja relativamente bem documentada, tendo sido, consequentemente, bem tratada pelos historiadores, o mesmo não podemos dizer

²⁹⁷ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, pp. 240-241.

²⁹⁸ Imagem pertencente ao arquivo de Pedro Bandeira e a nós gentilmente cedida.

sobre sua realidade nos séculos anteriores, incluindo-se, aí, os tópicos acerca de suas origens e desenvolvimento inicial. Através da pequena, porém honrosa, historiografia que abordou este período, será útil, neste início de capítulo, fazer uso das obras mais significativas para estabelecer um breve resumo do “estado da arte” da Praça de Coimbra.

Jorge de Alarcão, em sua obra *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, afirma não ter encontrado nenhuma evidência acerca de qualquer centralidade deste espaço até inícios ou meados do séc. XIII, barreira cronológica de sua obra²⁹⁹, enquanto no caso da *Toponímia de Coimbra*, obra de José Pinto Loureiro, o autor acaba por mencionar importantes referências documentais, datadas dos séculos XIV e XV, aos açougues ali situados e aos arruamentos periféricos, ficando as alusões diretas à Praça – abundantes, diga-se de passagem – limitadas a fontes produzidas do séc. XVI em diante³⁰⁰.

O autor que mais amplamente debruçou-se sobre as origens da Praça, sobretudo do ponto de vista urbanístico e arquitetônico, foi, certamente, Walter Rossa, em sua tese de doutoramento, *DiverCidade – Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Nesta, o autor não só faz uso das referências citadas por José Pinto Loureiro, como indica-nos outras menções documentais explícitas à Praça, datadas de 1437 e 1444, referentes ao período em que esta esteve entregue ao governo de D. Pedro, Duque de Coimbra, e que, até então, têm sido apontadas pela historiografia como as mais recuadas de que se tem notícia. Com tais dados em mãos, e conjugando-os com outros de natureza geográfica e etimológica, Walter Rossa acaba por relacionar a origem do espaço, essencialmente, com a Rua dos Peliteiros, arruamento já desaparecido, localizado na antiga freguesia de Santiago³⁰¹.

Munidos destas três obras e de suas respectivas argumentações e conclusões, nomeadamente: a ausência de testemunhos documentais até meados do século XIII, apontada por Jorge de Alarcão; as fontes relativas aos elementos periféricos presentes

²⁹⁹ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 192.

³⁰⁰ “Praça do Comércio”, in José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, pp. 235-248.

³⁰¹ A argumentação encontra-se no subcapítulo “a rua dos francos e a praça velha”, in Walter Rossa, *DiverCidade...*, pp. 426-463.

na obra de José Pinto Loureiro; e, por fim, a hipótese avançada por Walter Rossa para a origem da Praça, procedemos a conjugá-las não somente com as informações coligidas em nossa pesquisa documental, como com as conclusões e hipóteses avançadas no capítulo anterior, relativas aos arruamentos situados nos entornos deste espaço. Neste processo, fomos capazes de confirmar ou refutar as assunções dos autores acima citados, clarificando certos aspectos e colocando também nossas próprias questões, procedimentos que acabaram por gerar novas hipóteses acerca da origem e desenvolvimento inicial da Praça.

Desta maneira, iniciamos o capítulo com uma análise dos elementos que permitem-nos reconstituir os antecedentes do espaço aqui tratado, ou seja, o que poderá ter existido no local – sejam construções ou arruamentos – em um período precedente ao estabelecimento daquele, procurando verificar se algum deles poderá estar relacionado com as suas origens.

2.1 – Antecedentes

À primeira vista, ao observarmos a configuração atual da Praça, torna-se-nos evidente que sua formação terá resultado da aglutinação de dois espaços distintos, largamente presentes na documentação medieval e já aqui discutidos: os adros de S. Bartolomeu e de Santiago.

Convém lembrar que estes serviram, nos primeiros séculos de pós-reconquista, como polos dinamizadores do povoamento desta zona arrabaldina, até então escassamente povoada, dados os riscos provenientes do ambiente de conflito no qual encontrava-se a região. Posto isto, com o subsequente desenvolvimento desta área, após a conclusão do processo de reconquista, e o surgimento e consolidação dos arruamentos da Baixa coimbrã, é sensato conjecturar que, para um período anterior ao surgimento da Praça, houvesse algum eixo de ligação entre os adros de ambas as igrejas. Tal proposição não se justifica somente sob acepções urbanísticas, mas também por indicações históricas. Sabemos que, por *Aeminium*, denominação romana

para Coimbra, passaria a estrada que ligaria *Braccara*, no Norte, atual Braga, e *Olissipo*, a sul, hoje Lisboa.

Muito debateu-se acerca do local exato atravessado por esta via. Em um momento inicial, considerou-se que esta passaria pela ponte sobre o Mondego, seguindo o eixo formado pelas atuais Rua Ferreira Borges e Visconde da Luz e, a norte, o traçado que hoje apresenta a Rua Direita³⁰². Vasco Mantas, porém, propõe-nos outro percurso, já aqui referido: da ponte pela travessa dos Gatos, passando pela Praça e seguindo pela rua Eduardo Coelho, atravessado o Largo do Poço até atingir a Rua Direita³⁰³. Acerca desta hipótese, Walter Rossa invocou a inexistência de uma via de ligação entre o Largo do Poço e a Rua Direita como um ponto de objeção a tal traçado³⁰⁴, argumento que Jorge de Alarcão rebateria com evidências acerca da existência de uma rua que cumpria tal papel, muito embora assumo que tal resposta ainda carece de confirmação, através de sistemática pesquisa documental³⁰⁵.

Em sintonia com as observações deste último, de que a trajetória proposta por Vasco Mantas afigura-se altamente credível – dada sua retilinearidade e quase ausência de declive – e em conformidade com as hipóteses por nós avançadas no capítulo anterior: de que a Rua dos Francos se limitaria, até o séc. XIV, somente ao trecho entre a Almedina e a igreja de Santiago, não atingindo a ponte; e que a rua existente atrás da igreja de S. Bartolomeu cumpriria o papel de estrada até finais de trezentos; somos coagidos a aceitar tal proposição, ficando fundada, desta maneira, uma matriz possível para um futuro eixo de ligação medieval entre os adros de S. Bartolomeu e Santiago.

A pergunta mais difícil de responder, porém, é a da forma como esta terá evoluído e que feição adquirira. A Praça ocupa, atualmente, um espaço considerável, podendo ter sido preenchido por mais de um arruamento. No entanto, é aliciante propor a existência de uma via medieval que, nascendo no adro de Santiago, atingiria as traseiras do antigo templo românico de S. Bartolomeu, sendo a Praça nada mais do

³⁰² Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 33.

³⁰³ Vasco Gil Mantas, “Notas sobre estrutura urbana de Aeminium”, in *Biblos – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 68, 1992, pp. 494 e 498.

³⁰⁴ Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 58.

³⁰⁵ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 35.

que produto do seu alargamento. Em relação a tal sugestão, convém introduzirmos aqui a questão em torno da identidade da Rua dos Peliteiros.

Esta rua medieval, unanimemente situada dentro dos limites da freguesia de Santiago, tem como origem de seu topónimo a profissão de *peliteiro*, ou curtidor de pele³⁰⁶. Estes profissionais, presumivelmente, ter-se-ão instalado nesta via durante a Idade Média, granjeando-lhe a denominação, tornando-se esta, dada a grande quantidade de referências a ela encontradas na documentação medieval, uma via de algum protagonismo dentre os arruamentos do arrabalde.

A primeira menção à Rua dos Peliteiros encontra-se em um assento, presente no *Livro das Kalendas* e datado de 1210, acerca da doação, ao cabido da Sé, de uma casa sita na paróquia de Santiago, “*in rua Pellipariorum*”³⁰⁷. Em 1229, outro assento presente no mesmo livro menciona uma casa emprazada “*inter vicum Pelipariis et fluvium Mondeci*”³⁰⁸, e outras duas entradas, datadas de 1233, falam-nos de casas nesta rua, situadas na freguesia de Santiago, aparecendo a via referida, de maneira distinta, como “*vico Pellipariorum*” e “*carreira Pelipariorum*”³⁰⁹.

A rua aparece-nos novamente em outros instrumentos do cabido da Sé, datados de 1262³¹⁰ e 1277. Este último é mais detalhado, informando-nos acerca de uma casa “*in suburbio colimbrie in collatione Sancti Jacobi in rua qua vocatur Pellipariourum*”, e especificando que estas partiam com casas que foram de Estevão de Feyio a oriente; com a via pública a ocidente e a norte; e a sul com azinhaga³¹¹. Dentre as menções restantes, oriundas do séc. XIII, convém citar aqui uma, datada de 1281, referente a casas do cabido da Sé no bairro dos Peliteiros (*vico Pellipariorum*)³¹², e outra de 1285, onde esta aparece referida como “*platea Pellipariorum*”³¹³.

Para o século XIV, encontra-se uma sentença, datada de 1301, onde Aldonça Anes, dita *Molnes*, monja do mosteiro de Lorvão, é condenada a refazer a parede, que

³⁰⁶ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 211

³⁰⁷ *Livro das Kalendas*, t. I, p. 173.

³⁰⁸ 1229, Julho, 17, Coimbra (AUC – Cópia dos documentos latinos, p. I, III-1ªD-5, 4, 10, fl. 53).

³⁰⁹ *Livro das Kalendas*, t. I, pp. 208-209

³¹⁰ 1262, Outubro, 15, Coimbra (AUC – Cópia dos documentos latinos, p. I, III-1ªD-5, 4, 10, fl. 52).

³¹¹ 1277, Agosto (TT – Cabido da Sé de Coimbra, 1ª incorp., m. 19, nº 18).

³¹² *Livro das Kalendas*, t. I, p. 139.

³¹³ *Livro das Kalendas*, t. I, p. 139.

desabara, de uma casa do cabido da Sé, situada na Rua dos Peliteiros, após confessar que tal parede – provavelmente um muro – encontrava-se no terreno de sua casa. Também ficara decidido que o cabido não teria responsabilidade de “*as guardar de dano se o fizessem as casas de Pay de Mo[l]nes quando caessem*”, nem “*correger o dano que lhes fezerão quando caerão as cazas de Pay de Mo[l]nes nem se escuzavão poque dizião que não havião onde as fazer*”³¹⁴. Em 1308, ficamos sabendo de casas com seu chão ali situadas, pertencentes à igreja de Santiago, e emprazadas a Martinho Anes, almoxarife de Coimbra, e sua esposa Maria Peres, localizadas entre as casas onde morou Paulo Peres, tanoeiro, e o taberneiro João Domingues, criado do bispo D. Pedro³¹⁵.

Mais tarde, em 1333, são dadas, como pagamento de uma dívida que Gonçalo Esteves, antigo escudeiro de dom Astrigo, raçoeiro da Sé, tinha para com esta, umas casas nesta rua, especificando o devedor que comprara tais casas de Martim Peres da Lousã, por duzentas libras³¹⁶, e, em 1336, um instrumento do mesmo cabido fala-nos de casas na freguesia de Santiago, “*in carreira Pellipariorum*”. Em 1350, a Sé emprazou, a Martim Martins e Domingas Peres, outras casas na Rua dos Peliteiros, estas anteriormente na posse de Afonso do Porto, carpinteiro, e que partiam com casas de Sancha Peres, a *Meestra*; com rua pública e com casas do mesmo cabido³¹⁷.

Ainda temos notícia, através de documento da Sé, lavrado em 1352, de uma casa localizada nesta via, confinando também com a “*rua publica da Lameira*”³¹⁸. Por fim, a última menção que encontrámos – datada – da Rua dos Peliteiros, é oriunda do registro de propriedades do Almoxarifado de Coimbra, de 1395. Nesta, é-nos referido que o almoxarifado possuía ali o sótão de uma casa que fora destruída³¹⁹, “*a qual sohia a trager Afomso Fernandez que foy scripvam do almoxarifado o qual vemdeo Afomso Vaasquez e Marya de Buarcos sua mulher que fezoom a dicta casa*”³²⁰. Para nossa

³¹⁴ 1301, Junho, 20, Coimbra (AUC - Cópia de Emprazamentos – III-1ºD-3, 4, 23, fl. 25, nº 16).

³¹⁵ 1308, Maio, 8, Coimbra, (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 5, nº 642).

³¹⁶ 1333, (?) (TT – Cabido da Sé de Coimbra, 2ª incorp., m. 77, nº 3193).

³¹⁷ 1350, Abril, 30, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 2, nº 62).

³¹⁸ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 211.

³¹⁹ A leitura acerca do motivo de destruição da casa é duvidosa e ambas as hipóteses, “cheia” ou “guerra”, revelam-se possíveis, dada a localização geográfica da casa e a cronologia do assento.

³²⁰ TT - Núcleo Antigo, 287, *Almoxarifado de Coimbra*, fl. XIII.

desilusão, porém, o autor do documento, á semelhança do que faz com as outras vias presentes no registro, não nos proporciona uma descrição do traçado da rua³²¹.

Jorge de Alarcão, ao referir-se à Rua dos Peliteiros, identifica-a com a Rua Adelino Veiga, manifestando a dúvida acerca da correspondência do vocábulo “*pellipari*”, presente na documentação latina, com o português “peliteiros”, embora sugira que possa tratar-se de duas pronúncias da mesma palavra³²². Walter Rossa, por sua vez, entende que esta serviria como *corredoura* ou *carreira*, fiando-se nas descrições dos documentos – acima citados – de 1233 e 1336, que a referem como “*carreira Pelipariorum*”. Tais vias, geralmente largas e alongadas, eram frequentes nos principais núcleos portugueses, e serviriam de local onde se faziam correr os cavalos, no intuito de mantê-los em forma³²³. O autor ainda alude ao fato desta ter sido classificada, também, como *platea* – ou seja, rua larga³²⁴ – e a um assento do *Livro das Kalendas*, referente a uma “*carreira que vadit versus Sanctum Bartholomeum*”, para identificá-la como a provável matriz da Praça³²⁵. Convém reter que ambos baseiam-se, quase exclusivamente, nas mesmas referências documentais, nomeadamente, as citações presentes no *Livro das Kalendas*, citadas na sua totalidade há pouco. Posto isto, equacionemos as informações até aqui apresentadas e tentemos preencher as lacunas que nos aparecem.

Em relação às observações de Jorge de Alarcão, à questão da diferença nas grafias apontada pelo autor, encontra-se a resposta em um documento citado há pouco, datado de 1277 e proveniente do cabido da Sé, referente a uma casa na “*rua qua vocatur Pellipariourum*”. No verso do pergaminho original, em letra gótica cursiva,

³²¹ O título do assento encontra-se incompleto, lendo-se somente “*Titollo da Rua dos Piliteiros que se começa*”. Este não é caso isolado, já que o título relativo às propriedades situadas em Montarroio também está incompleto. Ambos encontram-se em TT - Núcleo Antigo, 287, *Almoxarifado de Coimbra*, fl. XIII.

³²² Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 191.

³²³ Walter Rossa, *DiverCidade...*, pp. 448-449.

³²⁴ É assim que a classifica Santo Isidoro de Sevilha em suas *Etimologias* (XV, 2, 23), sendo tal obra conhecida na época e na cidade, já que sabemos que o próprio bispo D. Paterno tinha um exemplar que doou à Sé, assim como alguns civis cultos, como é o caso de Alvito Recemondes, que morreu em 1124 (Avelino Jesus da Costa, “A biblioteca e o tesouro da Sé de Combra nos séculos XI e XVI”, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, nº 38, 1983, pp. 12 e 55. Outras ruas caracterizadas como *platea*, em documentação latina, são a Rua dos Francos, atual Rua Ferreira Borges (como vimos no subcapítulo dedicado a esta), e a Rua das Fangas, atual Rua Fernandes Tomás (Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 92).

³²⁵ Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 450.

provavelmente de fins do séc. XIV, há um sumário que diz-nos: “*venda de casa de Rua de Peliteyros do ... que teve Fernam tanoeyro e agora som em pardyeiros que os queymarom os castellaes*”³²⁶. Ou seja, tal anotação revela-nos que a casa em questão foi destruída na invasão de Henrique II a Coimbra, em 1372-1373, confirmando a tradução de “*Pelliparis*” como “Peliteiros” e atestando a correspondência de ambos os vocábulos à mesma artéria.

Tal registro prova que esta rua terá existido até finais de trezentos, tendo sido contemporânea, não só da Praça – já existente em finais do séc. XIV, como veremos mais a frente – como também da Rua dos Tanoeiros, denominação medieval da Rua Adelino Veiga desde, pelo menos, meados do século XIV, fato anteriormente explicitado. Neste período, ainda é possível encontrar referências concretas à Rua dos Peliteiros. Lembremo-nos, por exemplo, do documento de 1352 e, especialmente, do registro do Almojarifado, de 1395, onde ambas aparecem arroladas em entradas distintas, o que torna a hipótese avançada por Jorge de Alarcão menos plausível³²⁷. Tais constatações também contradizem Walter Rossa que, em sua obra, considera a Rua dos Peliteiros, presente em tal registro, como uma via distinta daquela existente no séc. XIII³²⁸.

Prosseguindo, convém ressaltar que as hipóteses dos autores diferem em uma questão central, de grande importância para identificá-la: a da própria orientação da rua. Enquanto Jorge de Alarcão opta por fazê-la corresponder a uma via de sentido leste-oeste, Walter Rossa, ao afirmar a possibilidade desta estar na origem da própria Praça, dá-nos a entender que esta correria, originalmente, em sentido norte-sul. Recorrendo à documentação, no tal instrumento de 1277, verificamos que a casa a que este refere-se confrontava com rua pública a norte e a ocidente, afigurando-se ambíguo neste aspecto.

³²⁶ 1277, Agosto (TT – Cabido da Sé de Coimbra, 1ª incorp., m. 19, nº 18).

³²⁷ A possibilidade de a Rua dos Peliteiros e a Rua dos Tanoeiros constituírem partes distintas da atual Adelino Veiga, tal como ocorreu no séc. XVI, quando esta esteve dividida entre a Rua das Solas e a Rua dos Tanoeiros (José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, pp. 1-4), fica excluída ao analisarmos a descrição presente no registro do Almojarifado acerca de seu traçado, e que não nos deixa dúvidas: “*Rua dos Tanoeiros que se começa no Arnado da par da auga do Mondego e vai-se afinir a Santiago*” (TT - Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fl. XIII).

³²⁸ Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 450.

Outra alternativa seria o documento de 1301, acerca da reconstrução de uma parede de uma casa situada na Rua dos Peliteiros. Este dá a entender que tal edifício era vizinho da casa de Paio de *Molnes*, que teria ruído. Em dois instrumentos de Santiago, datados de 1280 e 1284, ambos acerca de uma mesma casa, situada na freguesia de Santiago, mas em rua desconhecida, temos notícia de que esta confrontaria a norte e a leste com casas de Paio de *Molnes*, a oeste com rua pública e a sul com casas de Domingos Peres Galego³²⁹.

Considerando que estes seriam os mesmos indivíduos – o que é quase certo – e conjecturando que a casa presente nos documentos de 1280 e 1284 se encontrasse na Rua dos Peliteiros, poderíamos assumir, pela orientação da casa em relação à rua, que esta corresse em sentido norte-sul. Porém, não sabemos em que direção a casa de Aldonça Anes, ou a do cabido da Sé, conflituariam com a de Paio de *Molnes*, e muito menos se a de Paio de *Molnes*, por sua vez, estaria orientada face à rua, à semelhança da casa que com ela parte e à qual os documentos dizem respeito. Assim sendo, continuamos sem resposta concreta.

No entanto, o documento do cabido da Sé, datado de 1352, acerca de uma casa situada na Rua dos Peliteiros, e que confrontava também – em direção desconhecida – com a Rua da Lameira, pode dar-nos pistas importantes. Como vimos no capítulo anterior, o topónimo Lameira designava um local na Ribeira, em sua área dentro dos limites da paróquia de Santiago, e contava com uma rua homónima nas proximidades. Tal testemunho permite-nos considerar duas possibilidades: a de estas duas ruas fazerem esquina, e a casa localizar-se neste gaveto, ou correrem paralelas, e tal edifício estar orientado face à Rua dos Peliteiros, confrontando com a Rua da Lameira pelas traseiras, o que, como veremos, não era o caso.

O indício que constata tal fato encontra-se no instrumento de divórcio entre Afonso Fernandes e Catarina Martins, datado de 1395 e já citado neste estudo. Na consequente partilha de bens, menciona-se a “*meatade da cassa que parte com outra*

³²⁹ 1280, Setembro (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 5, nº 829); 1290, Janeiro, 4, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 2, m. 9, nº 476).

meatade d’Affomso Vaasquez e de Maria de Buaarcos que he no adro de Santiago”³³⁰. Tal citação refere-se, sem dúvida, à mesma casa presente no registro do Almojarifado, produzido no mesmo ano, e caracterizada como estando situada na Rua dos Peliteiros. Tal diferença na localização da dita casa leva-nos a crer, portanto, que esta rua provavelmente nasceria, senão no próprio adro de Santiago, muito próximo dele.

Posto isto, caso a rua em questão desenhe-se em um traçado norte-sul, unindo os adros de S. Bartolomeu e Santiago, a Rua da Lameira teria de, obrigatoriamente, corresponder a uma via perpendicular ao rio, seguindo da zona da Praça rumo à dita Lameira, situada na Ribeira. Mas a que rua esta poderia corresponder? Tanto a Rua das Azeiteiras como a Rua Adelino Veiga aparecem-nos como identificações possíveis. No entanto, como constatámos no capítulo anterior, a primeira aparece plenamente identificada como Rua de S. Gião, e a segunda, como Rua dos Tanoeiros, desde, pelo menos, meados de trezentos, período em que foram produzidas as três únicas menções à Lameira por nós localizadas. A Rua das Rãs, por sua vez, deverá corresponder à Rua Olho do Lobo, como também constatamos anteriormente.

Analisando o mapa viário da zona, a única outra alternativa possível está no eixo formado pela Rua do Poço e Travessa das Canivetas, caso este prosseguisse para oriente e atingisse o ponto onde hoje encontra-se a Praça. Assumindo que a Rua dos Peliteiros fosse a tal via de ligação entre os adros das duas igrejas próximas, a “*rua pública da Lameira*” correria desde a Ribeira rumo a oriente, eventualmente culminando naquela. Porém, não devemos deixar de notar que a pouca documentação existente acerca desta rua, e a própria natureza das referências existentes, não coincidem com a de uma rua que, a princípio, teria uma extensão considerável, inclusive quando a comparamos às supostas vizinhas Rua de S. Gião e Rua dos Tanoeiros, extensamente documentadas.

Refletindo acerca deste aspecto, podemos avançar outra hipótese. Não seria, a Rua da Lameira, uma simples via situada na Ribeira, e o arruamento perpendicular ao rio, a Rua dos Peliteiros? Sua posição central, comprimento, e função de ligação com o Mondego poderiam servir para explicar, tanto seu subsequente protagonismo, como

³³⁰ 1395, Fevereiro, 3, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 6, nº 171).

sua origem remota, e seu desaparecimento poderia advir da decadência resultante do tapamento de seu extremo oriental, que atingiria o adro de Santiago, talvez após a reorganização do espaço relacionado a configuração espacial da Praça. A única objeção a esta sugestão seria o fato de, tanto a Rua do Poço como a Travessa das Canivetas constituírem, aparentemente, pequenas ruelas, não fazendo jus à caracterização de *platea*, presente na documentação latina.

No entanto, ao analisá-las cartograficamente, em comparação com suas vizinhas, notámos que a Rua do Poço possui largura semelhante à da Rua Adelino Veiga, sendo consideravelmente mais larga que a Rua das Azeiteiras. A Travessa das Canivetas, por sua vez, ter-se-á estreitado entre finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX, quando um pequeno largo que ali existia foi ocupado por edifícios que apropriaram-se de parte da via³³¹. Convém notar que, em seu extremo leste, no ponto em que desemboca no Beco das Canivetas, a largura desta travessa é semelhante à da Rua do Poço (Imagem nº 23). Outro fator para sua mutação pode ter sido, também, a edificação dos Paços do Conde de Cantanhede, no séc. XVI.

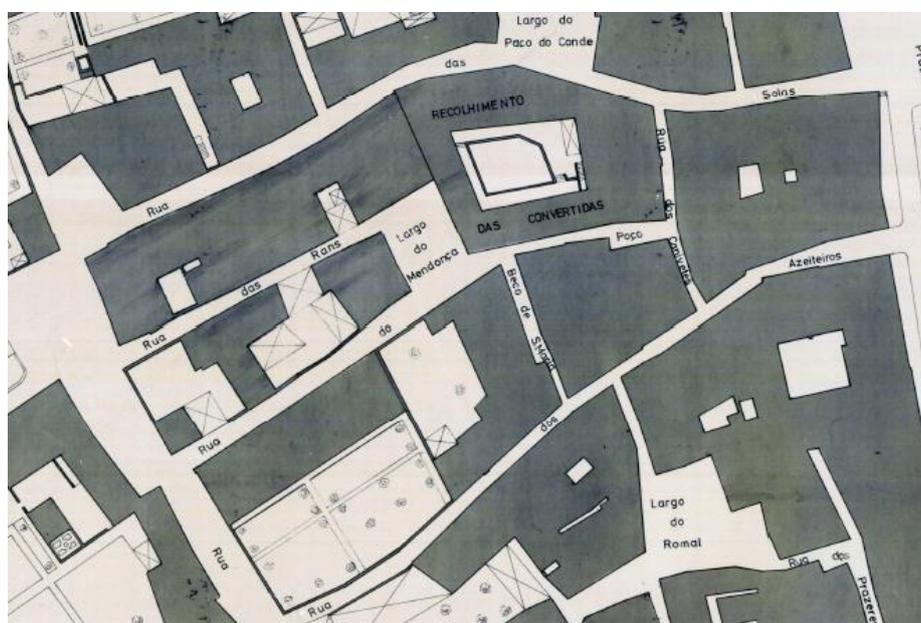


Imagem nº 23: A Rua do Poço, ao centro, ladeada pela Rua das Rãs, a Rua das Solas (atual Adelino Veiga) e a Rua das Azeiteiras. Seu trecho oriental, após o Beco de Santa Maria, hoje é designado por Travessa das Canivetas. Planta Topográfica de Coimbra executada pelos Irmãos Goullard, 1873-74.

³³¹ Isto fica demonstrado quando comparamos as representações desta rua presentes no mapa das *Antigas freguezias*, de fins do séc. XVIII, e na planta topográfica da cidade, elaborada por Izidoro Emílio Baptista em 1845.

Ainda acerca deste assunto, afigura-se importante notar a existência de um documento de Santiago, datado de 1291, e que refere-se a uma casa situada na “*platea in qua solebat morari Thomas Martini*”, na freguesia desta mesma igreja³³². A casa em questão confronta com tal *platea* a sul, o que sugere-nos uma artéria de eixo leste-oeste. Considerando que, juntamente com a Rua dos Peliteiros, a única outra via situada na paróquia de Santiago também classificada, em uma ocasião, como *platea*, foi a Rua dos Francos – uma via de sentido norte-sul – é iminente a possibilidade de que rua onde morou Tomas Martins corresponda à Rua dos Peliteiros, o que corroboraria a hipótese desta desenhar-se em traçado perpendicular ao rio.

Ainda acerca desta suposição, convém citar um assento, não datado, presente no *Livro de Aniversários* da igreja de Santiago, produzido entre fins do séc. XV e XIV, e que refere-se ao “*aniverssairo por Joham Gallego que foi mercador, per as casas que estam na Rua Travessa que se vai de Rua de Pilliteiros contra egreja de Sam Bertholameu*”³³³. Tal descrição faz alusão a uma rua que, pela designação de “travessa”, deveria correr perpendicularmente à Rua dos Peliteiros, nascendo nesta e culminando na igreja de S. Bartolomeu. Jorge de Alarcão a identificou com um suposto eixo, desaparecido, formado pelos atuais Beco das Canivetas e dos Prazeres e que, como verificamos no capítulo anterior, de fato existiu até, pelo menos, o séc. XVII. No entanto, ao contrário deste autor, acreditamos que tal eixo nasceria não na Rua Adelino Veiga, mas sim, na atual Travessa das Canivetas, em harmonia com nossa suposição acerca da Rua dos Peliteiros.

Convém reter ainda que, como nos elucida José Pinto Loureiro, a Rua dos Prazeres aparece identificada, em 1630, como “*travessa que vai de S. Bartolomeu para o Romal*”, e em 1613, na finta realizada em razão da vinda do então rei Felipe II a Coimbra, uma de suas moradoras se considera como “*defronte da porta travessa de S. Bartolomeu*”³³⁴, sugerindo-nos que, para além de sua situação perpendicular à Rua dos Peliteiros, outra razão para a designação da Rua Travessa esta no fato de esta culminar

³³² 1291, Julho, 25, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 1, nº 545).

³³³ Isaías da Rocha Pereira, “Livros de aniversários de Santa Maria...”. p. 26.

³³⁴ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 236.

diante da dita “*porta travessa*” da igreja de S. Bartolomeu, que, como já elucidámos, tinha então uma orientação diversa da atual.

Caso tais proposições estiverem corretas, estas acabam, a nosso ver, por descredibilizar ainda mais a ideia de que a Rua dos Peliteiros seria a matriz originária da Praça. Primeiramente, porque a hipótese de que tal Rua Travessa ligasse uma rua de eixo norte-sul às traseiras da igreja de S. Bartolomeu parece-nos improvável, já que, além de eliminar qualquer possibilidade desta servir de ligação direta entre os adros de S. Bartolomeu e Santiago, qualquer suposição acerca de sua localização não faria jus ao seu topónimo.

Em segundo lugar, pelo simples fato de ambas figurarem no *Livro de Aniversários de Santiago*, fonte cuja produção ter-se-á iniciado, como nos informa Isaías da Rocha Pereira, em finais do séc. XV, prolongando-se pelo seguinte³³⁵. Convém ressaltar que a Rua dos Peliteiros aparece no dito livro não uma, mas duas vezes, a outra referindo-se ao “*aniversairo por Rui Fernandez, mercador, e Maria Dominguez, sua mulher, polas casas da Rua de Peliteiros*”³³⁶. Isto significa que, até àquela data, pelo menos, os cónegos de Santiago utilizavam-se das receitas geradas por tais casas para cobrir as despesas resultantes das missas de aniversário rezadas pela morte dos indivíduos que as doaram. Como veremos adiante, é bem provável que, em finais de quatrocentos, a Praça já contasse com uma configuração próxima da atual, de maneira que o fato desta aparecer, juntamente com a Rua dos Peliteiros, em tal *Livro de Aniversários*³³⁷, descredibiliza a hipótese de que tal via estivesse na matriz daquela, já que a transição desta designação para a de “Praça” já deveria estar plenamente concluída.

Poderíamos interpretar tal coexistência como resultado do processo de cópia destas informações, caso estas adviessem de registros anteriores, para tal livro, não tendo os cónegos feito questão de atualizar os topónimos. No entanto, é improvável,

³³⁵ Isaías da Rocha Pereira, “Livros de aniversários de Santa Maria...”. p. 20.

³³⁶ Isaías da Rocha Pereira, “Livros de aniversários de Santa Maria...”. p. 21.

³³⁷ A Praça aparece algumas vezes ao longo de tal livro, como exemplo. A título de exemplo, citamos: “*aniversairo pollas almas de Biatriz Pirez e de Johane de Coimbra, seu marido, polas casas que estam na Praça em que averá esta igreja em cada hũu mês de acensso cento e deçaseis reais e quatro ceitiis (...)*”, Isaías da Rocha Pereira, “Livros de aniversários de Santa Maria...”. p. 21.

não só pelo fato da igreja de Santiago se encontrar muito próxima da dita rua, como pela constatação de que este seria o único anacronismo verificado dentre as denominações toponímicas presentes na fonte. Por outro lado, caso a Praça resultasse do simples alargamento desta via, seria igualmente improvável que estas casas ainda se encontrassem intactas em finais de quatrocentos. De qualquer modo, estas foram as únicas menções a esta rua por nós localizadas em fontes do séc. XV, de modo a que somente nova documentação poderá confirmar ou refutar esta nossa hipótese.

Deixemos de lado, por um momento, a questão da localização de tal rua, e debrucemo-nos sobre outros elementos que pudessem compor o espaço hoje ocupado pela Praça. Como Walter Rossa também conjecturou, a origem deste espaço poderia advir da existência, em um período anterior ao de sua formação, de um *rossio*, ou terreiro³³⁸. Em documento de 1321, proveniente do mosteiro de São Jorge, fica atestado que o cabido da igreja de São Cristóvão emprazou, a Lourenço Dias e sua esposa, Mor Dias, uma casa com videira e figueira, situada “*na freegesia de Ssantiago no logo que dizem [o T]erreiro*”, tendo esta sido doada ao dito cabido por Aldonça Anes³³⁹.

Por outro instrumento, este de S. Bartolomeu, datado de 1331, sabemos que esta igreja terá emprazado a Salvador Domingues e sua esposa, Maria Durães, uma casa térrea, localizada “*a par de Vaasco Rodriguez*” e situada no “*Tirreiro*”³⁴⁰. O documento não cita a freguesia em que este estava inserido, muito embora seja provável que ambos os relatos discorram acerca do mesmo terreiro. Em relação ao primeiro documento, ainda convém ressaltar o fato da casa ter sido doada por Aldonça Anes, provavelmente a mesma monja de Lorvão que, como vimos anteriormente, era proprietária de uma casa na Rua dos Peliteiros.

Anos mais tarde, em 1362, fica registrado que a igreja de Santiago possuía umas casas sobradadas “*so o forno do terreyro*”, anteriormente emprazadas a João

³³⁸ O vocábulo *rossio* deriva do radical latino *residuus*, caracterizando espaços de grande dimensão, com caráter residual. Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 444.

³³⁹ 1321, Maio, 2, Coimbra (TT – Mosteiro de S. Jorge de Coimbra, m. 4 nº 9).

³⁴⁰ 1331, Maio, 12, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 5, nº 14).

Domingues, vulgo “Galeguinho”³⁴¹, e confrontando com casas deste e com outras, pertencentes à mesma igreja, então na posse de André³⁴². O mesmo local é citado em instrumento de 1369, onde é-nos afirmado que a mesma igreja emprazou a Luís Domingues, e sua esposa Domingas Vasques, umas casas “*a par do fforno do terreiro*”, que confrontavam com outras casas desta igreja e com rua pública³⁴³. Novamente, não nos é especificada a freguesia em que se insere o terreiro no qual situa-se este forno, porém, é muito provável que se trate do mesmo mencionado na documentação anterior, como veremos a seguir.

Para tal, debrucemo-nos sobre outro arruamento. Em um assento do ano de 1189, menciona-se a concessão, ao cabido da Sé, de umas casas situadas abaixo do forno do terreiro, no bairro de D. Primo³⁴⁴, enquanto outro documento, de 1200, testemunha a doação, ao mesmo cabido, de umas casas “*sitas abaixo do forno do terreiro e na rua onde então chamavam do Primeiro Dom*”³⁴⁵. A identidade desta rua fica melhor explicada em um terceiro documento, datado de 1247, e que refere-se à venda, por Estevão Peres e Justa Peres ao cabido de S. Cristóvão, de casas “*in collatione Sancti Bartholomei in rua qui dicitur domni Primi*”, confrontado a norte com rua pública; a sul com casas da mesma igreja; a oeste com casas de João Peres *Leborinus* e a leste com as de Fernando Martins *Gallus*³⁴⁶.

Acerca desta Rua de D. Primo, convém notar que seu topónimo poderá derivar do abade Primo de Lorvão, que exerceu funções de 966 e 985³⁴⁷, período no qual foram doadas a este mosteiro – mais especificamente em 957, pelo presbítero Samuel – as igrejas de S. Cristóvão e S. Cucufate, sitas no arrabalde e que, como vimos, corresponderão às antecessoras das igrejas de S. Bartolomeu e Santiago, respectivamente. Sua localização exata é incerta, embora saibamos que estivesse

³⁴¹ Acerca deste indivíduo, é importante atentarmos na possibilidade de corresponder ao mercador João Galego, presente no *Livro de Aniversários de Santiago*, e que, como vimos, terá deixado a esta igreja as casas situadas na “Rua Travessa”.

³⁴² 1362, Junho, 8, Coimbra (TT – Col. Santiago cx. 1, m. 2, nº 651/766).

³⁴³ 1369, Março, 4, Coimbra (TT – Col. Santiago cx. 1, m. 4, nº 641/108).

³⁴⁴ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 237.

³⁴⁵ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 237. Convém reter que por “Primeiro Dom” deve-se entender Dom Primo, tendo tal mutação sido o resultado de uma provável tradução do nome latino.

³⁴⁶ 1247, Junho (TT – Col. S. Cristóvão, cx. 9, m. 2, nº 26).

³⁴⁷ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 146.

dentro dos limites de S. Bartolomeu, próxima do tal forno do terreiro, que, por sua vez, deverá referir-se ao mesmo terreiro situado dentro dos limites de Santiago.

Desta maneira, podemos conjecturar que tal espaço estivesse localizado, sensivelmente, a meio da área hoje ocupada pela Praça, e que os locais denominados de “forno do terreiro” e Rua de D. Primo – juntamente com outras artérias desconhecidas – formariam uma malha urbana desaparecida, inserida na paróquia de S. Bartolomeu e situada a nordeste do templo, hoje correspondente à porção sul da Praça, o que explicaria seu aparente sumiço da documentação a partir de finais do século XIV³⁴⁸. Tal rede descenderia, ou ter-se-á formado em torno, da antiga estrada romana que atravessou o local, formando um eixo de ligação não direto entre os adros de S. Bartolomeu e Santiago, o que acaba por contradizer a conjectura que apresentamos no início deste capítulo, acerca da existência de uma via que conectaria estes dois espaços diretamente.

Por fim, podemos verificar que tal proposição parece conjugar-se perfeitamente com a nossa hipótese acerca da Rua dos Peliteiros correr perpendicularmente ao rio. Tal teoria, aliada à existência de um terreiro, em plena freguesia de Santiago, documentado desde o séc. XII ao séc. XIV, seduz-nos a sugerir que este fosse, sim, a matriz da Praça, tendo sido a Rua dos Peliteiros, embora uma via importante, uma mera vítima da reorganização espacial que se sucedeu à formação deste espaço.

2.2 – A formação da Praça

O vocábulo “praça” tem sua origem na palavra latina *platea*, que, como já tivemos oportunidade de elucidar, significava rua larga, sendo encontrada, na documentação medieval, associada a vias de grande importância da cidade, como por

³⁴⁸ Uma outra correspondência possível e que deve ser aqui mencionada, muito embora seja altamente improvável, é a de tal terreiro corresponder ao Terreiro do Mendonça, também situado na freguesia de Santiago. Este local só aparecerá na documentação, e mesmo assim de forma escassa e ocasional, a partir do séc. XVI, sendo pouco provável que já existisse já no séc. XII. Acerca deste veja-se José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, pp. 141-142.

exemplo, a Rua das Fangas, atual Rua Fernandes Tomás³⁴⁹, a Rua dos Francos³⁵⁰, atual Rua Ferreira Borges e a Rua dos Peliteiros, da qual tratámos há pouco. No caso da Praça de Coimbra, porém, a análise das fontes revela-nos que a relação etimológica entre estas duas designações não transpõe-se, necessariamente, para o espaço físico, já que, como vimos, podem ser colocados inúmeros empecilhos à ideia de que a *platea Pellipariorum* estivesse na matriz deste espaço.

Na realidade, a própria utilização da expressão “praça”, no Portugal medieval, não parece relacionar-se ainda ao espaço propriamente dito, mas sim, a sua função. Como demonstra-nos Luísa Trindade, em sua dissertação de doutoramento, *Urbanismo na Composição de Portugal*, o vocábulo “praça” surge na documentação portuguesa nos inícios do séc. XIV, sendo utilizado não como designação de um espaço urbano, mas sim, como sinónimo de mercado. Para corroborar sua afirmação, a autora enumera diversos exemplos - relativos a diversas cidades do reino - onde tal correspondência é patente. Citemos aqui os casos de Évora, Lisboa e Santarém, onde encontramos, durante a Idade Média, menções a arruamentos denominados, paradoxalmente, de “*Rua da Praça*”. Esclarecedora, também, é a descrição de uma situação na Guarda, em 1364, onde debate-se acerca das desvantagens do “*mudamento*” do local de uma praça, já que esta seria deslocada para longe do caminho por onde chegam os viajantes que atravessam a cidade, assim como o registro de que, a certa altura, em Lamego, uma praça se “*desfaz*” em razão da preferência dos mercadores em vender seus produtos à porta de suas casas³⁵¹.

Tal utilização do vocábulo, afirma a autora, afigura-se como uma especificidade portuguesa, tendo este significado chegado até a contemporaneidade. O caso da Praça de Coimbra é testemunha disto, já que, no momento em que a sua função de espaço comercial – no caso, seu papel de abrigar a feira – foi alienada, em detrimento do Mercado D. Pedro V, em 1867, também para lá foi transferida a denominação de “praça”, ficando a outra denominada de “*Praça velha*”, como já foi aqui citado³⁵².

³⁴⁹ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, p. 92.

³⁵⁰ *Livro das Kalendas*, t. II, p. 36.

³⁵¹ Luísa Trindade, *Urbanismo na composição de Portugal*, Tese de doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, pp.705-719.

³⁵² Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 391.

É provavelmente com este sentido que a expressão é empregue em sua primeira aparição na documentação Coimbrã, em um instrumento do Mosteiro de S. Jorge, datado de 1358, e que parece ter sido um caso isolado, já que não encontraremos esta expressão novamente até finais deste século. Neste documento, ficamos sabendo que Domingos Tomé Vaqueiro, pregoeiro da cidade, por mandado do alvazil da mesma, Gonçalo Eanes da Água de Runa, *“apregoara na Alcaçova e no concelho e na praça de Sancta Cruz e na de Sam Bertollameu e pella villa que nom fosse nemhuum tam ousado de cortar lenha nem madeira na mata do mosteiro de Sam Jorge so pea da cadea e demais pagar e correger”*. A referência que este faz a uma “praça de S. Bartolomeu” acabou por ludibriar alguns autores em identificá-la com a Praça, em clara alusão à designação pela qual esta tornou-se conhecida nos inícios da modernidade.

No entanto, ao analisarmos mais atentamente tal citação, chegamos a conclusão de que esta não representa o primeiro indício da existência da atual Praça do Comércio, mas sim, uma referência aos mercados que decorriam nos adros de Santa Cruz e S. Bartolomeu. Além do seu cariz comercial, lembremos que os adros das igrejas serviam de polos de desenvolvimento e de centralidade, acumulando funções de cariz político, económico, judicial e lúdico³⁵³, razão pelo qual seriam um espaço apropriado para o pregoeiro exercer suas funções.

A correspondência da Praça de S. Bartolomeu, mencionada no documento, com a Praça também não se justifica por razões históricas. Como vimos, a designação de “Praça de S. Bartolomeu” só aparecerá na Idade Moderna, provavelmente em virtude de a feira, que ali tinha lugar, se realizar no dia consagrado a tal santo³⁵⁴, já que, à época, a igreja de S. Bartolomeu ainda estava posicionada de costas para este espaço. Outro aspecto é o de que, como veremos adiante, o processo de configuração da Praça parece ter-se iniciado de norte para sul, ou seja, do adro de Santiago para S.

³⁵³ Amélia Andrade e Walter Rossa, Amélia Andrade e Walter Rossa, “La plaza portuguesa: acerca de una continuidad de estructuras y funciones”, in *La plaza en España e Iberoamérica: El escenario de la ciudad*, Museo Municipal de Madrid, 1998, p. 102.

³⁵⁴ Raquel Romero Magalhães e Isabel Nogueira, *Coimbra: das origens a finais da Idade Média*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2008, p. 64.

Bartolomeu, impossibilitando a transmissão imediata da designação deste último para aquele espaço.

Desta maneira, a referência mais antiga que encontramos relativamente a atual Praça do Comércio data de 1395, e encontra-se presente em um assento da Chancelaria de D. João I, já aqui citado. Nele fica registrado que *“Affomso Caldeira nosso vasallo morador em Coimbra nos dise que em essa cidade sta huum chãao a par da Praça que foe de hereeos o qual ha tam tempo que sta em pardieiro que lhe nom sabem dono nemhuum”*. Partia com a Calçada e com casas de Luís Esteves, mercador, e Álvaro Gonçalves, escrivão da Câmara. O rei, por fim, assume a posse do dito chão, doando-o, subsequentemente, ao dito Afonso Caldeira³⁵⁵.

A segunda menção a este local afigura-nos ainda mais reveladora. Ela encontra-se presente na mesma fonte que a anterior, e é datada de 1396, descrevendo que *“o concelho e homens boons dessa cidade nos enuiarom dizer per seus procuradores que vierom aas cortes que ora fizemos em essa villa de Santarem que nos avemos em essa cidade s. na Praça aa porta do adro da igreja de Santiago a metade de hũa casa e dizem que porquanto seu desejo he de acrecentarem na dicta praça e a fazer mayor que portanto nos pediam per mercee que lhes fizemos doaçam da dicta metade da dicta casa e chãos della”* (...) *“comtanto que se faça em ella e acrecente a dicta praça”*³⁵⁶.

Como fica claro no texto, ao doar tal propriedade, o rei D. João I atende a um pedido especial do concelho da cidade, feito nas Cortes Gerais de 1396, realizadas em Santarém. Tal pedido revela, explicitamente, não somente o desejo de se aumentar a Praça, talvez ainda de dimensões próximas ao terreiro do qual descendia, como confirma o envolvimento direto do concelho municipal no seu processo de formação e na reorganização espacial que se sucedeu, contando, para tal, com o apoio régio. Apoio justificado, já que o principal motivo por trás do surgimento da Praça advém de outro pedido, também agraciado pelo mesmo monarca.

³⁵⁵ 1395, Julho, 25, Sintra (TT – Chancelaria de D. João I, Livro 2, fl. 43 v.).

³⁵⁶ 1396, Setembro, 30, Santarém (TT – Chancelaria de D. João I, Livro 3, fl. 91 v.).

Anos antes, em 1377, o rei D. Fernando I concede à cidade de Coimbra, após pedido do concelho desta, a carta de feira, estipulando que *“em a dicta cidade se faça em cada huum anno feira franqueada a qual se começara XV dias por andar de Setembro e ste ataa XV dias andados d’Outubro”*, e com a especificação de que esta realizar-se-ia *“dentro na cerca da dicta cidade no cural dos nossos paaços e arredor delles se dentro nom couberem”*³⁵⁷. Em 1391, porém, nas Cortes Gerais de Évora, realizadas neste mesmo ano, o mesmo concelho demanda outra carta da mesma espécie, sendo atendido por D. João I, que decreta que a feira ocorreria durante os mesmos dias estabelecidos por seu predecessor, com a única diferença desta ter lugar *“fora da cerca”*³⁵⁸. A razão para este segundo pedido, certamente, estará na vontade do poder central de transferir tal evento para fora de muralhas, consequência do protagonismo crescente da zona do arrabalde – burguês, dinâmico e influente – em detrimento de uma almedina despovoada, de cariz nobiliárquico e clerical. É o arrabalde afirmando-se como a nova centralidade, posição afirmada plenamente com as reformas urbanas de inícios do séc. XVI.

Estabelecida, portanto, tal mudança, e face à inadequação de outros espaços, terá surgido a necessidade de um local no arrabalde para abrigar este acontecimento tão importante para a vida da cidade. À luz das conclusões de Luísa Trindade, fica também nítida a correspondência da designação deste, sempre denominado como Praça, com a sua função comercial. Somos seduzidos, também, a relacionar a mudança do local da feira à edificação da Calçada, concluída por volta da mesma altura, podendo ambas fazerem parte de um plano maior, elaborado pelo concelho municipal, de dotar a Baixa de acessos e funções que, não somente condissessem com seu crescente estatuto, como sustentassem – e até impulsionassem – seu desenvolvimento.

Voltando ao assento de 1396, convém ressaltar que este testemunha uma apropriação e, presumivelmente, uma subsequente demolição, levadas a cabo pelo poder concelhio, no intuito de aumentar a área da Praça, processo que, como veremos, se prolongará pelo século seguinte. O fato de o mesmo documento localizar

³⁵⁷ 1377, Junho, 7, Curval (TT - Chancelaria de D. Fernando, Livro 2, fl. 69). Documento publicado em Maria Helena da Cruz Coelho, “A feira de Coimbra no contexto das feiras...”, pp. 38-39.

³⁵⁸ 1391, Fevereiro, 23, Évora (TT – Chancelaria de D. João I, Livro 2, fl. 54).

este espaço como estando “*aa porta do adro da igreja de Santiago*”, também é revelador, pois demonstra que a Praça primitiva localizava-se junto do adro de Santiago – à porta deste³⁵⁹ – afigurando-se como o indício máximo de que seu processo de formação, e a conseqüente aglutinação dos adros que a circundavam, iniciou-se a norte, caminhando rumo ao adro de S. Bartolomeu, a sul, atingindo-o, provavelmente, em época posterior.

A partir do estabelecimento e início do processo de configuração do espaço, verifica-se então uma rápida concentração à sua volta de equipamentos públicos, outro indício do reconhecimento, por parte do concelho, da palpável centralidade do local, ficando subentendida a intenção deste de transformá-lo no novo centro cívico da cidade, preconizando a noção de praça como um espaço urbano de grande importância e, conseqüentemente, patente de ser enobrecido.

As fontes indicam que a primeira funcionalidade urbana a ser instalada na Praça foram os açougues, como nos revela um instrumento do cabido da Sé, datado de 1398, e referente a um chão “*a par dos açougues novos*”, estando seu aparecimento claramente relacionado à recém-instalada feira. Tal chão estava situado na Rua de S. Gião, atual Rua das Azeiteiras, no seu quarteirão inserido na freguesia de Santiago, sugerindo esta descrição que a edificação dos açougues deverá ter ocorrido em data próxima ao da produção do documento³⁶⁰. Estes aparecerão novamente referenciados em 1412, relacionados a única menção quatrocentista à Praça de Coimbra, por nós localizada, onde a denominação desta encontra-se acompanhada de um elemento classificativo³⁶¹. Tal ocorre em razão da renúncia de casas na Rua de Coruche pelo tabelião Pedro Afonso e sua esposa, Constança Gonçalves, esta última não presente no

³⁵⁹ Convém ressaltar que esta mesma descrição sugere que tal adro fosse cercado, a que já nos referimos no capítulo anterior.

³⁶⁰ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 166. Os açougues dentro das muralhas localizavam-se nos entornos da Sé Catedral. Dentre outros documentos, assim o testemunha o registro de propriedades do Almojarifado de Coimbra, de 1395, ao descrever a rua em que estes estavam situados: “*rua que se começa no adro da See e se vai directo pellos açouges e se vai directo a ferir nos Paaços d’Alçaçeva*” (TT - Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fl. XIX v.).

³⁶¹ Esta ausência de um elemento denominativo auxiliar também pode servir de evidência de que, na matriz da Praça, não estaria nenhum arruamento de grande importância, cujo topónimo pudesse se perpetuar. Tal ideia vem de encontro à nossa hipótese de esta derivar de um simples terreiro, em contraponto com a teoria de que teria nascido a partir da Rua dos Peliteiros, artéria de grande protagonismo.

ato principal, aparecendo perante o tabelião posteriormente, “logo no dicto dia na praça dos Açougues”³⁶².

Os açougues situavam-se no extremo norte do quarteirão oriental da Praça, entre esta e a Calçada, junto das atuais Escadas de Santiago. A informação acerca de sua localização chegou até nós através das cartas trocadas entre a Câmara e o rei D. Manuel I, onde discutem-se questões relativas a reconstrução destes, levada a cabo nas primeiras décadas do séc. XVI, tendo-se decidido por reerguê-los no mesmo local onde estavam os antigos (imagem nº 24)³⁶³. Convém ressaltar que o vocábulo “açougue” tem origem no árabe *souk*, e correspondia, inicialmente, ao mercado diário, posteriormente passando a designar essencialmente a venda de carne e peixe. Na evolução para esta especialização, o açougue tornar-se-á cada vez mais dependente dos concelhos, de modo a que seriam estes a custear sua instalação, obtendo assim o valioso monopólio da venda daqueles produtos³⁶⁴.



Imagem nº 24: A Praça de Coimbra em inícios do séc. XX, em vista tomada em direção a igreja de S. Bartolomeu. O pequeno edifício de dois andares, situado no plano médio, a esquerda, encontra-se no local onde estavam instalados os açougues medievais³⁶⁵.

³⁶² 1412, Fevereiro, 25, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 23).

³⁶³ José Branquinho de Carvalho, “Cartas originais dos reis enviadas à Câmara de Coimbra”, sep. *Arquivo Coimbrão*, Biblioteca Municipal de Coimbra, vol. VI-VIII, 1942-43, pp. 16-19.

³⁶⁴ Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 389, e Luísa Trindade, *Urbanismo na composição de Portugal*, pp. 692-699.

³⁶⁵ Imagem pertencente ao acervo de Jorge Oliveira e a nós gentilmente cedida.

Em outro documento do cabido da Sé, datado de 1419, temos notícia de que já estaria situado na Praça o pelourinho – ou picota –, símbolo de jurisdição e instrumento de repressão penal, anteriormente situado no adro da Sé catedral e cuja data da transferência é-nos incerta. O documento em questão noticia-nos que este cabido terá dado de aforamento uma casa térrea na freguesia de S. Bartolomeu, “*junto da picota*”, partindo com chão que ficara de S. Bartolomeu e com rua pública de S. Gião³⁶⁶. Como sabemos, o pelourinho localizava-se próximo do quarteirão oriental da Praça – onde estavam instalados os açougues – justamente no ponto em que ia dar o passadiço de ligação com a Calçada, que como vimos no capítulo anterior, situava-se no lote imediatamente em frente ao arco da barbacã³⁶⁷.

Desta maneira, o terreno referenciado no documento deveria estar próximo da esquina entre a Praça e a atual Rua das Azeiteiras, nos entornos da albergaria de S. Gião, que, como nos sugere a descrição desta rua presente no registro de propriedades do Almojarifado, de 1395 – “*Rua de Sangiaao que se comeca na dicta albergariia e se vai finir no Arnado contra o Mondego*” –, deveria localizar-se próxima da extremidade oriental desta via, local onde depois viria a ser instalado o Hospital Real, em 1504³⁶⁸.

Muito embora tal entrada não cite, explicitamente, a Praça, sabemos que esta já existiria na altura, embora fosse, certamente, de surgimento recente. Seria este o motivo pelo qual poderia ter sido ocultada? Notemos que, dos documentos que até agora vimos, a caracterização deste espaço como praça não encontra-se ainda muito

³⁶⁶ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 166.

³⁶⁷ Como noticia-nos uma ata de vereação de 1610, o bispo-conde D. Afonso de Castelo Branco, após ter construído um chafariz na Sé, propôs-se a erguer outro na Praça. Para que este se abastecesse da mesma água que o situado em frente a catedral, “*era necesario fazer se ho chafaris no sitio aomde estaa o pellourinho na emtrada do pasadiço que vem da calçada pera a praça por ter agoa melhor queda e vir mais ao direito e fiquar ho chafaris no meo da Praça*”. O concelho terá atendido a demanda, estipulando “*que o chafaris se fizesse nodito sitio omde estava o pellorinho e se metece na emtrada do pasadiçoque vem emtestarno pellorinho*” (...) “*e o pellourinho se mudaçe pera outra parte no sitio da prasa da bamda do ospital defromte de omde ferão os feradores por não aver outro sitio na prasa mais comodo que este por ser estreita a prasa...*”. 1607, Dezembro, 29 – 1610, Agosto, 7 (AMC - Vereações nº42) (Agradecemos, muito penhorados, à Dra. Isabel Anjinho a generosa cedência deste documento). Tal obra terá obstruído o dito passadiço que, inutilizado, terá sido aforado a uma proprietária confinante em 1611. José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, pp. 241-242.

³⁶⁸ TT - Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fl. XXII v.

presente, preferindo a documentação referir-se aos equipamentos circundantes para situar as propriedades: a picota, os açougues e, neste caso, a antiga albergaria. Tal constatação pode ser ainda interpretada como um indício de que a própria utilização da expressão “praça” como designação de feira e mercado ainda não estivesse plenamente enraizado em grande parte da população local. Lembremos que em relação a feira franca estabelecida por D. Fernando, ainda dentro de muralhas, nunca encontramos-la referida como “praça”. Tal ideia é reforçada pelo fato de, como vimos, as primeiras referências a este espaço como tal advirem de documentos régios e concelhios, naturalmente mais familiarizados com tal concepção, já presente em outros locais do reino³⁶⁹.

Em 1415, como sabemos, o governo da cidade foi confiado ao infante D. Pedro, intitulado Duque de Coimbra, tendo este levado a cabo uma política de gestão da dinâmica urbanística já em curso³⁷⁰. Profundo conhecedor dos cânones do primeiro Renascimento europeu, este terá deixado, certamente, a sua marca na Praça da cidade³⁷¹. É o que nos sugere uma carta do Duque, dirigida ao concelho e datada de 1437, onde este diz ter tomado conhecimento da demolição, pelo poder municipal, de uma casa “*que estava na praça*”, “*per portaria que vos da minha parte foy dada*”, afirmando que achava “*bem feito de a ditta casa seer derribada*”, ordenando que fosse feita “*outra aacusta do conzelho hi acerca da praça em algum lugar que vos pareça geitoso*”, como forma de compensação ao proprietário³⁷².

O conteúdo de tal carta associa-se, sobretudo, ao do assento de 1396, revelando que o reordenamento do espaço, a partir de demolições e retificações, prosseguia, ainda sob a tutela do concelho e agora dirigida pelo infante. Também

³⁶⁹ Citemos rapidamente o caso de Lisboa, onde já encontramos o vocábulo “praça” em um assento datado de 1340, presente na Chancelaria de D. Afonso IV, que menciona um tal de “*Gonçalo Paez ja passado morador que foy na praça*”, *Chancelarias portuguesas : D. Afonso IV*, org. A. H. de Oliveira Marques, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990-1993, vol. 3 doc. 258. Fica nítida a utilização desta expressão como sinónimo de mercado em outro assento, este datado de 1389 e presente na Chancelaria de D. João I, e referente a doação, do monarca ao concelho, de uns chãos na cidade, próximos aos açougues, estipulando que neles “*nom façam em ellas casas nem tendas mais que seiam per a praça da dicta cidade e nom pera outra cousa*”. 1389, Junho, 15, Lisboa (TT – Chancelaria de D. João I, Livro 2, fl. 21).

³⁷⁰ Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 518.

³⁷¹ Saul António Gomes, “Coimbra – aspectos da sua paisagem urbana...” pp. 149-155.

³⁷² Belisário Pimenta, “As cartas do infante D. Pedro à Câmara de Coimbra (1428-1448)”, p. 34, doc. XXXVIII.

temos notícia, através de um texto memorialístico do Mosteiro de Santa Cruz, que o Duque intentou, juntamente com o concelho municipal, a construção de um chafariz na Praça e outro na Sé, tendo suas ambições esbarrado na oposição do próprio mosteiro, senhorio da nascente de onde a água para tais obras seria retirada³⁷³. Esta mesma pretensão só se tornaria realidade nas primeiras décadas do séc. XVII, pelas mãos do bispo-conde D. Afonso de Castelo Branco que, às suas próprias custas, edificaria ambos os chafarizes preconizados pelo infante D. Pedro³⁷⁴.

Dois anos depois, nas Cortes de Lisboa, em 1439, dada a situação de menoridade do príncipe herdeiro D. Afonso V, ficou instituído, como regente do reino, o Duque de Coimbra. Nesta mesma, nos capítulos especiais referentes à cidade, o concelho municipal informa o infante – agora regente – de que *“em esta cidade ha grandes obras pera ffazer assy como as cassas que antygamente foy feita pera feira e paaço do concelho as quaees comprem serem coregidos de novo”*, a que o mesmo responde que, para a realização de tais obras, fossem gastos dois contos provenientes das sisas dos vinhos³⁷⁵.

O documento, portanto, refere-se à necessidade de se proceder a reparações nos edifícios erguidos, já há algum tempo, para abrigar a feira – que podemos interpretar como sendo os açougues – e servir de Paço do Concelho, este último que parece anteceder o que foi instalado, pelo menos desde 1532, sobre os açougues manuelinos, erguidos na Praça nas primeiras décadas do séc. XVI e já aqui citados. Enquanto temos a certeza que o prédio dos açougues medievais, referido no documento, estaria finalizado e operante já em 1398, como vimos anteriormente, o mesmo não sabemos acerca deste primitivo paço.

³⁷³ *“Em tempo que esta terra era do Infante D. Pedro, E vivendo huum Lopo Uasquez alquayde moor em esta cidade E aimda era comendador moor da Ordem d’Avis, com ajudouro grande do concelho de Coimbra, per força, tomarom agua da fonte nova que vem pera este moesteiro sem o moesteiro pero ello seer citado nem demandado, a quall augua já traziam com grande poderio de gemtes ataa huum penedo que he aaquem do lagar d’Eira de Patas, damdo o Infante E o comendador e o concelho dava vozes e fama que a queriam fazer hir à See e fazerem hy huum chafariz. E outros na Praça. (...)” Anais, Crónicas e Memórias...*, p. 101; e Saul António Gomes, *“Coimbra – aspectos da sua paisagem urbana...”* p. 152.

³⁷⁴ Ver nota 369.

³⁷⁵ 1440, Janeiro, 11, Lisboa (AMC – Pergaminhos avulsos, nº 66).

O documento dá-nos a entender que, à data em que foi lavrado, o poder municipal ainda não estaria ali instalado. A ausência total de menções a estes primitivos paços da Praça para o período posterior a 1439, por sua vez, dá-nos a impressão de que isto nunca sequer terá ocorrido, o que nos é corroborado ao fazermos uma breve reflexão acerca das sedes do concelho coimbrão no período medieval.

Para uma cronologia muito recuada, sabemos que a Câmara reunia-se em um velho edifício de origem romana, provavelmente reformado na primeira metade do séc. XIII, situado em frente à porta ocidental da Sé catedral e chamado de Casa do Vodo³⁷⁶. Tal função ter-se-á prolongado pelo séc. XIV, sendo provavelmente a este que uma menção, de 1376, ao *“paaço do conçelho que he acerca da Ssee”*, se refere³⁷⁷. Poucos anos depois, em 1378, encontramos a torre da Almedina designada como *“torre da vereaçam”*, sendo *“vereações”* o termo antigo que denominava as reuniões camarárias, ou como *“torre da Rollaçom”*, como aparece identificada em 1396, função por que será designada até o século XIX, como atesta-nos farta documentação³⁷⁸.

Outra menção importante acerca da sede do concelho surge-nos em um documento do cabido da Sé, datado de 1390, e relativo a uma casa situada dentro da cerca, na *“rua que vaii do adro da See peraa Porta Nova logo no começo da rua”*, ou seja, o eixo formado pelas atuais Rua dos Coutinhos e Rua do Colégio Novo, e que, entre outras confrontações, partia com *“paradeyro (sic) que foi do cabidoo e querem hii fazer paaço pera o conçelho”*³⁷⁹. Este afigura-se como o primeiro indício da vontade da Câmara de erguer um edifício próprio, e sua localização – no adro da Sé – justificar-se-ia da proximidade não só da sede antiga, como do pelourinho, que José Pinto Loureiro situa nesta área³⁸⁰.

³⁷⁶ Jorge de Alarcão, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, pp. 121-127.

³⁷⁷ 1376, Setembro, Coimbra (TT – Mosteiro de Celas, m. 12, nº 35). A documentação completa acerca do Mosteiro de Celas, produzida até o séc. XV, encontra-se publicada em Maria do Rosário Barbosa Morujão, *Um mosteiro cisterciense feminino – Santa Maria de Celas (Século XIII a XV)*, Universidade de Coimbra, 2001.

³⁷⁸ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 166.

³⁷⁹ 1390, Agosto, 20, Coimbra (TT – Cabido da Sé de Coimbra, 2ª incorp., m. 77, nº 3163).

³⁸⁰ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 166.

A mudança do local da feira para onde hoje encontra-se a Praça, no ano seguinte, deverá ter originado uma mudança no foco dos representantes camarários para o arrabalde, como prova-nos a mudança de local do pelourinho, referenciado, já em 1419, como estando neste espaço. Deverá ter sido por esta altura que se iniciaram as obras deste primeiro Paço do Concelho situado na Praça, cujo edifício, provavelmente ainda não concluído, já necessitaria de reparos significativos em 1439.

Em 1498, porém, ficamos sabendo que o bispo-conde D. Jorge de Almeida, com o objetivo de edificar um terraço em frente à porta principal da Sé, recebeu da Câmara “*uma casa de audiência*” ali localizada, ou seja, a antiga Casa do Vodo, comprometendo-se o bispo a dar, em local próximo, uma propriedade que o concelho pudesse usar para os mesmos fins³⁸¹.

Desta maneira, a já referida ausência de outras menções aos paços da Praça, aliada ao fato do concelho ainda manter duas sedes intramuros em plena atividade até finais de quatrocentos – a torre da Almedina e a casa de audiências da Sé – sugere-nos que a sua transição total para fora das muralhas nunca terá sido feita durante o período medieval. Como agravante, a completa reconstrução dos paços e açougues nos inícios do séc. XVI deverá prender-se ao fato de seus análogos medievais encontrarem-se, novamente, em estado de ruína, indício de que, não somente as intervenções necessárias em 1437 não terão sido adequadamente efetuadas, como será somente com a reedificação desta estrutura que o concelho terá, finalmente, condição de se transferir para os arrabaldes³⁸².

De volta à Praça, esta aparece referida novamente em 1441, desta vez através de outro pedido do concelho ao regente D. Pedro, por ocasião das Cortes Gerais de Torres Vedras, realizadas nesse mesmo ano, para que o preço da carne cortada na Almedina, mais barato, fosse igual à da cortada na “*Praça e arrabalde*”³⁸³. Tal demanda seria rejeitada pelo então governador do reino, tendo em vista a necessidade de se povoar a área intramuros, ao que a diferença de preços procurava atender, gerando maiores vantagens para os que habitavam dentro da cerca. Nova referência a Praça

³⁸¹ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, p. 166.

³⁸² Note-se que até mesmo esta sede moderna não será exclusiva, já que a Torre da Almedina continuará a ser utilizada para reuniões da Câmara até o séc. XIX.

³⁸³ 1441, Maio, 24, Torres Vedras (AMC – Pergaminhos avulsos nº 67).

surge-nos em outro instrumento, proveniente do cabido da Sé e datado de 1443, que refere-se a um lagar de azeite “*ao fundo da Praça, na rua que chamam de S. Gião*”, ou seja, situado na atual Rua das Azeiteiras, entre tal Praça e o rio, zona a que a expressão “*ao fundo*” parece referir-se³⁸⁴.

A última menção por nós conhecida, ao espaço aqui tratado, produzida antes da morte do regente D. Pedro, em 1448, na Batalha de Alforrobeira, vem novamente pelas mãos do concelho municipal. Como um instrumento de 1444 nos noticia, Catarina Alves, viúva de Álvaro Gonçalves, escrivão da Câmara, nomeou João Lourenço, barbeiro, para a terceira vida do prazo do concelho. Tal prazo era referente a umas casas situadas “*na Calçada dante a porta da Almidina*”, partindo “*com outras casas do dito concelho que traz Maria Anes emprazadas e da outra parte com a Praça e da outra com azinhagaa pubrica e da outra parte com a Calçada*”³⁸⁵.

Esta menção conjuga-se com a primeira encontrada por nós acerca deste espaço, nomeadamente, o assento presente na Chancelaria de D. João I, datado de 1395, e que noticia-nos a doação, por parte do rei, de um chão a Afonso Caldeira, situado na Calçada, “*a par da Praça*”, e que confrontava, de um dos lados, com a propriedade de Álvaro Gonçalves, anteriormente descrita³⁸⁶. Conseguimos, portanto, situar ambas as propriedades no quarteirão oriental da Praça, a sul dos açougues e certamente próximo ao arco da barbacã.

Comparando o processo de desenvolvimento da Praça de Coimbra com a de outras cidades do reino, o caso coimbrão parece ter sido um dos mais precoces dentro de uma tendência que ter-se-á firmado a partir de quatrocentos: a da implementação e regularização do espaço físico das praças de modo racional e deliberado, processo associado a aglutinação das principais funções urbanas em um espaço que cada vez mais se assume como o de representação da própria cidade³⁸⁷.

Um exemplo extremo deste conceito encontra-se em Óbidos, onde temos notícia, através da Chancelaria de D. João I, que o prior do Hospital, quando visitou a

³⁸⁴ José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. 166.

³⁸⁵ 1444, Maio, 23, Coimbra (AMC – Pergaminhos Avulsos nº 69).

³⁸⁶ 1395, Julho, 25, Sintra (TT – Chancelaria de D. João I, Livro 2, fl. 43 v.).

³⁸⁷ Luísa Trindade, *Urbanismo na composição de Portugal*, p. 714-719.

cidade, terá mandado “*fazer hũa praça*” – a atual Praça de Santa Maria, aonde se instalaria a Câmara Municipal – à custa da Coroa. Este espaço terá sido aberto de raiz, o que terá levado os proprietários das casas e pardieiros demolidos em tal processo a demandarem ao concelho uma indemnização. Para resolver a contenda, o monarca doaria, em 1411, tal praça a municipalidade, decretando a seguir que esta deveria encarregar-se das referidas indemnizações, caso fosse verificado que o prior do Hospital já não as tivesse pago³⁸⁸.

Podemos citar ainda, a título de comparação, os exemplos mais tardios de Braga, onde a quatrocentista “*Praça da cidade*”, localizada em frente a Sé Catedral e próxima dos açougues, foi aumentada com recurso a demolições no séc. XVI, por iniciativa do Arcebispo D. Diego de Sousa, no que viria a constituir a centralíssima Praça do Pão³⁸⁹; e o de Guimarães, onde, no séc. XVII, foram derrubados edifícios para a regularização da praça de Santiago e, na mesma centúria, abriu-se, de raiz, uma “*praça nobre*”, obtida através do desmantelamento de um casario situado junto da Rua dos Mercadores, uma das mais importantes ruas da cidade³⁹⁰.

Como pudemos verificar, portanto, os documentos até agora apresentados nos sugerem que as origens da Praça de Coimbra residem em um esforço do concelho municipal, apoiado pela Coroa, de tornar o espaço da feira em um local central. Para tal, o poder local terá, não somente, se prontificado a equipá-la de acordo, como tratado de sua configuração, expandindo-a, a partir do terreiro que seria inicialmente,

³⁸⁸ 1411, Junho, 15, Santarém (TT – Chancelaria de D. João I, Livro 3, fl. 129), e Manuela Santos Silva, *O Concelho de Óbidos na Idade Média*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008, pp. 133-132, disponível em http://home.fa.utl.pt/~miarq4p5/2010-11/2_SupportElements/1_TownHall_Elements/1_County_REVISAO%20PDM%202%AA%20Reuniao%20P lenaria/Estudos%20de%20Caracteriza%E7%E3o/Estudos_Tematicos/REDE_INVEST/Hist%F3ria%20Medi eval/%D3bidos%20na%20Idade%20M%E9dia.pdf, e acessado em 15/11/2012.

³⁸⁹ Maria dos Carmo Franco Ribeiro, *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, tese de doutoramento em Arqueologia apresentada a Universidade do Minho, Braga, 2008, pp. 478-481.

³⁹⁰ A regularização da Praça de Santiago, junto da igreja homónima, tinha como objetivo a obtenção de uma praça “...boa e larga para se vender o peixe e fazerem boticas para as peixeiras, obras muito importante e necessária para o bem desta vila por a praça que agora há ser pequena e estar o pão e a fruto misturados com o peixe...”, sendo ali situado os açougues. Já a abertura “*praça nobre*” terá se realizado na sequência da construção da sede da Misericórdia, tendo sido obtida através de demolições do miolo construído entre as ruas medievais das Flores, do Serralho, dos Mercadores e da Judiaria. José Ferrão Afonso e Bernardo Ferrão, *A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação do seu património edificado*, Textos do Património Mundial, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 26-28, disponível em http://www.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=3160, e acessado em 20/11/2012.

através de demolições esporádicas, em um processo lento e irregular que ter-se-á prolongado de finais do séc. XIV até à primeira metade do séc. XV.

Inicialmente, portanto, a Praça deveria estar circundada por terrenos desocupados e casas cujas faces ainda estariam direcionadas para arruamentos anteriores, em conformidade com este reordenamento de espaço em curso. Desta maneira, podemos deduzir, pelos indícios presentes na documentação, que o quarteirão oriental da Praça terá sido o primeiro a ter o alinhamento estabelecido, primeiramente, por sabermos que em 1398, já estaria ali situado o edifício dos açougues, virado face a este espaço. Outro fator terá sido a formação da Calçada, provavelmente na mesma altura da formação da Praça, que impulsionará uma renovação dos edifícios situados entre estes dois locais, a fim de corresponder aos anseios de grandiosidade presumidos para a área. As “casas que ora novamente fez” Luís Esteves, fronteiriças ao chão doado a Afonso Caldeira, por exemplo, certamente já deveriam ter em conta a existência de ambos os espaços, assim como a que o próprio Afonso Caldeira terá edificado após ter recebido tal terreno e que aparecem emprazadas a Maria Anes, no documento de 1444.

Arquitetonicamente, tais construções teriam a característica de ter o andar térreo voltado a ocidente, para a Praça, enquanto o acesso pela Calçada era feita pelo primeiro piso, virado a oriente. Tal peculiaridade é perfeitamente retratada na reconstituição presente no artigo de Luísa Trindade, *A Praça e a Rua da Calçada...*, aproveitando-se das informações presentes no Tombo da Câmara de 1532³⁹¹, e ainda pode ser verificada na atualidade, muito embora a subida da cota da atual Rua Ferreira Borges, antiga Calçada, terá obrigado a que o acesso por esta fosse feito pelo segundo andar dos edifícios.

Quanto à cota da Praça, Walter Rossa, baseando-se no edifício do Hospital Real, edificado em 1504, estabelece que esta estaria, na altura da construção deste edifício,

³⁹¹ Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada...”, pp. 23-24, e fig. 1 e 5. A autora especifica que tal reconstituição terá sido realizada no âmbito do projeto *Cartografia Digital da Evolução Urbanística de Coimbra*, executado no Centro de Estudos de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, sob a coordenação do Prof. Dr. Walter Rossa e execução da Arquitecta Sandra Pinto.

por volta de um metro abaixo do nível atual, hoje na ronda dos 21m³⁹². No entanto, é bem possível que, em seus primórdios, o terreno ainda fosse muito irregular, inclinando-se, certamente, tanto em direção ao rio, como para o adro de S. Bartolomeu, que, como vimos, na Idade Média estava um tanto abaixo dos 19m. Tal processo de nivelção, por sua vez, só terá sido possível com a edificação do quarteirão ocidental da Praça, já que, como nos elucida Walter Rossa, seus edifícios serviriam de arrimo aos aterros necessários para tal processo³⁹³.



Imagem nº 25: A divisão atual dos lotes da Praça³⁹⁴

O desenho deste quarteirão ter-se-á estabelecido mais tardiamente que o oriental, já que esta área terá sido largamente afetada pelo processo de configuração da Praça, tendo sido, certamente, onde a reorganização do espaço foi mais severa. A isto nos prova, não somente seu alinhamento quase que perfeitamente retilíneo, como a disposição dos seus lotes, extensos e, claramente adaptados e orientados à existência da Praça, dando-nos a impressão de serem produto de um desígnio racional e não de um processo orgânico anterior ao estabelecimento daquela (imagem nº 25). Outro indício está no fato de a documentação mais antiga relativa a propriedades situadas neste quarteirão, nomeadamente, nas proximidades da Rua de S. Gião, ser

³⁹² Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 445, nota 492.

³⁹³ Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 443 e 447.

³⁹⁴ *Levantamento Aerofotogeométrico de Coimbra*, Tecafo, 1978, fl. 230-3/5-5/3, possuído pela Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Informação Geográfica e Solos, publ. em *Evolução do espaço físico de Coimbra: exposição*, p. 137.

constituída por transações envolvendo chãos, o que podemos interpretar como consequência das demolições resultantes do dito processo de reordenamento.

Posto isto, convém mencionar aqui um documento concelhio, datado de 1455, e que refere-se a renúncia, por parte de Afonso Martins, que fora criado do infante D. Pedro e, à época, morava na Rua dos Tanoeiros, *“de huum alpende que o dicto conzelho há e tem na praça da dicta çidade”*, subseqüentemente emprazado a Pero Vasques, carnicheiro, e sua esposa Inês Peres, e que confrontava *“com cassas que fforam de Martim Affonso barbeiro ja passado que ora parte delle esta ffecto em cassa que vive Alvaro Fernandiz barbeiro s. como ora esta hũa parede de pedra e cal sobre que estam certos esteos e asy como vay derreitamente entestar nas dictas cassas que assy foram do dicto Martim Affonso barbeiro e da outra parte com entrada das cassas de Santiago e adegas que ffoy de Lopo Rroiz filho que foy de Ruy Diaz e da outra com rrua publica publica que vay pera onde sohia de morar Martim Dominguis de Seira e com a dicta Praça”*³⁹⁵.

A descrição é um tanto confusa, mas parece tratar-se de um alpendre, construído junto a casa do barbeiro Álvaro Fernandes. Localizar-se-ia, certamente, neste quarteirão ocidental da Praça, embora não saibamos identificar exatamente a rua pública que diz-se culminar no dito local onde costumava morar Martim Domingues de Ceira. Tanto a denominação da Rua dos Tanoeiros, quanto a da Rua de S. Gião já estariam, a esta altura, devidamente estabelecidas. Seria, de acordo com a hipótese que apresentamos anteriormente neste estudo, a Rua dos Peliteiros? É uma possibilidade, já que, como vimos, tal topónimo parece ter começado a desaparecer na centúria de quatrocentos, o que terá levado o autor do documento a recorrer a uma descrição alternativa para caracterizá-la. Outras hipóteses estão em alguma outra via de ligação a desaparecida à Rua dos Prazeres ou, até mesmo, esta própria que, como vimos, correria paralelamente a Praça.

Continuando, o documento especifica-nos que tal alpendre seria, então, emprazado à Pedro Vasques e sua esposa, Inês Pires, com a condição de que *“o quall alpende e cassa que assy esta ffecta em parte delle nom ha de sair mais se nom*

³⁹⁵ 1455, Março, 26 (AMC – Pergaminhos avulsos nº 74).

quanto he a ffuga das cassas que asy fforam do dicto Martim Affomso barbeiro e mais nom". Em outras palavras, qualquer construção que avance o edifício, deve fazê-lo somente até onde estão as casas vizinhas, que foram de Martim Afonso. Este aspecto é muito importante, pois demonstra-nos a necessidade do concelho em normalizar a construção no local, provavelmente, no intuito de regular o alinhamento do quarteirão. É o reordenamento de espaço que tantas vezes referimos, ainda em curso.

Desta maneira, é possível conjecturar que o caseamento deste lado da Praça – assim como o estabelecimento do próprio perímetro dela – já estivesse concluído em finais do séc. XV, ficando muitos dos lotes ali situados nas mãos do poder municipal. Testemunha disto é, não só o documento citado há pouco, como o descontentamento por parte do concelho, manifestado ao rei, após a edificação do Hospital Real – situado na esquina sul da Praça com a Rua das Azeiteiras – já que muitas das casas demolidas para que tal obra pudesse ser efetuada lhes pertenciam³⁹⁶.

Concluindo este capítulo, convém ressaltar que o papel da Praça de Coimbra como centro cívico da cidade só parece ter-se afirmado totalmente com a construção, por ordem do rei D. Manuel I, do Hospital Real, em 1504, e da reconstrução dos açougues, obra autorizada pelo mesmo monarca, através de cartas régias expedidas em 1511 e 1512, e onde, como vimos, se instalará, pelo menos desde 1532, o Concelho Municipal, juntamente com o paço dos tabeliães, as fangas e uma prisão³⁹⁷. Tal processo acabaria assim por reforçar, não somente o protagonismo da própria Praça, como afirmar plenamente a centralidade da Baixa de Coimbra.

³⁹⁶ Walter Rossa, *DiverCidade...*, p. 584.

³⁹⁷ Para mais detalhes acerca da instalação e arquitetura do Hospital Real e dos açougues novos, veja-se Walter Rossa, *DiverCidade...*, pp. 573-585.

2. A caracterização social

Nos últimos dois capítulos, esforçámo-nos em reconstituir o aspecto urbano do arrabalde, mais especificamente, o espaço abrangido pelas freguesias medievais de Santiago e São Bartolomeu. Foi um trabalho, acima de tudo, focado no espaço, onde, através de descrições documentais e da sua conseqüente interpretação, buscámos criar uma imagem da baixa coimbrã, traçando um panorama de sua evolução ao longo dos séculos medievais. Montámos o cenário, de modo a que falta-nos agora povoá-lo, perfilar as personagens.

Desta maneira, dedicaremos este último capítulo às informações que fomos capazes de recolher, em nossa pesquisa, acerca das pessoas que viveram – e das atividades que exerciam – nesta área específica do arrabalde. Nada mais justo, já que são aquelas os verdadeiros agentes modificadoras do espaço urbano, cuja visão e poder fez abrir uma rua ou uma praça, a busca do lucro fez dar de emprazamento uma casa, a necessidade fez recebê-la, e a urgência de identificar um local originou um topónimo. Ao mesmo tempo, reconstruiremos algumas cenas do seu quotidiano, unindo às personagens e ao cenário, finalmente, um enredo.

Quem chegava a Coimbra vindo do sul era obrigado a traspasar a sólida ponte sobre o rio Mondego. Ainda na sua margem esquerda, uma observação descomprometida já permitiria a um viajante reconhecer a organização da cidade. No cume do morro, de desenho imponente, estaria a alcáçova e, mais abaixo, uma grande muralha, dotada de altas torres, contornaria a elevação sobre a qual a cidade se erguia, separando a parte alta da parte da baixa, esta bem na margem do rio, ladeada por um branco areal. À medida que se atravessasse a ponte, um observador mais atento talvez reconhecesse, por entre o casario da Alta, a Sé catedral e, mais próximo dele, o topo da igreja de S. Bartolomeu e, quem sabe, até mesmo o da de Santiago.

Transpondo a porta da torre na qual a ponte afonsina culminava, chegava-se à Portagem. Ali, exceto em época de feira franca, era necessário pagar por quaisquer

mercadorias que se trouxesse de fora da cidade. Em 1422, acompanhando este processo de pesagem e avaliação dos produtos poderia estar João Gonçalves. Tinha sido criado e porteiro “do muito honrrado dom Gil de boa memoria”³⁹⁸, e residia na Rua de Coruche, freguesia de Santiago, com sua mulher, Maria Gil. Trabalhava, naquele momento, como portageiro, já que, juntamente com outros parceiros, tinha arrendado a portagem da cidade. O negócio era certamente rentável mas, infelizmente, estar-lhe-ia causando alguns problemas.

Como sabemos através das fontes, seu ofício obrigava-o a viver na arrecadação desta, onde morava durante a maior parte da semana, com exceção do domingo. Estando este edifício dentro dos limites da igreja de S. Bartolomeu, os seus cônegos fizeram uso deste argumento para lhe cobrar dízimas. João Gonçalves ter-se-á sentido, certamente, indignado. Afinal, era em sua casa na Rua do Coruche que, juntamente com sua esposa, tinha todos os seus bens móveis, seu celeiro e adega, e onde guardavam seus animais; e era na igreja de Santiago, onde escutavam as missas, ouviam o canto e participavam das festas. Eram verdadeiros fregueses dela, de modo que era a esta que, justamente, queriam dar seu dízimo.

A contenda gerou um processo judicial de foro eclesiástico, que resultaria em uma sentença a favor de Santiago e João Gonçalves³⁹⁹. Foi certamente um alívio para o portageiro saber que poderia retribuir devidamente a quem, com aparente atenção, lhe dava apoio espiritual e participava ativamente do seu dia-dia. Para Santiago, porém, seria mais um dos seus inúmeros conflitos com a paróquia vizinha, fruto de um antagonismo que parecia existir já há algum tempo entre estas ricas e prestigiadas colegiadas. Prova disso é uma outra contenda, esta de 1349, por motivo do direito à dízima de Domingos Eanes, carpinteiro.

Na ocasião, este trazia emprazada uma almuinha do Mosteiro de Lorvão, situada “além da ponte”, logo, fora dos limites de qualquer paróquia da cidade⁴⁰⁰.

³⁹⁸ O bispo D. Gil Alma foi primeiro bispo do Porto, sendo depois transferido para Coimbra, onde já estava em 1407. Parece ter falecido em 1415. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, p. 502.

³⁹⁹ 1422, Outubro, 15, Coimbra (TT – Col. Santiago cx. 1, m. 1, nº 178/71).

⁴⁰⁰ O termo “além da ponte”, na Idade Média, referia-se a margem esquerda do Mondego. Assim nos evidencia um documento onde este mesmo termo é utilizado para localizar uma almuinha que

Domingos Eanes era freguês de Santiago e, um dia, juntamente com o dizimeiro desta, media o milho para determinar a quantidade que lhes devia entregar quando, subitamente, foram abordados por homens de S. Bartolomeu que, sem explicações, lhes tomaram a dízima violentamente. O incidente gerou, também, uma sentença judicial, decidida a favor de Santiago e sustentada na evocação, por parte do juiz, do longínquo costume local de, caso a herdade não ser de outra igreja nem estar dentro dos limites de alguma paróquia, a dízima dever ser paga à colegiada de que se é freguês⁴⁰¹.

De volta a Portagem, após o pagamento dos devidos direitos, um viajante recém-chegado a cidade certamente optaria, ou seria recomendado, provavelmente, a seguir em direção às freguesias de S. Bartolomeu e Santiago. No decreto fernandino que estipulava o já referido “caminho da ponte”, em 1377, o rei acatava um pedido do concelho, decerto dando continuidade a um costume já existente, de que as estalagens se localizassem na área destas duas paróquias⁴⁰².

Uma rota possível em direção ao centro destas freguesias seria pela Ribeira, ladeando o famoso Arnado. Uma visão inevitável para quem por ali passasse, para além das sempre presentes lavadeiras, seria a dos barcos ali estacionados. Sabemos, por exemplo, que na segunda metade do séc. XIV, os barqueiros Estácio Martins⁴⁰³ e André Vicente tinham propriedades nas proximidades, assim como, provavelmente, o pescador Vasco Paiola⁴⁰⁴. André Vicente, especificamente, recebera de emprazamento um cortinhal na Ribeira ao qual Lourenço Martins, “Desbarbado” de alcunha, tinha renunciado. “*Nom podia manter o dicto cortinhal porque era ja homem velho e pobre*”, alegava⁴⁰⁵.

Também próximo ao rio, abundariam os estabelecimentos fabris. Na Ribeira e na Rua da Ponte, temos notícia da existência de lagares de azeite, pelames e

confrontava, a oriente, com o Arnado e com a ponte. 1240, Junho (TT – Col. S. Cristóvão, cx. 9, m. 2, nº 22).

⁴⁰¹ 1349, Setembro, 15, Coimbra, (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 5, nº 60).

⁴⁰² “...outorgamos que as stalageens sejam no aravalde a parte de Sam Bertolameu e de Santiago” (1377, Agosto, 12, Lisboa (TT - Chancelaria de D. Fernando, Livro 2, fl. 11 v.).

⁴⁰³ 1378, Abril, 23, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 6, nº 17).

⁴⁰⁴ 1397, Março, 5, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 3, m. 7, nº 7).

⁴⁰⁵ 1386, Outubro, 22, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 6, nº 28).

alcaçarias, algumas destas últimas pertencentes à confraria dos Sapateiros⁴⁰⁶. Trabalhos duros e sujos, por vezes exalando cheiros incómodos, estariam situados junto do Mondego dada a facilidade de escoamento das impurezas geradas por tais atividades. Isto, conjugado com a proximidade à *sota* – que atravessava a Ribeira de S. Bartolomeu, rumo ao rio, e provavelmente corria em vala aberta – e a natural imundície das ruas medievais resultaria, certamente, em um local definitivamente desagradável e insalubre.

Tal situação, porém, não impedia que figuras de alguma proeminência habitassem e fossem proprietários na zona. Sabemos que, próximo de uns lagares de azeite na Rua da Ponte, estavam as casas de Afonso Peres, porteiro do bispo⁴⁰⁷. Confrontando com o *Pedernedo*, situado nesta via, estavam as casas de João de Alpoim⁴⁰⁸ e, na Rua da Sota, morou Vasco Martins, porteiro do concelho⁴⁰⁹. Por fim, Martim Domingues, senhor do Hospital de Ceira⁴¹⁰, e Vasco Garcia, escudeiro, também detinham ali propriedades⁴¹¹.

De acordo com a hipótese que avançámos para este estudo, a Rua da Sota corresponderia à Rua dos Esteireiros e, portanto, desembocaria no adro de S. Bartolomeu. Centro nevrálgico da freguesia, aqui encontrar-se-ia indivíduos de todos os extratos sociais caminhando por entre as campas que rodeavam o templo, entrando e saindo da igreja, ou simplesmente à porta de suas casas. Em finais do séc. XII, temos

⁴⁰⁶ 1308, Março, 8, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 6, m.14, nº 5).

⁴⁰⁷ 1346 Junho, 13, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 6, m. 14, nº 13).

⁴⁰⁸ 1381, Janeiro, 20, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 21). João de Alpoim era casado com Maria Domingues, filha de Domingos Antoninho (1389, Janeiro, 12, Coimbra, (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 31), e provavelmente teria algum parentesco com Geraldo de Alpoim, raçoeiro de S. Bartolomeu em 1369 (1369, Junho, 19, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 2b). Sabemos, também, que seriam seus criados Pedro Afonso (1375-1405, Novembro, 30 – Dezembro, 1, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 12) e Gonçalo Lourenço, casado com Maria Gil (1396, Novembro, 21, Coimbra TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 6). Podemos ainda identificá-lo com o João de Alpoim que aparece nomeado, em 1390, como juiz do rei D. João I (*Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudência ecclesiastica e civil de Portugal*, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo V, 1836, p. 139), e que ainda atuava como sobrejuiz durante o reinado de D. Duarte (Judite A. Gonçalves de Freitas, “O Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo na itinerância régia de meados do século XV (1433-1460)”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, Porto, 2006, p. 503). Por fim, poderá estar relacionado com Lopo de Alpoim, que em 1468 aparece como membro do concelho municipal (1468, Fevereiro, 7, Coimbra (AMC – Pergaminhos avulsos nº 86).

⁴⁰⁹ 1391, Fevereiro, 10-20, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 5, nº 36).

⁴¹⁰ Filho de Salvador Domingues e casado com Senhorinha Martins. (1391, Fevereiro, 10-20, Coimbra, (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 5, nº 36).

⁴¹¹ 1409, Setembro, 8, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 20).

notícia que ali teria propriedades o moedeiro e alvazil D. Telo⁴¹², enquanto que, para o século XIV, chegam-nos testemunhos de clérigos ali residentes, como Gonçalo Peres, prior de Ceira e raçoeiro de S. Bartolomeu⁴¹³, assim como homens do rei, caso de Estácio Anes⁴¹⁴ e Diego Peres⁴¹⁵.

Porém, a maioria dos que habitavam nas suas imediações parecem ser mercadores e mesterais. Sobre estes últimos, as fontes falam-nos, para os séculos XIV e XV, sobretudo, em sapateiros, alfaiates e carpinteiros. Encontramos também uma oleira, Maria Peres, que deixou em testamento, à colegiada de S. Bartolomeu, as casas em que morava, situadas no adro. Tinha uma criada, de nome Catarina Carnes, a quem recompensou, juntamente com uma tal Constança, com uma casa em Cabo de Cavaleiros, *“com esta condiçom que a dicta Costança ensigne a tecer a dicta Cathelina Carnes”*⁴¹⁶. Por fim, fazendo jus a determinação outorgada por D. Fernando décadas antes, convém citar Gonçalo Seco, *“estalageiro”*, presente como testemunha, em finais de trezentos, em dois atos celebrados na igreja de S. Bartolomeu, indício de que talvez seu estabelecimento ficasse por perto⁴¹⁷.

Para quem decidisse rumar a norte, uma opção seria uma estreita rua que nascia no adro, em frente a porta lateral do templo, e que seguia para a freguesia de Santiago. Era a Rua dos Prazeres, longa via pela qual também se tinha acesso ao terreiro do Romal, sendo que os dois espaços formariam, nos séculos XIV e XV, uma espécie de bairro eclesiástico. É o que as fontes nos dão a entender, já que são abundantes, para estas datas, os testemunhos sobre clérigos na posse de casas nesta área, pertencentes, na maioria das vezes, ao cabido da igreja paroquial. É o caso de João Gomes, raçoeiro⁴¹⁸; João Domingues, capelão⁴¹⁹; Vasco Peres, prioste⁴²⁰, e dois

⁴¹² 1192, Maio, publ. em Saul António Gomes, "Entre memória e história: os primeiros tempos da Abadia de Santa Maria de Alcobaça (1152-1215)", sep. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 2, 2002, doc. 18.

⁴¹³ 1391, Abril, 8, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 2).

⁴¹⁴ 1369, Junho, 19, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 2b).

⁴¹⁵ 1396, Novembro, 21, Coimbra, (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 6).

⁴¹⁶ 1370, Outubro, 7 (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 3).

⁴¹⁷ 1392, Dezembro, 4, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 4), 1396, Novembro 21, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 6).

⁴¹⁸ 1375, Julho, 2, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 9).

⁴¹⁹ 1375, Julho, 2, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 9).

⁴²⁰ 1386, Junho, 3, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 26-27).

priores, Sancho Garcia e Raimundo Beltrões⁴²¹. Acerca deste último, algum tempo após a sua morte, surge nas fontes, executando seu testamento, o seu filho, Diogo Beltrões⁴²², fruto de um relacionamento do prior com sua manceba, Maria Anes, um dos muitos exemplos de filhos resultantes do concubinato no seio do clero português medieval.

Era vulgar na idade Média que os padres vivessem, temporária ou permanentemente, com amantes, pelo que a aparição de Diogo Beltrões em uma série de documentos lidando com os assuntos do pai é indício desta relativa normalidade⁴²³. O problema de sua ilegitimidade foi resolvido logo em 1400, quando teve seu nascimento legalizado por meio de uma carta de legitimação de D. João I⁴²⁴ e, em 1416, ao decidir que se manteria na posse, dentre outras propriedades, de uma casa na Rua dos Prazeres, até invocou o fato de a decisão ter sido tomada após um aparentemente custoso acordo entre seus irmãos, *“por partirem dentre si grandes ódios e malquerenças e grandes custas e despesas que se sobr’ello podiam segir e segia e pera ficarem amigos”*, indicando, assim, que não seria o único fruto da relação. Neste mesmo documento, aparece como raçoeiro de S. Cristóvão. Pelos vistos, seguiu os passos do pai⁴²⁵.

Sua mãe, por sua vez, não teve o mesmo tratamento amistoso por parte dos clérigos de S. Bartolomeu. Não parece ter sido excomungada nem presa, como as leis da época o exigiam, mas, após a morte de Raimundo Beltrões, continuou a utilizar um cortinhal que este tinha de emprazamento, situado no Romal. A situação duraria pouco, e os cónegos logo reclamariam a devolução da propriedade, o que seria

⁴²¹ Ambos figuram no instrumento de 1391, Maio, 26, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 3). Sancho Garcia foi prior entre, pelo menos, 1348 e 1366, enquanto Raimundo Beltrões aparece exercendo o cargo entre 1369 e 1412. Maria Cristina Gonçalves Guardado, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, pp. 172-173.

⁴²² 1412, Julho 4, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 24a).

⁴²³ Como nos informa A. H. de Oliveira Marques, só durante o período de 1398 a 1438 contam-se mais de 700 legitimações de filhos oriundos de “clérigos barrigueiros”, sendo a prática do concubinato, a despeito das punições legais previstas para os religiosos infratores, largamente presente desde os mais baixos aos mais altos cargos da hierarquia eclesiástica. A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, A Esfera dos Livros, 6ª edição, 2010, pp. 157-159.

⁴²⁴ 1400, Março, 11, Santarém (TT – Chancelaria de D. João I, Livro 3, fl. 112 v.).

⁴²⁵ 1416, Maio 21, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 34a).

conseguido após um processo judicial, muito embora seja mencionado que Maria Anes decidira apelar a Braga⁴²⁶. Não sabemos se tal recurso terá surtido algum efeito⁴²⁷.

Ainda acerca do Romal, sabemos que, para além de clérigos, na centúria de trezentos eram proprietários nos seus entornos, também, alfaiates, padeiras e até mesmo tabeliães, caso de Martim Bravo⁴²⁸ e Vasco Afonso⁴²⁹, bem como o escudeiro Diogo Álvares e João Esteves, escrivão dos contos do rei⁴³⁰. Ao atravessar o terreiro que constituía o Romal, chegar-se-ia então à Rua de S. Gião, onde a visão mais comum seria, certamente, a de ânforas e tonéis, manuseados e transportados por esta longa via por almocreves como Bartolomeu Martins, dito *Brava*, ali proprietário⁴³¹.

Com efeito, mesmo ainda sem a designação atual de Rua das Azeiteiras, nela podemos identificar, segundo a documentação dos séculos XIV e XV, uma primitiva concentração de lagares de azeite, produto que, em finais de trezentos, constituía a principal riqueza de Coimbra⁴³². Fernando Afonso, lavrador, e sua esposa, Margarida Domingues, até escambam, em 1375, duas geiras de terra nos campos do Mondego por uma antiga casa térrea – chamada “Estrebaria da Rainha” – naquela via, com a intenção de nela montar um estabelecimento deste tipo⁴³³.

A própria freguesia de S. Bartolomeu, no seu todo, parece ter sido, no período medieval, uma área de grande importância na produção deste óleo, dada a quantidade de lagareiros que nos aparecem na documentação⁴³⁴, estando tais estabelecimentos, por vezes, na posse de membros ilustres da sociedade. Caso notório é o do nobre

⁴²⁶ Depois de 1412, Fevereiro 25 – 1415, Maio 22, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 6, m. 14, nº 23).

⁴²⁷ Ainda acerca da mancebia, temos notícia, também, de Maria Gonçalves, que aparece referenciada, em documento de 1348, como manceba de um cônego de S. Bartolomeu, que não nos foi possível identificar. 1348, Dezembro, 28, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 5, nº 19).

⁴²⁸ 1353, Novembro, 20, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 2, nº 68). Martim Bravo parece ter ocupado, também, a posição de almoxarife, como que nos revela um documento acerca de uma transação em qual estava envolvida a sua viúva, Maria Domingues (1363, Fevereiro, 11, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 3, nº 608/634).

⁴²⁹ 1377, Julho, 7, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 6, nº 15).

⁴³⁰ Respectivamente: 1391, Fevereiro, 10-20, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 36), e 1400, Janeiro, 10, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 3, m. 7, nº 10).

⁴³¹ 1374, Janeiro, 25, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 6, nº 5). Aparece em um documento, anos depois, como homem do rei (TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 6, nº 21).

⁴³² Maria Helena da Cruz Coelho, “Homens e negócios”, p. 140.

⁴³³ 1375, Outubro, 14, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 11).

⁴³⁴ A título de exemplo, citemos uma sentença que obrigou seis lagareiros da freguesia de S. Bartolomeu a pagar a dízima do azeite e da baganha à igreja de S. Bartolomeu. 1335, Maio, 13 (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 6, m. 14, nº 9).

Fernando Fernandes Cogominho. Em 1258, juntamente com sua mulher, Joana Dias, e as irmãs desta, Teresa e Mor Dias, vendeu a D. Boa Peres, mãe das ditas donas, os quinhões que possuíam nuns lagares de azeite, situados na dita freguesia⁴³⁵, que lhes terão ficado de herança após a morte do pai, Vicente Dias⁴³⁶.

Confrontando com estes lagares a sul, estava um terreno que havia pertencido a Martim Anes de Aveiro, justamente o mais antigo tabelião público de Coimbra de que se tem notícia, tendo sua existência sido documentada desde pelo menos 1119⁴³⁷, e, como ocupante daquele cargo, desde 1219⁴³⁸. A história deste tabelião confunde-se, também, com a da própria freguesia, já que ao falecer, em 1227⁴³⁹, foi sepultado na igreja de S. Bartolomeu, deixando-lhe bens e nela instituindo uma capela⁴⁴⁰.

Ainda na Rua de S. Gião, confrontando de um dos lados com a dita “Estrebaria da Rainha” estava um cortinhal pertencente a Constança Esteves. Era então viúva do almoxarife Afonso Anes⁴⁴¹, e ambos tinham sido proprietários de umas casas e de outro cortinhal nesta mesma rua, que doaram, em 1363, à igreja de Santiago, de onde eram fregueses⁴⁴². Em 1397, já viúva e certamente em idade avançada, redigiu seu testamento, onde expressa o desejo de ser enterrada nesta igreja juntamente com o marido, já aí sepultado, com a peculiaridade de, no primeiro dia após sua morte, ser

⁴³⁵ 1258, Fevereiro, transcrito em Ana Paula Figueira Santos, *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000, doc. 2.

⁴³⁶ D. Mor Dias, à época, encontrava-se recolhida no Mosteiro de S. João das Donas e, em 1283, obteria licença para fundar o Mosteiro de Santa Clara, situado na margem esquerda do Mondego. Sobre este assunto veja-se Ana Paula Figueira Santos, *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000. Sua mãe, D. Boa Peres, era neta do chanceler Julião Pais, enquanto seu marido, D. Vicente Dias, foi advogado de Coimbra e sobrejuiz de Afonso III. Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, tese de doutoramento em História da Idade Média apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, vol. II, pp. 654-657.

⁴³⁷ 1199 (TT – Col. S. Cristóvão, cx. 9, m. I, nº 22).

⁴³⁸ Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos, *“O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950 - 1250)”* dissertação de mestrado em História Medieval apresentada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, vol. II, doc. 262.

⁴³⁹ *Livro das Kalendas*, t. II, p. 109.

⁴⁴⁰ Na visitação feita à igreja de S. Bartolomeu por João Garcia Manrique, arcebispo de Santiago e administrador do bispado de Coimbra, diz-se: *“achamos na dicta eglesia hua capella a qual estabeleceu Martin d’Aveiro na dicta egreja pera a qual leixou certos beens e fez benefeytorias”*. [1402-1406], Coimbra, (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 1, m. 3, nº 3).

⁴⁴¹ Afonso Anes, além de almoxarife, atuou também como mercador e vereador de Coimbra, chegando a ser preso por dívidas do almoxarifado. Maria Helena da Cruz Coelho, *“Homens e negócios”*, p. 138.

⁴⁴² 1363, Janeiro, 13, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 1, nº 286/100).

velada na Sé – de onde então era freguesa – já que as casas em que morava eram “pequenas e estreitas”⁴⁴³.

Não sabemos se a viúva ter-se-á mudado para a paróquia sede após a morte do marido, ou se seria dali originária. É perceptível, no entanto, a relação afetiva com o arrabalde, local que certamente habitou e onde, segundo indicam-nos as fontes, ainda teria o que lhe restava da família, já que não encontramos em seu testamento indícios de que tivesse filhos ou netos vivos. Desta maneira, Constança Anes faz questão de deixar cem libras a Catarina Esteves, uma de suas sobrinhas, casada com João Gil, alfaiate, a quem encontramos, em documento de 1373, em posse de casas a par da igreja de S. Bartolomeu, onde possivelmente residiam⁴⁴⁴. A viúva também não esqueceria o sobrinho-neto, João, filho do casal, a quem deixa outras cem libras com destino louvável: “*pera liuros E pera quem ho emsynarem (sic)*”.

Constança Anes, à época em que se redigiu o testamento, vivia com uma tal Senhorinha, a quem deixou um olival “*alem da ponte na Varzea e quatro geiras de terra no campo de Mondego*”, estipulando que, à morte desta, tais propriedades fossem transferidas para a Albergaria de Santa Maria de São Bartolomeu, cuja sede se situava na freguesia de Santiago. Como vimos, ao lado do edifício onde estava instalada a albergaria, encontravam-se as casas que, no séc. XVI, seriam reformadas para servir como os Paços do Conde de Cantanhede. Também referimos anteriormente que tais casas correspondem, por certo, às doadas por D. João I, em 1390, ao prior do Hospital e Marechal do Rei, Álvaro Gonçalves Camelo⁴⁴⁵.

Seria uma relação conturbada a deste prior com a Coroa. Serviu o monarca nos tempos da crise dinástica, tendo recebido em 1395, por sua ordem, os bens confiscados a Fernando Afonso de Ulveira, fidalgo opositor ao rei que se exilara em Castela. No entanto, exilar-se além-fronteiras era também a intenção de Álvaro

⁴⁴³ 1397, Fevereiro, 26 (AUC - *Tombo velho do Hospital Real*, Dep. IV, 2ª E, Tab. 5, nº 1, fls. 2 v.- 6) publicado em Saul António Gomes, “Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas...”, doc. 3.

⁴⁴⁴ 1373, Maio, 1, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 4). Estas confrontam com casas de Vasco Afonso, tabelião, referido em outro documento como antigo possuidor de casas no Romal, indício que talvez ali se localizasse as casas de João Gil. 1377, Julho, 7, Coimbra (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 15).

⁴⁴⁵ Álvaro Gonçalves Camelo, que era prior do Crato desde 1384, sucede nas funções de marechal da hoste de D. João I, em 1386, a Álvaro Gonçalves Pereira. Era-o, ainda, em 11 de Setembro de 1396 (Francisco Carvalho Correia, *O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588.*, pp.268-269, doc. 164).

Gonçalves Camelo, motivo pelo qual manteria com o rei castelhano Enrique III uma relação epistolar que, ao ser descoberta, lhe valeria a prisão em Évora, no ano de 1397. Seria então detido em Coimbra, de onde fugiria, tendo subsequentemente, graças à intervenção do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, se reconciliado com o rei.

Em mais uma reviravolta, acaba por partir, em 1399, para Castela, de cujo monarca se colocaria em serviço e, em Maio de 1400, juntamente com outros portugueses refugiados naquele reino, atacaria as tropas de D. João I, quando este procedia ao cerco de Alcântara. Sua estadia em terras castelhanas, porém, poderá ter durado pouco. *O de Boa Memória* mostrar-se-ia favorável ao seu regresso durante o acordo de tréguas com os monarcas vizinhos, em nome dos serviços que terá prestado à Coroa portuguesa. Não sabemos, porém, se de fato regressou⁴⁴⁶.

Junto da casa que pertenceu a esta personagem, corriam três ruas: a Rua dos Tanoeiros, a Rua Olho do Lobo e, provavelmente, a Rua dos Peliteiros, sendo as três paralelas e culminando no Arnado. Como os próprios topónimos nos indicam, por ali estariam concentrados, em finais da Idade Média, os tanoeiros, fabricantes de tonéis – destinados ao armazenamento de diversos produtos, sobretudo o azeite produzido na freguesia vizinha – e os peliteiros, curtidores de peles, especializados na obtenção da pelica, couro fino, de uso nobre.

Desta forma, não é surpreendente o fato de termos encontrado nas fontes testemunhos abundantes à presença destes profissionais na área, acompanhados de mercadores e, sobretudo, de sapateiros – que certamente se utilizavam do couro ali produzido – e carpinteiros, que poderiam estar envolvidos no fabrico dos tonéis. Para a Rua dos Tanoeiros, convém destacar também que, em inícios do séc. XV, era ali proprietário – dentre tanoeiros, sapateiros e carneiros – o tabelião João Rodrigues,

⁴⁴⁶ Humberto Baquero Moreno, “Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, II série, vol. IV, Porto, 1987, pp. 111-112.

que foi criado do infante Dom Pedro, tendo sido por pedido do duque ao concelho que aceitou ao tabelionato, por volta de 1429⁴⁴⁷.

A Rua dos Peliteiros, principalmente, havia de ser uma artéria importante, como vimos anteriormente neste estudo. O seu período áureo parece ter sido o século XIII e inícios do século XIV, centúria em que encontramos algumas referências a personalidades ilustres que nela, e em suas cercanias, detinham propriedades. Enumerando-os, citemos Velasco Gil, cónego de Santiago e tabelião público, que ali morou⁴⁴⁸; D. Pascásio Godins, que foi deão de Viseu e de Coimbra⁴⁴⁹; o chantre de Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha⁴⁵⁰; Gonçalo Esteves, que havia sido escudeiro de D. Astrigo, raçoeiro da Sé⁴⁵¹, e Aldonça Anes de *Molnes*, monja de Lorvão⁴⁵². Próximo das casas habitadas por esta última, como explicitámos no capítulo anterior, estariam outras, pertencentes ao seu irmão, o fidalgo Paio Anes de

⁴⁴⁷ Maria José Azevedo Santos, “Alguns aspectos do tabelionato em Coimbra (séculos XIV-XV)”, sep. *Arquivo Coimbrão*, Vol. XXXIII-XXXIV, Coimbra, 1993, p. 7, nota 11. Conseguimos atestar sua atividade como tabelião de, pelo menos, 1429 a 1435 (1429, Junho, 10, Coimbra (TT – Mosteiro de Santa Clara, m. 6, nº 399); 1435, Setembro, 26, Coimbra (TT - Mosteiro de Celas, m. 12, nº 38). Em relação a sua família, sabemos somente que era genro de um tal Lopo Álvares (1431, Abril, 20, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 7, nº 198).

⁴⁴⁸ 1267, Junho, 26 (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 5, nº 308).

⁴⁴⁹ *Livro das Kalendas*, t. I, p. 173, informa-nos que D. Pascásio era proprietário de casas na rua dos Peliteiros, e um documento de 1245, Setembro, 28 (TT – Cabido da Sé de Coimbra, 1ª incorp., m. 14, nº 7) refere que uma casa na Rua Olho do Lobo (que identificamos com a Rua das Rãs) que confrontava a leste com as deste indivíduo. D. Pascásio Godins era filho de Godinho Pais, moedeiro e alvazil da cidade, pertencente aos Godins de Coimbra. Era irmão de Teresa Godins, casada com Lourenço Gonçalves Magro, *miles*, amo de D. Dinis. Encontra-se sepultado, juntamente com sua irmã, no claustro da Sé de Coimbra. Saul António Gomes e Leontina Ventura, “Leiria na crise de 1245-1248. Documentos para uma revisão crítica”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XXVIII, Coimbra, 1993, p. 197 nota C8; Saul António Gomes, *Reguengo do Fetal. Documentos Históricos*, Junta de Freguesia do Reguengo do Fetal, 2012, doc. 16, pp. 45-47.

⁴⁵⁰ Filho de Estevão Eanes de Formoselha, cavaleiro e vassalo da casa do infante D. Dinis, e de Sancha Afonso, sobrinha do Chanceler D. Estevão Anes. Lourenço Esteves aparece pela primeira vez na documentação em 1279, tendo vindo a morrer em Coimbra, no ano de 1318, em suas casas na Rua dos Peliteiros. Veja-se Maria do Rosário Barbosa Morujão e Anísio Miguel Saraiva, “O chantre de Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha: Uma abordagem prosopográfica”, sep. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 13–14 (2001-2002), pp. 75–137.

⁴⁵¹ 1333, (?) (TT – Cabido da Sé de Coimbra, 2ª incorp., m. 77, nº 3193).

⁴⁵² Irmã de Paio Anes de *Molnes*, era monja de Lorvão em 1279 quando, autorizada pela sua abadessa, nomeou procurador o seu irmão Paio Esteves, para que se procedesse às partilhas dos bens paternos (TT – Mosteiro de Vairão, m. 4, nº 32). Desconhecemos em que ano saiu de Lorvão, mas o certo é que em 1303 já seria abadessa do mosteiro de Almoester (1303, Março, 30 (TT - Cabido da Sé de Coimbra, 2ª incorp., m. 88, nº 4143 e 4201).

*Molnes*⁴⁵³. Convém mencionar aqui, também, o alvazil Tomás Martins, que habitou em uma *platea*, na freguesia de Santiago, que poderá corresponder a Rua dos Peliteiros⁴⁵⁴.

Rumando pela Rua dos Tanoeiros em direção a Igreja de Santiago, atingir-se-ia, em inícios do séc. XV, a Praça. Devia parecer, nesta época, um grande terreiro de formato ainda um tanto irregular, sendo provável que não se estendesse até ao adro de S. Bartolomeu, como nos dias atuais. A meio desta, em frente a uma pequena escada encrustada no meio do casario, já lá estava o pelourinho e, próximo dali, imediatamente ao lado da igreja de Santiago, os açougues. Em segundo plano, imponente, a muralha e suas torres.

Nos quarteirões à volta da Praça estariam em curso, provavelmente, demolições e novas edificações, no âmbito do processo de reorganização do espaço que lhe deu a configuração atual. Das que já ali estavam, algumas seriam dotadas de alpendres, como ao que renunciou, em 1455, Afonso Martins, que fora criado do infante D. Pedro, alegando ser “*homem prove (sic) e meesteiroso*”. Tal alpendre confrontava com casas do barbeiro Álvaro Fernandes e outras que haviam pertencido a Martim Afonso, também barbeiro e, à época, já falecido⁴⁵⁵.

A pequena concentração destes profissionais no local é entendível. Afinal, a Praça, em meados de quatrocentos, já seria um lugar relativamente central. Além do mais, lembremos que os barbeiros, além de apararem a barba e o cabelo, tinham outras atribuições, dentre as quais pequenas intervenções médicas, como era o caso das sangrias. Seu local de trabalho era, também, um espaço de convívio masculino. No século XIV, o severo clérigo castelhano Martín Perez, por exemplo, via um grande

⁴⁵³ Irmão de Aldonça Anes, dita *Molnes*, é documentado pela primeira vez em 1272. Casou, antes de 1276, com Maria Martins, filha do *copeiro* de D. Afonso III, e com a qual teve nove filhos. Sua esposa falece em 1288, tendo ele casado em segundas núpcias com Beatriz Pires Pereira, com quem teve apenas um filho. Faleceu antes de 1292. Foi proprietário de diversos bens na Terra do Vouga e, sobretudo, na Terra de Faria. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas : genealogias e estratégias, 1279-1325*, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, Porto, 1999, vol. II, p. 1011-1012.

⁴⁵⁴ 1291, Julho, 25, Coimbra (TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 1, nº 545). Aparece como alvazil de Coimbra em 1265, Fevereiro, 18, Lisboa (TT – Mosteiro de Santa Cruz, m. 20, nº 27).

⁴⁵⁵ 1455, Março, 26 (AMC – Pergaminhos avulsos nº 74).

perigo no ajuntamento de homens no barbeiro, assim como na concentração de mulheres nas casas de fiandeiras⁴⁵⁶.

Em dias comuns, o movimento na Praça não seria muito diferente do resto dos arruamentos. Transeuntes, tendas, algumas vendedeiras, carros de bois, crianças correndo ou pombas ciscando – alimentando-se, talvez, do que havia sido deixado da última feira semanal – seriam visões comuns. Esta relativa tranquilidade, porém, não devia equiparar-se ao bulício que a Praça experienciava em tempos de feira franca.

Durante os tempos de D. Fernando e D. João I, esta ocorria de 15 de Setembro a 15 de Outubro. Coincidia com o S. Miguel de Setembro, época de colheitas e de pagamento de rendas. A ela acorria gente de todo o termo, para comprar e para vender, constituindo-se no verdadeiro encontro entre o campo e a cidade. O abastado burguês citadino exibia suas roupas adornadas e sua bolsa cheia de moedas, procurando pelo melhor sapato, o melhor tecido ou, talvez, alguma joia. Impressionava, certamente, o lavrador que, vindo de uma localidade recôndita nos confins do termo, aproveitara as isenções fiscais próprias do evento para montar uma banca e vender o produto de suas colheitas a fim de obter algum lucro, que talvez fosse gasto por ali mesmo, em algum novo utensílio doméstico ou peça de roupa para sua família. À sua banca, acorria, entre muitos outros, o mesteiral local, com o intuito de abastecer-se do que era necessário para as suas atividades e, no processo, estranhar-se ao passar por estrangeiros a balbuciarem uma língua estranha, vendendo panos exóticos ou outros produtos vindos de fora do reino. Tudo isto, claro, vigiado pelos oficiais do concelho, dispostos a manter a ordem.

Em frente a porta da igreja Santiago, alguns cónegos reúnem-se no alto de sua escadaria, juntamente com um casal. A meio deles, sentava-se um tabelião, rabiscando um grande livro. Era algum emprazamento a tomar forma. Foi este o caso, por exemplo, de Diogo Lourenço e Catarina Anes que, em 5 de Outubro de 1437, em plena feira, receberam de emprazamento, do Mosteiro de São Jorge, um casal e herdade em

⁴⁵⁶ José Mattoso, “O corpo, a saúde e a doença”, in *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média*, dir. José Mattoso, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Círculo de Leitores, 2010, p. 353.

Santa Luzia, termo de Coimbra, tendo o contrato sido celebrado “*ante a porta principal da igreja de San Tiago*”⁴⁵⁷.

A ocasião, porém, não seria só para negócios. Era, também, a oportunidade de rever os amigos, quem sabe fazer outros novos, atualizar-se acerca das novidades e comentar os assuntos do reino, da cidade, da família, e, até mesmo, da vida alheia. Do que falavam exatamente? Não sabemos, mas podemos supor. Muito provavelmente, um assunto corrente na feira de 1395 seria, por exemplo, o do divórcio entre Afonso Fernandes e Catarina Martins⁴⁵⁸. Ele, dito da *Cordeira*, fora escrivão do almoxarifado⁴⁵⁹, e ela, filha de Martim Lourenço, conhecido por *Malha* e que sabemos ter sido almoxarife de Coimbra entre 1361 e 1367⁴⁶⁰. Foram casados por dez anos e eram, certamente, conhecidos dos moradores da zona da Praça, pois tinham uma casa na Rua dos Peliteiros e um cortinhal em Poço Redondo, localidade próxima.

Não sabemos o que terá causado o divórcio e, muito menos, de quem teria partido a iniciativa, se de um dos cônjuges ou se, menos provavelmente, da Igreja⁴⁶¹. Teria o ex-escrivão abandonado a esposa? Era um dos motivos que levariam a tal fim. Se assim o fosse, dar-nos-ia motivos para interpretar as quinhentas libras “*que Catalina Beata avia de dar ao dicto Affonso Fernandez do corregimento de pallavras que dissera do dicto Affonso Fernandez*” como um possível resultado de uma impensada reprovação pública por parte desta, talvez valendo-se de termos pouco respeitosos. De qualquer modo, a situação era rara e, tratando-se de personagens de alguma visibilidade, certamente terá gerado comentários.

Nesta mesma época, outro tópico que deveria estar entre os discutidos pelos habitantes da cidade seria o da insegurança durante a noite. O povo, este, já apontava

⁴⁵⁷ 1437, Outubro, 5, Coimbra (AUC – Mosteiro de São Jorge, Dep. V – 3ª sec. – mov. 11 – nº 59).

⁴⁵⁸ 1395, Fevereiro, 3, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 6, nº 171).

⁴⁵⁹ Somos informados acerca de sua atividade através de um assento no registro de propriedades do almoxarifado, a respeito das suas casas na Rua dos Peliteiros. TT - Núcleo Antigo, 287, *Almoxarifado de Coimbra*, fl. XIII.

⁴⁶⁰ Assim nos é noticiado por carta de quitação de D. João I, treslada em pública forma em 1393, Dezembro, 12 (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 6, nº. 169).

⁴⁶¹ Os divórcios, na Idade Média, ocorriam através da anulação do casamento e subsequente partilha de bens. As razões para seu procedimento podiam estar em um eventual abandono do cônjuge ou caso fosse constatado um caso de consanguinidade, já que a Igreja proibia qualquer enlace entre indivíduos relacionados até ao 4º grau de parentesco. Leontina Ventura, “A família: o léxico”, *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média*, pp. 112-113.

culpados: os homens responsáveis pela guarda noturna. Aparentemente, o alcaide-mor, ao invés de utilizar, para este fim, funcionários conhecidos, “*escriptos nos livros*”, valia-se do serviço de “*homees vaadios e nom conhecidos*”, não sendo incomum o aparecimento, ao raiar do sol, de pessoas maltratadas e até mesmo mortas, dentre outros malefícios. Por vezes, após a descoberta destes crimes, os ditos homens abandonavam a cidade misteriosamente, sendo “*de presumir que som culpados nos dictos mallafiçios ou em parte deles*”. Foi este o conteúdo de uma reclamação ao rei, por ocasião das cortes de Santarém, em 1396, tendo o monarca mandado que fossem cumpridos os costumes da cidade de utilizar, para este fim, pessoas conhecidas da população⁴⁶².

Imediatamente acima da Praça, ao cimo das escadas que, como vimos, já no séc. XIV estariam situadas imediatamente em frente ao arco da Barbacã, estava o eixo formado pela Calçada – antes Rua dos Francos – e a Rua do Coruche, um dos mais importantes da cidade. Como já tivemos a oportunidade de mencionar anteriormente neste estudo, sabemos que ambas as artérias serviram, durante o período medieval, como reduto de mercadores, fama confirmada por fontes contemporâneas, como é o caso do decreto fernandino, datado de 1367, e que garantiria privilégios, especificamente, aos “*mercadores moradores na Rua de Coruche e na Rua de Francos*”⁴⁶³. Encontramo-los nas fontes desde as primeiras menções a ambas as ruas, em inícios do século XIII, tendo sido muitos deles, ao longo da Idade Média, sepultados no cercano templo de Santiago, como nos provam as diversas citações a mercadores presentes no Livro de Aniversários desta colegiada.

Um destes afortunados comerciantes foi Estevão Domingues. Morador na Rua dos Francos e freguês de Santiago, encontramos-lo em 1347, juntamente com sua esposa Florença Fagundes, a negociar com esta igreja a sepultura de ambos, sendo noticiado, também, que a mãe desta, Joana Fernandes, já ali estava enterrada. Não deverá ter sido este, porém, o destino último do nosso mercador. Ao que tudo indica, foi enterrado no mosteiro de Santa Clara, já que a filha de ambos, Clara Esteves, ali terá ingressado, razão pela qual o mosteiro reclamou um terço das posses de Estevão

⁴⁶² 1396, Maio, 9, Santarém (AMC – Pergaminhos avulsos nº 46).

⁴⁶³ 1367, Julho, 30, Tentúgal (TT – Chancelaria de D. Fernando I – Livro 1, fl. 118).

Domingues após a sua morte. Quando este faleceu, já era casado em segundas núpcias com Iria Esteves que, como ficamos sabendo por instrumento de 1362, terá feito o inventário dos bens do mercador, a fim de que a subsequente partição fosse efetuada.

É a partir deste inventário que temos uma pequena noção da riqueza de um mercador coimbrão de fins de trezentos. Estevão Domingues era um negociante por excelência, já que mercava panos importados, sobretudo de lã, oriundos de Flandres e da Inglaterra. Juntamente com estes, vendia também enfeites para a confecção de vestes, como fitas, fios e botões de diversos materiais. Do seu património pessoal, destaca-se um relativo conforto e abundância de artigos de cama e mesa, incluindo-se aí almofadas, colchões, cobertores, mantas, tapetes, toalhas, vasos, taças, colheres, panelas, entre muitos outros utensílios. Também nos aparece arrolado o mobiliário da casa, constituído – entre outras coisas – por cadeiras, mesas, armários, tabuleiros e uma escrivaninha, além de diversos tipos de roupas, pertencentes tanto a Estevão Domingues como a Iria Esteves. Por fim, ficamos sabendo de suas propriedades, que se resumiam, aparentemente, a casas na Rua dos Francos e uma outra na Rua dos Tintureiros⁴⁶⁴.

Não era só de mercadores, no entanto, que a Rua do Coruche e a Rua dos Francos – subsequentemente a Calçada – eram constituídas. Desde a centúria de duzentos até meados do século XV, encontramos na documentação, além dos sempre presentes alfaiates e sapateiros, também ourives, tendeiros, cutileiros, tosadores, pintores, boticários, cónegos, um barqueiro e um *homem braceiro*. Dentre os funcionários públicos e régios, ali encontramos os tabeliães Afonso Vicente⁴⁶⁵, Miguel Lourenço⁴⁶⁶, João Afonso⁴⁶⁷ e Pedro Afonso⁴⁶⁸; o almoxarife Pedro Juliães⁴⁶⁹, o vedor

⁴⁶⁴ 1362, Janeiro, 2, Coimbra (TT – Mosteiro de Santa Clara, m. 6, nº 6) O que se descreve aqui é somente um resumo do dito inventário, que foi minuciosamente examinado e devidamente contextualizado por Maria Helena da Cruz Coelho em “Homens e negócios”, pp. 127-202.

⁴⁶⁵ 1347, (?), 19, Coimbra (AUC – Cópia de Emprazamentos, III-1ºD-3, 4, 23, fl. 83, nº 51);

⁴⁶⁶ 1347, Novembro, 5, Coimbra (TT – Mosteiro de São Jorge, m. 7, nº 20). Neste documento, referente ao testamento de sua esposa, aparecem arroladas casas na Rua do Coruche.

⁴⁶⁷ 1352, Maio, 17 (AUC - Cópia de Emprazamentos – III-1ºD-3, 4, 23, fl. 76 v., nº 16).

⁴⁶⁸ 1412 Fevereiro, 25 (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 23). Era casado com Constança Gonçalves, e consta que terá exercido o cargo de tabelião, pelo menos, por incríveis 54 anos, de 1397 a 1451. Sabemos também que, pelo menos desde 1444, teria ao seu serviço um escrivão, Fernando Afonso. Maria José Azevedo Santos, “Alguns aspectos do tabelionato em Coimbra...”, pp. 9-10 e nota 20, p. 24.

⁴⁶⁹ 1300 Março (TT - Col. Santiago). Era casado com D. Florência, e detinha a posse pardieiros situados nas traseiras de Santiago, certamente na Rua de Coruche.

da portagem Vasco Eanes⁴⁷⁰ e o escrivão régio Domingos Anes⁴⁷¹, e o da câmara, Álvaro Gonçalves⁴⁷². Dentre a nobreza, destacamos os escudeiros João⁴⁷³ e João Lourenço⁴⁷⁴, além da própria Coroa que, como sabemos através das chancelarias, detinha umas poucas propriedades na área.

Já próximo da Portagem, segundo notícia de um instrumento de 1468, era proprietário, de um chão e de umas casas na Calçada, Gonçalo Vasques. Nesta oportunidade, encontra-se referido como *“escripvam que ffoy dos homes boos”*. E tais homens bons não seriam quaisquer uns. Sabemos que Gonçalo Vasques – assim como João Rodrigues, de quem há pouco falamos – fora criado do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e que, em 1430, através de uma carta dirigida ao concelho da cidade, o duque solicitou que estabelecesse aquele como tabelião público, em substituição de Martim de Pinho, *“por seer em tal idade e disposiçom que o nom pode servir”*⁴⁷⁵. Desta maneira, conhecem-se instrumentos assinados por Gonçalo Vasques produzidos entre 1431 a 1465, tendo o tabelião, neste período, modificado ligeiramente o seu sinal⁴⁷⁶.

Em 1468, depois de mais de trinta anos de serviço e provavelmente em idade avançada, já estaria retirado da função pública, aproveitando os anos que lhe restavam em sua propriedade na Calçada, área nobre da cidade. Seriam os frutos de um berço, conjugado a uma longa, e aparentemente bem aproveitada, carreira de tabelião.

⁴⁷⁰ Consta que estava na posse de casas na Rua do Coruche em um assento do registro de propriedades do Almojarifado, de 1395 (TT - Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fl. XIII).

⁴⁷¹ 1291 (?) 12, (TT – Col. Santiago, cx. 2, m. 7, nº 316). Era então casado com uma tal D. Maria.

⁴⁷² 1395, Julho, 25, Sintra (TT – Chancelaria de D. João I, Livro 2, fl. 43 v.). Era proprietário de casas na Calçada. A sua viúva, Catarina Alves, aparecerá, quase meio século depois, ainda em posse das mesmas casas. 1444, Maio, 23 (AMC – Pergaminhos avulsos, nº 69).

⁴⁷³ 1389, Março, 28 (TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 23). O documento refere-se a um pardieiro na Rua de Coruche que, quando ainda era casa, pertencia à esposa deste, Maria Domingues.

⁴⁷⁴ 1468, Fevereiro, 7 (AMC – Pergaminhos avulsos, nº 86). Detinha um cortinhal na Calçada próximo da Portagem.

⁴⁷⁵ Maria José Azevedo Santos, *“Alguns aspectos do tabelionato em Coimbra...”*, p. 7, nota 11.

⁴⁷⁶ Comparando dois de seus instrumentos, notámos que, tendo ambos a caligrafia semelhante, acabam por apresentar sinais ligeiramente diferentes, sendo o segundo uma simplificação do primeiro, que era constituído por uma cruz de elaborada confecção, contando com uma abreviatura do nome do tabelião no seu centro: “G^o”. A mudança deverá ter ocorrido no início da sua carreira, ainda na primeira metade da década de 30 do séc. XV. 1433, Junho, 12, Coimbra (AUC – Mosteiro de São Jorge, Dep. V – 3ª sec. – mov. 11 – nº 56); 1437, Abril, 16 (TT - Cabido da Sé de Coimbra, 2ª inc., m. 77, nº 3167).

Conclusão

Assim chegamos ao fim do nosso estudo, sendo oportuno, neste último momento, fazer uma breve recapitulação dos pontos abordados ao longo da nossa análise.

Como vimos, a Praça surge, essencialmente, a partir da transferência, para fora de muralhas, da feira franca da cidade, processo intimamente relacionado às consequências da evolução da conjuntura socioeconómica das freguesias medievais de S. Bartolomeu e Santiago, que, por sua vez, se inserem no âmbito da gradual mudança, verificada em finais da Idade Média, do papel do arrabalde no contexto da cidade.

De fato, durante a maior parte da Dinastia de Borgonha, reinou a Almedina, quase que literalmente. Ali se instalou a corte, em um tempo em que, dados os perigos associados ao processo de reconquista, a área intramuros era a mais valorizada, tendo a zona extramuros, ainda, um papel meramente acessório. Tal polarização, porém, acabaria por se inverter. O perigo mouro distanciou-se e, com ele, a própria Coroa, transferida para Lisboa por D. Afonso III. A relevância da área intramuros esvai-se juntamente, e o antigo morro é trocado pela acessibilidade do arrabalde e de suas artérias, mais precisamente, as vitais Rua de Coruche, Rua dos Francos e a Rua dos Peliteiros.

Já em finais de trezentos, e mesmo com as derradeiras tentativas de D. Fernando de repovoar a Almedina, o arrabalde era a zona de maior protagonismo da cidade. Rico, movimentado e acessível, consistia na área mais dinâmica da *urbe*, casa da burguesia urbana, assim como de funcionários públicos, mercadores e mesteiros. Era uma nova realidade, que, neste caso, significava nova centralidade. E o desenvolvimento, obviamente, levou à mudança. Assim, à chegada da Dinastia de Avis, já se verificavam, nas freguesias de S. Bartolomeu e Santiago, em especial, sinais de desenvolvimento.

Um deles foi o estabelecimento da Calçada. Provável herança romana, o caminho vindo da ponte rumo a Almedina era feito, primeiramente, passando pelo adro de S. Bartolomeu. Em substituição desta antiga rota, durante os anos do reinado de D. Fernando, decidiu-se estender a Rua dos Francos, obtendo-se, assim, uma nova artéria, esta larga, comprida e pavimentada, elaborada em conformidade com os mesmos ideais urbanísticos que regeram a abertura das Ruas Novas de Lisboa e do Porto.

Dentre os seus objectivos principais, além do de refletir o progresso da cidade e, mais especificamente, da área em que se encontra, estaria o de comportar o movimento dos viajantes que passavam pelo arrabalde, movimento este que se multiplicava em dias de feira, a que D. João I transfere, como referimos, para extramuros. Surge, então, o motivo provável pelo qual, próximo dali, um simples terreiro se transformará no elemento-símbolo do desenvolvimento do arrabalde: a Praça da cidade.

O processo é moroso. Demole-se, apropria-se, constrói-se por mais de meio século, em um procedimento comandado pelo poder local e apoiado pela Coroa bem como, mais tarde, pelo Infante D. Pedro, duque de Coimbra, e que culminou no estabelecimento de um novo centro cívico da cidade, de centralidade já palpável na Idade Média, mas ainda em vias de estar plenamente equipado, como vimos.

Foi o surgimento da Praça e esta Baixa em transição que, com muito esforço, aqui tentámos reconstituir. Enquanto muitas das nossas abordagens foram frutuosas, outras suscitaram mais perguntas que respostas. Mas foi essa, também, a nossa intenção. Dando luz a novos elementos, descrições e documentos, e levantando novas questões, quisemos não somente enriquecer o estudo da evolução urbana de Coimbra como, também, refundar a discussão acerca de alguns de seus temas, esperando que as perguntas e assunções aqui feitas estimulem futuros trabalhos urbanográficos, da mesma maneira que aqueles que nos antecederam, por sua vez, nos estimularam.

Desta maneira, deixamos a conclusão deste trabalho em aberto. Ainda há muito para ser estudado e, como mencionámos na introdução, as fontes, na maior parte das vezes, impedem-nos de obter conclusões definitivas. Esperamos, no futuro,

valermo-nos dos futuros avanços no conhecimento da história urbana da cidade para poder visitar o tema de maneira ainda mais detalhada, podendo, quem sabe, até mesmo expandir a nossa área de análise. Afinal, do outro lado da Porta da Almedina, abre-se a cidade intramuros e, no final da Rua de Coruche, espera-nos a freguesia de Santa Cruz. Talvez, em uma próxima oportunidade!...

Bibliografia

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo da Universidade de Coimbra:

Pergaminhos do Cabido da Sé: Dep. V, 3ª sec., mov.1, gav. 2, nº 62, 68
Dep. V, 3ª sec., mov.1, gav. 3, nº 70, 83
Dep. V, 3ª sec., mov.1, gav. 4, nº 120
Dep. V, 3ª sec., mov.1, gav. 6, nº 171
Dep. V, 3ª sec., mov.1, gav. 7, nº 197, 198
Dep. V, 3ª sec., mov. 3, gav. 7, nº 75
Dep. V, 3ª sec., mov. 7, gav. 3, nº 11
Dep. V, 3ª sec., mov. 12, gav. 8, nº 49

Cópia de Emprazamentos: III, 1ªD, 3, 4, 23, nº 16, fls. 25, 83, 76 v.

Cópia dos Documentos Latinos: III, 1ªD, 5, 4, 10, p. I, fls. 52, 53, 87 v.

Mosteiro de São Jorge: Dep. V, 3ª sec., mov. 11, nº 56, 59

Arquivo Histórico Municipal de Coimbra:

Pergaminhos avulsos nº 2, 8, 46, 66, 67, 69, 72, 74, 86
Vereações nº42

Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo:

Chancelaria de D. Fernando I: - Livro 1, fls. 50, 71 v., 113 v., 118, 131 v., 134 v.
- Livro 2, fls. 11 v., 25, 69

Corporações religiosas:

Cabido da Sé de Coimbra: 1ª incorp., m. 5, nº 13
1ª incorp., m. 8, nº 28, 31, 32
1ª incorp., m. 14, nº 7
1ª incorp., m. 19, nº 18
2ª incorp., m. 77, nº 3163, 3167,
3193
2ª incorp., m. 88, nº 4143, 4201

Colegiada de Santiago de Coimbra: cx. 1, m. 1, nº 178/71
cx. 1, m. 1, nº 286/100
cx. 1, m. 1, nº 438/478
cx. 1, m. 1, nº 481/293

cx. 1, m. 1, nº 545
cx. 1, m. 2, nº ...66
cx. 1, m. 2, nº 193/494
cx. 1, m. 2, nº 276/380
cx. 1, m. 2, nº 322
cx. 1, m. 2, nº 400/360
cx. 1, m. 2, nº 651/766
cx. 1, m. 2, nº 671/403
cx. 1, m. 3, nº 64/710
cx. 1, m. 3, nº 142/229
cx. 1, m. 3, nº 289/771
cx. 1, m. 3, nº 355/165
cx. 1, m. 3, nº 384/432
cx. 1, m. 3, nº 608/634
cx. 1, m. 3, nº 632/451
cx. 1, m. 3, nº 797
cx. 1, m. 4, nº 408
cx. 1, m. 4, nº 427/497
cx. 1, m. 4, nº 477/715
cx. 1, m. 4, nº 641/108
cx. 1, m. 4, nº 658/742
cx. 1, m. 4, nº 659/200
cx. 1, m. 5, nº 60
cx. 1, m. 5, nº 308
cx. 1, m. 5, nº 642
cx. 1, m. 5, nº 829
cx. 1, m. 6, nº 316
cx. 2, m. 7, nº 316
cx. 2, m. 9, nº 476

Mosteiro de Santa Clara: m. 6, nº 399.

Mosteiro de Santa Cruz: m. 20, nº 27

Mosteiro de São Jorge de Coimbra: m. 4, nº 9
m. 7, nº 20
m. 9, nº 7

Núcleo Antigo, 287, Almojarifado de Coimbra

FONTES IMPRESSAS E ESTUDOS

A igreja de S. Tiago de Coimbra, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Vol. 28, Junho de 1942.

AFONSO, José Ferrão, FERRÃO, Bernardo, *A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação do seu património edificado*, Textos do Património Mundial, Câmara Municipal de Guimarães, monografia disponível em http://www.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=3160, acessado em 20/11/2012.

AFONSO, José Ferrão, *A Rua das Flores, elementos para a história urbana do Porto quinhentista*, Porto, FAUP, 2000.

ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

ALARCÃO, Jorge de, *As Pontes de Coimbra que se afogaram no rio*, Coimbra, 2012.

ALARCÃO, Jorge de, “A igreja românica de São Bartolomeu de Coimbra”, sep. *Conimbriga* XLVIII, Coimbra, 2009, p. 211-230.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, BARROCA, Mário Jorge, *História da arte em Portugal - O gótico*, Lisboa, Presença, 1994

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, ed. Damião Peres, Porto-Lisboa, 1967-1971, vol. I, IV.

AMARAL, Luís Carlos e DUARTE, Luís Miguel, “Os homens que pagaram a Rua Nova”, sep. *Revista de História*, vol. IV, 1985, pp. 7-96.

Anais, Crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra, introdução de António Cruz, Biblioteca Pública Municipal, Porto, 1968.

ANDRADE, Amélia, ROSSA, Walter, “La plaza portuguesa: acerca de una continuidad de estructuras y funciones”, in *La plaza en España e Iberoamérica: El escenario de la ciudad*, Museo Municipal de Madrid, 1998, pp. 99-109.

ANTUNES, José Antunes; OLIVEIRA, António Resende, MONTEIRO, João Gouveia; “Conflitos políticos no reino de Portugal entre a reconquista e a expansão. Estado da questão”, sep. *Revista de História das Ideias*, vol. 6, Coimbra, 1984, pp. 25-160.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, Lisboa, 2000.

BARROCA, Mário Jorge, “Arquitetura gótica civil”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da arte em Portugal - O gótico*, Lisboa, Presença, 1994, pp. 86-128.

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha, *Évora na Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

BENEVOLO, Leonardo, *A Cidade na História da Europa*, Editorial Presença, Lisboa, 1995.

BRANDÃO, Frei Francisco, *Monarquia Lusitana*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1976-1980, Parte 6ª, Livro XXVII.

Cancioneiro da Vaticana, V 1014, fl. 163 v., disponível em *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*, <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1437&tr=4&pv=sim>, acessado em 01/09/2012.

CARVALHO, José Branquinho de, “Cartas originais dos reis enviadas à Câmara de Coimbra”, sep. *Arquivo Coimbrão*, Biblioteca Municipal de Coimbra, vol. VI-VIII, 1942-43, pp. 39-118.

Chancelaria de D. Afonso III, ed. Antonio Resende Oliveira e Leontina Ventura, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006-2010.

Chancelarias portuguesas : D. Afonso IV, org. A. H. de Oliveira Marques, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990-1993.

Chancelarias portuguesas: D. Duarte, org. João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002.

Chancelarias portuguesas: D. João I, org. João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 2ª ed., Lisboa, 1989.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *Ócio e Negócio*, Inatel, Coimbra, 1998.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra”, sep. *Revista Portuguesa de História*, vol. 18, Coimbra, 1980, pp. 312-331.

COELHO; Maria Helena da Cruz, “As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedades na vida e na morte”, *Cofradías, gremios, solidariedades en la Europa Medieval*, XIX Semana de Estudios Medievales, Estella, 1992, pp. 149-183.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “Coimbra Trecentista – A cidade e o Estudo”, sep. *Biblos – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. LXVIII, 1992, pp. 335-356.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “O infante D. Pedro, duque de Coimbra”, sep. *Biblos – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. LIX, 1993, pp. 15-57.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “A feira de Coimbra no contexto das feiras medievais portuguesas” in *Ócio e Negócio*, Inatel, Coimbra, 1998, pp. 1-45.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “Homens e negócios”, in *Ócio e Negócio*, Inatel, Coimbra, 1998, pp. 127-196.

CORREIA, António, “Identificações toponímicas: Largo da Portagem e imediações”, in *Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal*, vol. 6, Coimbra, 1942, pp. 285-301.

CORREIA, Francisco Carvalho, *O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588. A silhueta de uma entidade projectada no chão de uma História milenária*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Xeografia e História, Universidade de Santiago de Compostela, 2008.

CORREIA, Vergílio, *A igreja de São Tiago de Coimbra. Notícias topográficas e históricas*, Mvsev, 1943, republicado em 1949.

COSTA, Avelino Jesus, “A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI e XVI”, sep. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, nº 38, 1983.

Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudência ecclesiastica e civil de Portugal, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo V, 1836.

Documentos Medievais Portugueses, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1940, vol. III.

Evolução do espaço físico de Coimbra: exposição, comissário Santiago Faria, Câmara Municipal de Coimbra, 2006.

FAVIER, Jean, *Paris aux XV.^{ème} siècle, 1380-1500*, Paris, 1974.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de, “O Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo na itinerância régia de meados do século XV (1433-1460)”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, Porto, 2006.

GARCIA, Quintino Prudêncio, *João de Ruão. Documentos para a biographia de um artista*, Imprensa da Universidade de Coimbra 1913.

GOMES, Saul António Gomes, *A comunidade judaica de Coimbra medieval*, Coimbra, Inatel, 2003.

GOMES, Saul António, *Reguengo do Fetal. Documentos Históricos*, Junta de Freguesia do Reguengo do Fetal, 2012.

GOMES, Saul António, VENTURA, Leontina, “Leiria na crise de 1245-1248. Documentos para uma revisão crítica”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXVIII, Coimbra, 1993, pp. 159-197.

GOMES, Saul António, “Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas entre o fim da Idade Média e o século XVII: O protagonismo dominicano de Sta. Maria da Vitória”, sep. *Lusitania Sacra*, 2ª série, nº 7, 1995, pp. 89-150.

GOMES, Saul António, "Entre memória e história: os primeiros tempos da Abadia de Santa Maria de Alcobaça (1152-1215)", sep. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 2, 2002, pp. 187-256.

GOMES, Saul António, “Ser-se judeu na Coimbra medieval”, sep. *Minorias étnicas e religiosas em Portugal: história e actividade: Actas do Curso de Inverno*, Coimbra, 2003, pp. 61-82.

GOMES, Saul António, “Percepções em torno da história do tabelionato medieval português”, sep. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 5, 2005, pp. 81-100.

GOMES, Saul António, “Coimbra – aspectos da sua paisagem urbana em tempos medievos”, sep. *Biblos – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, n. s. IV, Coimbra, 2006, pp. 125-163.

GONÇALVES, Iria, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Patrimonia Historica, Cascais, 1996.

GONÇALVES, Iria, “Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Patrimonia Historica, Cascais, 1996, pp. 117-138.

GRAF, Gerhard N., *Portugal roman: Le sud du Portugal*, Zodiaque, 1986.

GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais (das origens ao início do séc. XV)*, dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.

História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média, dir. José Mattoso, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Círculo de Leitores, 2010.

Historia de la Europa urbana, vol. II – La ciudad medieval, dir. Jean-Luc Pinol, Universidade de Valencia, 2003.

História de Portugal, dir. José Mattoso, Editorial Estampa, 1997-1998, vols. I-II, V.

Ilustração Portuguesa, nº 161, 22 de Março de 1909.

LEGUAY, Jean-Pierre, *La rue au Moyen Age*, Rennes, 1984.

Liber Anniversariorum Ecclesie Cathedralis Colimbricensis (Livro das Kalendas), ed. crít. org. por Pierre David e Torquato de Sousa Soares, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947-48.

Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra. Ed. crítica. dir. e coord. editorial de Manuel Augusto Rodrigues e dir. científica de Avelino Jesus da Costa, 1ª edição, 1999.

Livro Santo de Santa Cruz: cartulário do séc. XII, ed. Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Instituto Nacional de Investigação Científica, Coimbra, 1990.

Livro Verde da Universidade de Coimbra: transcrição, transcrito de Maria Teresa Nobre Veloso, Arquivo da Universidade, Coimbra, 1992.

LOPES, Fernão, *Crónica de El-Rei D. Fernando*, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Lisboa, 1895.

LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, Câmara Municipal de Coimbra, 1964.

LOUREIRO, José Pinto, *Toponímia de Coimbra*, Câmara Municipal de Coimbra, 1964.

MADAHIL, A. G. Rocha, "Pergaminhos do Arquivo Municipal de Coimbra", in *Arquivo Coimbrão*, vol. VII, 1943, pp. 300-335.

MAGALHÃES, Raquel Romero, NOGUEIRA, Isabel, *Coimbra: das origens a finais da Idade Média*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2008

MANGALOTTI, Lorenzo, *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*, edição e notas por Angel Sánchez Rivero e Angela Mariutti de Sánchez Rivero, Sucesores de Rivadeneyra, Madrid, 1933.

MANTAS, Vasco Gil, "Notas sobre estrutura urbana de Aeminium", sep. *Biblos – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 68, 1992, pp. 487-513.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, A Esfera dos Livros, 6ª edição, 2010.

MATOS, João da Cunha, *A Colegiada de S. Cristóvão de Coimbra (sécs. XII e XIII)*, trabalho apresentado a concurso de Provas Públicas para Professor Coordenador, Tomar, 1998.

MATTOSO, José, “O corpo, a saúde e a doença”, in *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média*, dir. José Mattoso, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 348-375.

MATTOSO, José, “Mutações”, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Editorial Estampa, 1997, vol. II, pp. 199-216.

MATTOSO, José, “Portugal no reino asturiano-leonês” in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Editorial Estampa, 1997, vol. I, pp. 393-496.

MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto (c. 1320 – c. 1425)*, tese de doutoramento em História da Idade Média apresentada à Universidade do Minho École des Hautes Études en Sciences Sociales, Braga e Paris, 2009.

MONTEIRO, João Gouveia, *Aljubarrota – 1385 – A Batalha Real*, col. Batalhas de Portugal, Tribuna da História, Lisboa, 2003.

MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira – Antecedentes e significado histórico*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1979

MORENO, Humberto Baquero, “Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média”, sep. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, II série, vol. IV, Porto, 1987, pp. 103-118.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, *Um mosteiro cisterciense feminino – Santa Maria de Celas (Século XIII a XV)*, Universidade de Coimbra, 2001.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa, “O chantre de Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha: Uma abordagem prosopográfica”, sep. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 13–14 (2001-2002), pp. 75–137.

NETO, Vítor, “O Estado e a Igreja”, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Editorial Estampa, 1998, vol. V, pp. 227-24.

Nova História de Portugal, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III-IV, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

NUNES, Mário, “Passadiço e Arco, (desaparecidos) seriam os que apareceram numa casa da Praça do Comércio?”, in *Actas do 1º Encontro sobre a Baixa de Coimbra, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra, 1995, pp. 91-93.

PEREIRA, Isaiás da Rocha, “Livros de aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra”, sep. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, Coimbra Editora, 1978, pp. 6-31.

PIMENTA, Belisário, "As cartas do infante D. Pedro à Câmara de Coimbra (1428-1448)", in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. XXIII, 1958.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias, 1279-1325*, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, Porto, 1999.

Portugalia Monumenta Historica: Diplomata et Chartae, Curia Municipalis, Portucale, 1891-1974, Vol. I, Fasc. I.

RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva, "O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca.950-1250)" dissertação de mestrado em História Medieval apresentada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991.

REAL, Manuel Luís, "La sculpture figurative dans l'art roman du Portugal" in George N. Graf, *Portugal roman: Le sud du Portugal*, Zodiaque, 1986, vol. I, pp. 33-75.

RIBEIRO, Maria do Carmo Franco, *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, tese de doutoramento em Arqueologia apresentada a Universidade do Minho, Braga, 2008.

ROSSA, Walter, *DiverCidade – Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001.

ROSSA, Walter, "História do Urbanismo e Identidade: A arte inconsciente da comunidade", in *História*, IIIª série, Ano XXII, nº 27, Julho/Agosto, 2000, pp. 40-47.

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa, "A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média", sep. *Revista de Ciências Históricas*, Vol. X, Universidade Portucalense, 1995, pp. 155-194.

SANTOS, Ana Paula Figueira, *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000.

SANTOS, Maria José Azevedo, "Alguns aspectos do tabelionato em Coimbra (séculos XIV-XV)", sep. *Arquivo Coimbrão*, Vol. XXXIII-XXXIV, Coimbra, 1993, pp. 5-29.

SILVA, A. Vieira da, *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, 2ª ed., vol. I, Lisboa, 1940.

SILVA, Manuela Santos, *O Concelho de Óbidos na Idade Média*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008, pp. 133-132, monografia disponível em http://home.fa.utl.pt/~miarq4p5/2010-11/2_SupportElements/1_TownHall_Elements/1_County_REVISAO%20PDM%20%AA%20Reuniao%20Plenaria/Estudos%20de%20Caracteriza%E7%E3o/Estudos_Tematicos/

REDE_INVEST/Hist%F3ria%20Medieval/%D3bidos%20na%20Idade%20M%E9dia.pdf, e acessado em 15/11/2012.

SOUSA, Armindo de, “A socialidade”, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Editorial Estampa, 1997, vol. II, pp. 327-400.

SOUSA, Armindo de, “Realizações”, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Editorial Estampa, 1997, vol. II, pp. 405-457.

TRINDADE, Luísa, *A casa corrente em Coimbra: Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002.

TRINDADE, Luísa, “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”, sep. *Media Aetas – Revista de Estudos Medievais*, II série, vol. I, 2004/2005, pp. 121-157.

TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, Tese de doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

VARANDAS, Carla Patrícia Rana, *A colegiada de S. Pedro de Coimbra das origens ao final do século XIV: estudo económico e social*, dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.

VENTURA, Leontina, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, tese de doutoramento em História da Idade Média apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.

VENTURA, Leontina, “Coimbra Medieval - 1. A gramática do território”, in *Economia, Sociedade e Poderes – Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Editora Ausência, Coimbra, 2002, pp. 23-40.

VENTURA, Leontina, “A família: o léxico”, *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média*, dir. José Mattoso, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Círculo de Leitores, 2010.

VENTURA, Leontina, “A muralha coimbrã na documentação medieval”, sep. de *Actas das I Jornadas do Grupo Arqueológico e Arte do Centro*, Coimbra, 1979, pp. 43–56.

XAVIER, Márcia Raquel Ferreira, *Imagem da Baixa de Coimbra: Imaginabilidade, Identidade e Legibilidade*, dissertação de mestrado em Arquitetura apresentada a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011.

MAPAS, IMAGENS E ILUSTRAÇÕES

Album pittoresco e artistico de Portugal, 1855, nº 19.

BAPTISTA, Izidoro Emílio, *Planta Topographica da Cidade e Arrabaldes de Coimbra*, 1845, possuída pelo AMC.

BRAUN, Georg e HOGENBERG, Franz, *Civitates Orbis Terrarum*, Vol. V, 1598.

GOULLARD, Irmãos, *Planta Topográfica de Coimbra*, 1873-74.

Levantamento Aerofotogeométrico de Coimbra, Tecafo, 1978, fl. 230-3/5-5/3, possuído pela Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Informação Geográfica e Solos.

Mapa da Couraça de Lisboa – Projecto de Reforma, Museu Nacional Machado de Castro, Inv.º 2871 (b).

Mappa Topografico Da Cidade de Coimbra Com a Divizão Das Antigas Freguezias, século XVIII, Instituto Geográfico Português, Inv. n.º CA 39.

Perfil de Rua, desde a Portagem até ao Arco da Alegria, Museu Nacional de Machado de Castro, Inv. Nº 2936.

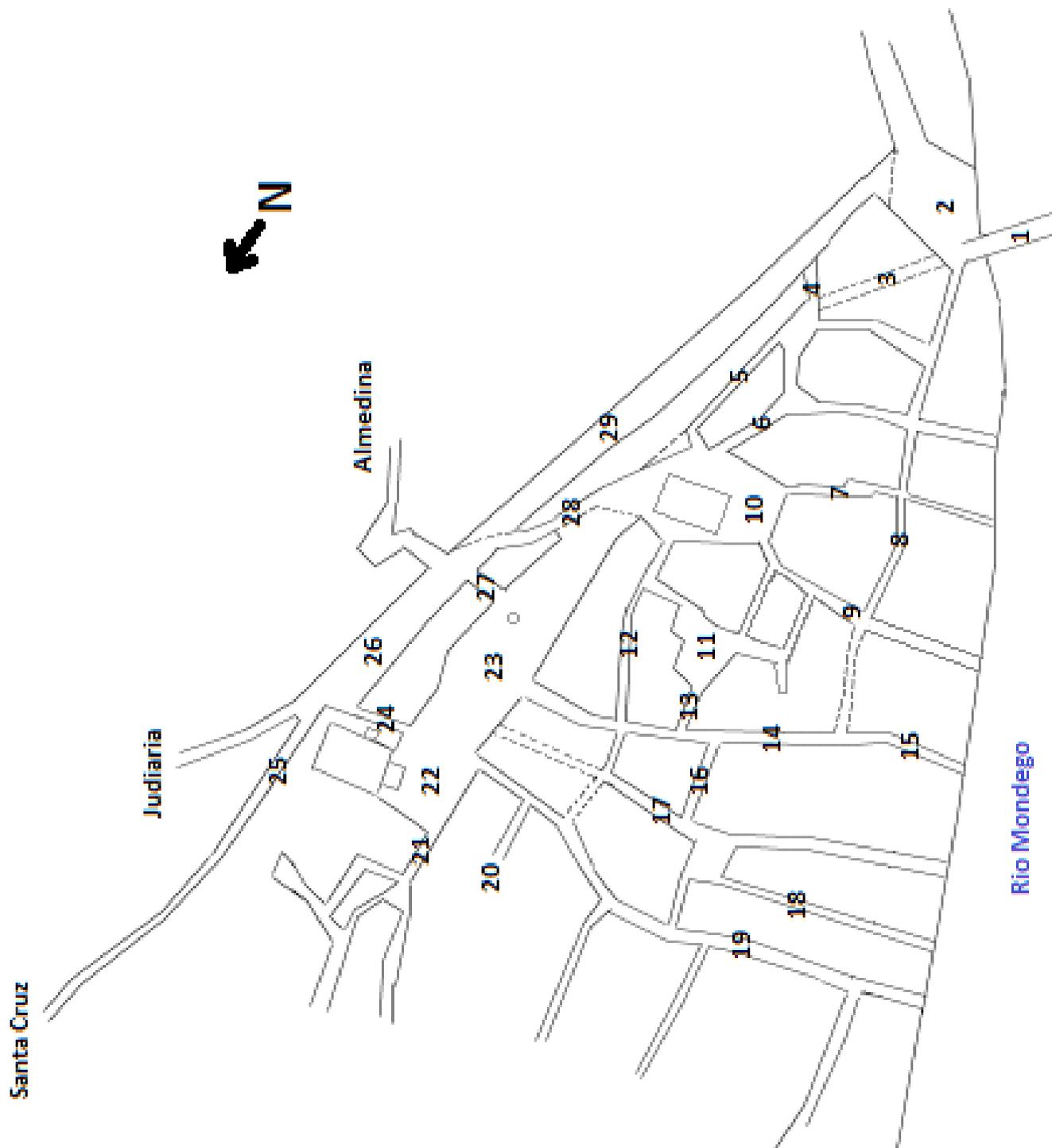
SILVA, José Ribeiro da, *Projecto da Estrada entre as Ruas da Calçada e da Sofia*, 1857, Museu Nacional de Machado de Castro, Inv. Nº 2873.

NETGRAFIA

IGESPAR – Igreja de Santiago (Coimbra),
<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/69863>,
acessada em 10/08/2012.

Junta de Freguesia de São Bartolomeu, www.freguesiadesaobartolomeu.pt, acessada em 01/08/2012.

ANEXO I - Mapas



Mapa nº 1 – Ruas e localidades medievais das freguesias de S. Bartolomeu e Santiago.

Mapa nº 1

Tal mapa afigura-se como uma hipotética representação da malha viária medieval das freguesias de S. Bartolomeu e Santiago, tendo sido elaborado a partir do *Mappa thopografico da cidade de Coimbra com a divizão das antigas freguesias*, de finais do séc. XVIII. Os locais acerca dos quais não havia informação para a Idade Média foram deixados inalterados, e os traços pontilhados representam traçados por nós propostos, de acordo com os motivos que explicitaremos nas legendas a seguir.

Legenda:

1 – Ponte afonsina sobre o Rio Mondego

2 – Portagem

3 – Rua da Ponte (?)

De acordo com a hipótese por nós apresentada no primeiro capítulo deste estudo, a Rua da Ponte poderia seguir o exato traçado da ponte medieval, culminando na atual Travessa dos Gatos.

4 – “Rua que vai para a Calçada” / atual Rua dos Gatos

5 – Travessa dos Gatos

Muito embora não tenhamos encontrado indícios medievais para a sua existência, de acordo com a proposição de Vasco Mantas, esta faria parte do traçado da antiga estrada romana que passava por *Aeminium*. Em conformidade com esta ideia, também foi avançado, no primeiro capítulo deste estudo, a hipótese de que poderia corresponder a antiga rota entre a Porta da Almedina e a Ponte, antecedendo o papel exercido pela Calçada.

6 – “Rua que vai para o rio” / atual Rua Sargento-mor

7 – Rua do Forno

8 – “Rua que vai para a ponte”

Em conformidade com a hipótese que avançamos no primeiro capítulo, esta seguiria o traçado da antiga Rua da Saboaria, prolongando-se até atingir a Rua da Enxurrada (atual Rua dos Esteireiros). Para tal representação, seguimos uma cicatriz já existente no mapa setecentista, e que culminava na Rua de S. Gião, sendo possível que o mesmo se sucedesse com a via medieval.

9 – Rua da Enxurrada/ Rua da Sota (?)

10 – Adro de S. Bartolomeu

11 – Romal

12 – Rua dos Prazeres

Como vimos no primeiro capítulo, sabemos que esta se prolongaria a norte, muito embora não saibamos se atingiria a Rua dos Tanoeiros (atual Adelino Veiga).

13 – Rua de Santiago (?)

14 – Rua de S. Gião

15 – Portagem Velha

16 – Atual Beco de Santa Maria

Embora não seja citado explicitamente na documentação, o fato do seu topónimo derivar da albergaria homónima, comprovadamente medieval, sugere-nos a possibilidade deste já existir na Idade Média.

17 – Atual Rua do Poço/ Rua dos Peliteiros (?)

Caso corresponda à Rua dos Peliteiros, teria de, necessariamente, prolongar-se a oriente, como propusemos no segundo capítulo deste trabalho e aqui representamos.

18 – Rua Olho do Lobo

19 – Rua dos Tanoeiros

20 – Poço Redondo (?)

21 – Rua dos Pintadores / Rua do Hospital (?)

22 – Adro de Santiago

23 – Praça

24 – Atuais Escadas de Santiago

25 – Rua de Coruche

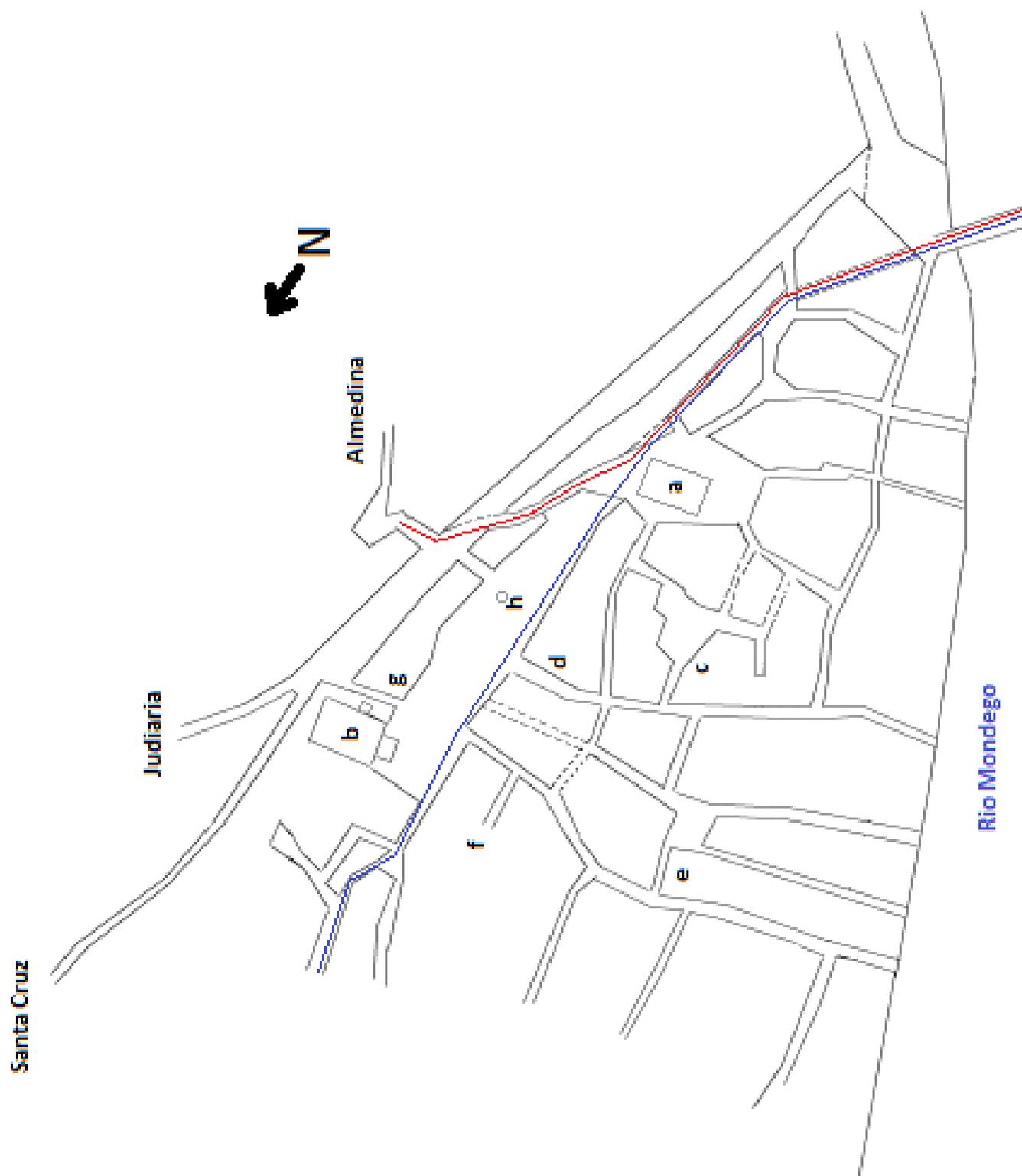
26 – Rua dos Francos

27 – Escada/ Passadiço de ligação entre a Calçada e a Praça

28 – “Rua que vai da Rua dos Francos para S. Bartolomeu/ atuais Escadas de S. Bartolomeu

Como foi referido no primeiro capítulo, acreditamos que esta correspondesse a antiga rota entre a Porta da Almedina e a ponte, sendo provável que, antes da formação da Praça, se prolongasse até mais próximo da igreja de S. Bartolomeu.

29 – Calçada



Mapa nº 2 – Rotas, edifícios e equipamentos.

Mapa nº 2

Também elaborado a partir do *Mappa thopografico da cidade de Coimbra com a divizão das antigas freguesias*, de finais do séc. XVIII, este mapa representa a localização presumida de edifícios e equipamentos existentes nas freguesias de S. Bartolomeu e Santiago na Idade Média. Também encontra-se figurada a proposta de Vasco Mantas para o traçado da antiga estrada romana que passava por *Aeminium*, além da também hipotética rota entre a ponte e a porta da Almedina, utilizada antes do estabelecimento da Calçada, sugestão por nós elaborada e explicitada no primeiro capítulo deste estudo.

Legenda:

- a – Igreja de S. Bartolomeu
- b – Igreja de Santiago
- c – Albergaria de S. Bento
- d – Albergaria de S. Gião
- e – Albergaria de Santa Maria de S. Bartolomeu
- f – Torre do Poço redondo
- g – Açougues da Praça
- h – Pelourinho

Linha vermelha – Antiga rota entre a ponte e a porta da Almedina, anterior a abertura da Calçada.

Linha Azul – Proposta de Vasco Mantas para o traçado da estrada romana